

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**CESAR OLIVEIRA CARNEIRO**

*Aventuras e desventuras:*

*A peça proibida e a greve de estudantes que desafiou a  
ditadura em 1966.*

**SALVADOR  
2008  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**CESAR OLIVEIRA CARNEIRO**

***Aventuras e desventuras:***

A peça proibida e a greve de estudantes que desafiou a ditadura em 1966.

**Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em História Social na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Orientador: Dr. Muniz Ferreira Gonçalves**

**SALVADOR  
2008**

---

930 Carneiro, Cesar Oliveira.

Aventuras e desventuras: a peça proibida e a greve de estudantes que desafiou a ditadura em 1966. / César Oliveira Carneiro. – Salvador: [s.n.], 2008.

132 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Orientador: Dr. Muniz Ferreira Gonçalves

1. História. 2. Ditadura 3. Greve 4. Estudantes I. Título.

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CESAR OLIVEIRA CARNEIRO

*Aventuras e desventuras:*

A peça proibida e a greve de estudantes que desafiou a ditadura em 1966.

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em História Social na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Orientador: Dr. Muniz Ferreira Gonçalves

**Banca Examinadora:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Alice Alcântara Costa

---

Prof. Dr. Antonio Jorge Fonseca Sanches de Almeida

---

SALVADOR  
2008

Às pessoas que das formas mais diversas combateram à ditadura.

À memória das que tombaram no caminho.

À memória das que dedicaram alguns momentos de suas vidas a construção de uma sociedade justa.

## AGRADECIMENTOS

Da definição do tema ao encerramento desta dissertação contei com auxílio e solidariedade de inúmeras pessoas. Sem o esforço coletivo este trabalho não seria possível, por isso a elas, presto mais uma vez minha gratidão.

Na universidade muitos professores contribuíram com a minha trajetória, a todos, meu agradecimento na pessoa do meu orientador, Muniz Ferreira, pela dedicação e sinceridade nos comentários ao longo do trabalho.

A Marina e a Sr. David pela atenção com que nos tratam quando precisamos recorrer à biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. A Soraia Ariane pelo afinho e dedicação na secretária do curso.

Ao pessoal da Fundação Clemente Mariani, pelo incentivo dos cursos por eles promovidos e especialmente pelo profissionalismo e dedicação da Bibliotecária Graça e do mestre Paulo César, hoje professor da UFRB.

Aos funcionários de arquivos e instituições que pesquisei, mas especialmente à professora Déborah Kelman pelo árduo e brilhante trabalho de criar e manter o Memorial do Colégio Estadual da Bahia, a Fábio Santana e Raimunda Silva, funcionários do arquivo daquele Colégio. Mesmo com condições adversas são exemplos de dedicação. À direção daquela casa de ensino que nos fraqueou a pesquisa em seus arquivos.

Ao NEIM na pessoa da professora Dr. Ana Alice pela parceria que me facultou acessos a fontes escritas e orais.

Aos contemporâneos dos acontecimentos analisados que se disponibilizaram a conceder entrevistas e/ou colaborar com a pesquisa das mais diversas formas.

A minha mãe pelo que representa para os filhos de sangue e os que a adotaram como mãe. A minhas filhas que souberam compreender minhas ausências durante este dois anos. A minha companheira Ana com quem dividi tensões e angústias e de quem recebi incentivos imprescindíveis à conclusão deste trabalho.

## RESUMO

Essa dissertação analisa as movimentações em torno da peça “Aventuras e desventuras de um estudante”. Proibida pela direção do Colégio Estadual da Bahia, a peça transformou-se no pivô de uma greve de estudantes que, lutando pela liberdade de expressão, enfrentaram autoridades civis e militares no Estado da Bahia no ano de 1966, em plena ditadura. Aborda temas como a repressão ao movimento estudantil no período, articulações entre secundaristas, universitários e outros setores sociais e a repercussão das movimentações estudantis na imprensa baiana. Ancorada em um leque de fontes que engloba arquivos escolares, jornais da época, arquivos pessoais, documentos da repressão e depoimentos de protagonistas e contemporâneos, a pesquisa teve como objetivo contribuir com debate historiográfico acerca do movimento estudantil no período da ditadura militar, particularmente sobre a participação de secundaristas na resistência ao regime que se instalou no Brasil após o golpe de 1964.

**Palavras chave:** Ditadura; Greve; movimento estudantil.

## **ABSTRACT**

This dissertation examines the movement around the play "Adventures and not adventures of a student". Prohibited by the direction of the College State of Bahia became the pivot of a strike by students that fighting for freedom of expression faced civil and military authorities in the State of Bahia in the year 1966 in full dictatorship. It addresses topics such as repression of student movement in the period, joints between high school, academics and other social sectors and the impact of student movements in the press Bahia. Docked in a range of sources that includes school records, newspapers of the time, personal files, documents and testimony of the prosecution and contemporary protagonists, the survey aimed to contribute as historic and geographical debate about the student movement during the military dictatorship, particularly on the high school participation of the resistance to the regime that has developed in Brazil after the coup of 1964.

**Key words:** Dictatorship; Strike; Student Movement



## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO ..	9
2 O CENÁRIO DA PEÇA: UM ESBOÇO DA BAHIA ANTES DO GOLPE DE 1964....	26
2.1 A BAHIA E O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL.....	29
2.2 A AGITAÇÃO CULTURAL. ....	31
2.3 BRASIL E MUNDO: ALGUMAS MOVIMENTAÇÕES ESTUDANTIS REPERCUTIDAS NA IMPRENSA BAIANA.....	36
2.4 DIREITAS X ESQUERDAS NO CENÁRIO ESTUDANTIL. ....	37
2.5 APONTAMENTOS SOBRE AS MOVIMENTAÇÕES ESTUDANTIS NO COLÉGIO CENTRAL .....	43
2.5.1 O grêmio do Colégio Central .....	45
2.5.2 Fechamento do Grêmio e criação da Junta Governativa.....	48
2.7 REGISTROS DO TEATRO AMADOR E ESTUDANTIL.....	53
2.8 A CARÊNCIA DE PROFESSORES .....	54
3 PRIMEIRO ATO: O TEXTO DA PEÇA .....	58
3.1 O SCRIPT. ....	59
4 SEGUNDO ATO: A VIDA DE ESTUDANTES ENCENANDO A PEÇA. ....	72
4.1 GATEB: O TEATRO NO CENTRAL E A PROIBIÇÃO DE AVENTURAS E DESVENTURAS .....	72
4.2 REAÇÃO ESTUDANTIL. ....	76
4.3 ADEÇÃO DOS EXPOSITORES. ....	78
4.4 REUNIÃO COM SECRETÁRIOS DE GOVERNO.. ....	80
4.5 DIRETOR APRESENTA JUSTIFICATIVAS PARA A PROIBIÇÃO E PUNE ALUNOS .....	81
4.6 AS PRIMEIRAS REPERCUSSÕES NA IMPRENSA.....	87
4.7 MANIFESTAÇÕES DE APOIO E SOLIDARIEDADE.....	97
4.8 AVENTURAS NO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO.....	99
4.9 EMBATE COM JURACY. ....	104
4.10 AVENTURAS NO MOSTEIRO DE SÃO BENTO.....	107
4.11 AS COMISSÕES DE INQUÉRITO. ....	111
4.12 REUTER “CAI PARA CIMA”? .....	113
4.13 A REPRESSÃO. ....	114
4.14 REPRESÁLIAS .....	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS. ....	123
REFERÊNCIAS. ....	125

## 1 INTRODUÇÃO

Ao começar nossos estudos para o mestrado em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) tínhamos em mente analisar o movimento estudantil secundarista de Salvador entre 1964 e 1971. Entretanto a complexidade do tema, carência de bibliografia específica, dificuldades de acesso às fontes e limitações de tempo foram obstáculos que impuseram novos objetivos.

Por outro lado, as fontes que dispúnhamos (escritas ou orais) apontavam cada vez mais a importância de uma greve deflagrada pelos estudantes do Colégio Estadual da Bahia (Central) contra a proibição de uma peça em 1966. Assim, reorientamos nossa pesquisa com vistas à construção de uma leitura daquela greve que contribua com o debate historiográfico sobre o movimento estudantil (ME) no período e possa motivar novos estudos sobre o tema. Sendo um episódio pouco conhecido da academia, oferecemos nesta introdução uma breve apresentação dos fatos com vistas a familiarizar os nossos leitores com o objeto.

Elaborada para ser encenada naquele Colégio pelo Grupo Amador de Teatro Estudantil da Bahia (GATEB) “Aventuras e desventuras de um estudante”, peça de autoria de Carlos José Sarno, então secundarista daquela tradicional casa de ensino baiana, aborda o cotidiano de um estudante sendo uma denúncia poética da situação da educação pública na Bahia em meados dos anos 60.

No primeiro semestre de 1966, após a conclusão dos ensaios o texto da peça chegou à direção do Colégio para que fosse autorizada sua apresentação no auditório. Negada a autorização, os estudantes resolvem protestar contra a decisão do diretor, o professor Walter Luiz Reuter, que este acabou punindo sete alunos como tentativa de coibir e evitar novos protestos.

Os estudantes do Colégio Central declararam greve e realizaram diversas manifestações pelas ruas de Salvador. Conquistaram o apoio de secundaristas de outras escolas, universitários, religiosos, artistas e intelectuais. O clima foi ficando mais acirrado e a questão debatida nos principais jornais da capital baiana. Os secundaristas

levaram algumas “desventuras” ao diretor, que acabou fora do posto,<sup>1</sup> mas não conseguiram encenar a peça nem no Colégio Central nem no Restaurante Universitário (RU) ou no Mosteiro de São Bento, os dois últimos, espaços oferecidos respectivamente pelos estudantes da UFBA e por Dom Timóteo Amoroso Anastácio.

Aos nossos olhos dentro do cenário desenhado pelo regime militar, o veto a “Aventuras e desventuras de um estudante” no Central não surge como algo destoante do momento político vivido no país. Mesmo potencialmente circunscrita à platéia estudantil de um colégio secundarista, pelo seu conteúdo a peça não passou despercebida pelos defensores do regime.

A iniciativa de apresentá-la não pode ser vista hoje apenas como ousadia de uma juventude inquieta e questionadora, ou daqueles que preferiram não se calar diante do regime autoritário vigente no país. A peça surge no momento em que, na visão do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB):

Começam a se ampliar e aprofundar as manifestações de resistência à ditadura e de oposição à sua política reacionária e entreguista [...] amplos setores sociais que, manifestaram apoio ou simpatia ao golpe, sentem-se ludibriados e prejudicados pela política reacionária e entreguista da ditadura, tendem a unir-se aos que a ela se opõem.<sup>2</sup>

A iniciativa da peça traduz uma visão do momento político em que a luta contra a ditadura e a conseqüente defesa da liberdade de expressão eram pontos que unificavam setores das esquerdas, e reuniu lado a lado militantes da Ação Popular (AP) e do PCB na criação do GATEB e nos protestos contra a proibição da peça no Central.

Os acontecimentos que analisamos aqui se constituíram em movimento de contraposição a ditadura militar instalada no Brasil a partir do golpe de 1964 e tiveram lugar no ano de 1966, particularmente entre o final de maio, quando começam as movimentações em torno da proibição da peça e agosto daquele mesmo ano, mês para o qual estava marcada a encenação da peça no Mosteiro de São Bento, que figura como a última tentativa do GATEB de levar a peça ao público baiano.

---

<sup>1</sup> COSTA, Weldon Americano da. et. al. **Memórias do Colégio Estadual da Bahia: 1937-1971**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1971.

<sup>2</sup> Resolução política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, maio de 1965. CARONE, Edgard. **O P.C.B: 1964 a 1982**, v 3. São Paulo: Difel, 1982. p.19.

Os estudantes tiveram papel ativo na resistência à ditadura. Em muitos momentos no movimento estudantil operava-se uma fusão entre reivindicações específicas dos estudantes e a luta política contra a ditadura, aproximando-os de outros setores sociais opositores do regime (RIDENTI, 1993, p.130 e 137).

O que denominamos aqui de ME diz respeito a uma variedade de ações empreendidas pelos estudantes na defesa de suas reivindicações, propostas e teses, não necessariamente vinculadas a entidades representativas, mas sem desprezar o papel destas e das forças políticas que nelas atuavam naquele contexto. Assim, a atuação de secundaristas expressa nas entidades estudantis, destacando a Associação Baiana de Estudantes Secundaristas (ABES), a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), a Associação Cultural dos Estudantes da Bahia (ACEB) e Grêmios Estudantis, será analisada de forma complementar, já que centramos nosso estudo nos protestos contra a proibição da peça no Colégio Estadual da Bahia.

Em se tratando de um trabalho sobre um capítulo recente de nossa história envolvendo um grupo teatral e grupos culturais, cabe registrar que experiências como o Teatro dos Novos, o Teatro de Arena e os Centros de Cultura Popular (CPC's) da União Nacional dos Estudantes (UNE) deixaram suas marcas na década de 1960. O teatro e outros trabalhos culturais tiveram uma presença significativa nos movimentos de contraposição à ditadura no Brasil e faziam parte da linha de atuação de organizações de esquerda naquele período. No entanto, as limitações do tempo e a falta de uma bibliografia que aborde os temas na Bahia, nos conduziram a caminhos longos e arriscados para o tempo de que dispomos. Por isso eles aparecem no texto apenas de forma pontual, já que as análises para estabelecer continuidades e rupturas entre os CPC's, os movimentos de Teatro da década e os trabalhos do GATEB seria, pela complexidade e importância assumida, tema para outras dissertações.

Entre os fatores que despertaram o interesse pelo tema, três merecem destaque. Primeiro, nossa própria experiência no movimento estudantil no final dos anos 80. Já naquele momento presenciamos, entre estudantes e professores, um saudosismo em relação às “histórias” do ME durante a ditadura. Mais tarde emergiram manifestações estudantis favoráveis à cassação do senador Antonio Carlos Magalhães (ACM), em maio de 2001, e da luta contra o aumento da tarifa do transporte público, em

agosto/setembro de 2003 e setembro de 2005. Ainda aqui, na falta de estudos mais aprofundados, predomina uma visão idílica do passado em relação ao presente.

Pretendemos com essa dissertação contribuir na superação do saudosismo acrítico, considerando a formulação de Brito de que a construção de uma auto-imagem de opositores ao regime, no período em questão, está presente em indivíduos que, quando muito, apenas ofereceram uma resistência passiva (BRITO, 2003). Buscando uma aproximação com a vivência destes estudantes, nosso esforço visa dar continuidade aos estudos sobre a ditadura militar na Bahia, contribuindo no preenchimento da lacuna existente em relação aos secundaristas.

Outros fatores que contribuíram para nosso interesse foram relevância e carência de estudos acerca do tema. Embora seja corrente nos meios acadêmicos pontuar-se a importância dos estudantes na vida política do país, particularmente o papel desempenhado por eles na luta contra a ditadura militar não tem motivado muitos estudos na academia. No caso específico dos secundaristas na Bahia, trabalhos recentes têm registrado a completa ausência de estudos sobre o tema.<sup>3</sup>

Reunindo, cruzando e analisando fontes traçamos estas linhas sobre a atuação do GATEB e a greve que foi desdobramento de seu trabalho no ano de 1966. Esperamos com a presente dissertação contribuir para o debate sobre o período da ditadura militar na Bahia, particularmente para o debate historiográfico em torno das movimentações de estudantes secundaristas e, sobretudo, inspirar novos estudos.

Sabemos que os estudantes desempenharam um papel de destaque na luta contra a ditadura que se instalou no Brasil como desdobramento do Golpe de 31 de março de 1964.<sup>4</sup> Suas ações e formas de organização, no entanto, têm sido pouco estudadas. No caso dos secundaristas, desconhecemos a existência de trabalhos acadêmicos específicos no Brasil. Não obstante esta ausência, a importância deste segmento estudantil tem sido apontada em obras relevantes sobre a ditadura, luta armada, organizações de esquerda e movimento estudantil universitário.

---

<sup>3</sup> Entre eles, Reis Filho (1999); Benevides (1999); José (2000); Santos (2001); Brito (2003) e Silva (2003).

<sup>4</sup> Vale ressaltar que não trabalhamos aqui a totalidade dos "estudantes". Esclarecemos inclusive, que no meio estudantil muitos aderiram ao discurso anticomunista. C.f. (BRITO, 2003).

Destacamos que a maioria das publicações sobre o ME no Brasil mantém uma tendência à nacionalização das ações e lutas a partir do referencial Rio/São Paulo e Minas Gerais (este último em menor escala), podendo conduzir estudiosos a generalizações um tanto quanto inadequadas. Felizmente, nos últimos anos desenvolveram-se estudos sobre outras regiões, o que é de grande valia para a historiografia.<sup>5</sup>

É importante salientar que, embora o motivo inicial da greve dos estudantes do Central em 1966 possa parecer à primeira vista um problema localizado, as movimentações ocorridas em Salvador não estavam em descompasso com o que ocorria em outros pontos do país. A ocupação das ruas por estudantes secundaristas como espaço de protestos em 1966 não foi exclusividade dos soteropolitanos. E, em muitos momentos, reivindicações apresentadas como problemas localizados guardavam fortes relações com o fato de o país estar imerso em um período de exceção.

Em estudo sobre as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), grupo organizado na cidade de Ribeirão Preto, interior paulista, Bagatim (2006) registra articulações feitas em 1966 por grêmios daquela cidade para a reorganização da União dos Estudantes de Ribeirão Preto (UERP). Cita manifestações ocorridas na segunda metade do mês de setembro. Informa a autora:

No dia 21 de setembro de 1966, uma passeata contra a ditadura foi organizada em Ribeirão Preto. Os estudantes se concentraram no centro da cidade e de lá caminharam até as imediações do Paço Municipal. Uma tropa de choque os aguardava diante da prefeitura. Houve um enfrentamento, mas os estudantes conseguiram reorganizar a manifestação na frente da catedral. Houve novo confronto com a tropa de choque, que também se encaminhou para o local. Muitos estudantes se abrigaram dentro da catedral, onde se encontrava o arcebispo Dom Felício da Cunha Vasconcelos. Passado o tumulto, Dom Felício tentou conversar com os policiais pedindo que permitissem a saída dos estudantes abrigados na catedral. Como os policiais não atenderam ao seu pedido, Dom Felício colocou-os em seu carro e os levou para suas casas. Esta foi a primeira manifestação de protesto à ditadura organizada em Ribeirão Preto e noticiada pela imprensa local, falada e escrita.<sup>6</sup>

Do estudo sobre a FALN em Ribeirão Preto destacamos, entre outros, dois pontos que guardam semelhanças com as movimentações estudantis daquele ano em Salvador. O primeiro, a ligação de lideranças com o PCB e o segundo a postura de

---

<sup>5</sup> Um bom panorama do ME, notadamente do universitário, encontra-se na coletânea intitulada 1968: faz 30 anos, organizada por João Roberto Martins Filho em 1998.

<sup>6</sup> BAGATIM, Alessandra. **Personagens, trajetórias e histórias das Forças Armadas de Libertação Nacional**. Dissertação (Mestrado em história), UNICAMP, Campinas, 2006, p. 43.

solidariedade e acolhimento de Dom Felício no caso de Ribeirão Preto e Dom Timóteo no caso do Mosteiro de São Bento em Salvador. Outro registro importante do estudo é o da presença de membro da Juventude Estudantil Católica (JEC) entre secundaristas de Ribeirão Preto, assinalando-se aí que não se tratava de um grupo grande e que era majoritariamente feminino (BAGATIM, 2006, p. 42), detalhe que merece a dedicação de pesquisas abordando questões de gênero durante e ditadura militar.

As vésperas do início da greve dos estudantes do Central chegavam à Bahia a notícias de movimentações estudantis no Rio de Janeiro. Os estudantes do Ginásio Thomé de Sousa em Senador Camará, bairro da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, tinham aderido à greve contra a falta de professores nos quadros do Estado devido à carência deixada por Carlos Lacerda após sua saída do Governo do Rio de Janeiro (então Estado da Guanabara). Ao lado da notícia da greve no Rio, o jornal Estado da Bahia publicou um relato do seu articulista denunciando as condições dos sanitários do Colégio Central afirmando:

Recuso-me a comentar o estado deplorável em que encontrei o recinto referido, mesmo porque se assim o fizesse seria obrigado a citar o que tive a oportunidade de ver ao pisar nos sanitários do Central, o que não ficaria bem para esta coluna, e também estaria eu arriscando-me a perder o emprego, o que não tenho condições no momento.<sup>7</sup>

A noticiada greve de secundaristas do Rio de Janeiro teria começado no dia 20 de maio de 1966 com os estudantes do Colégio Daltro Santos. Entre as atividades do movimento houve passeatas,<sup>8</sup> concentração no Viaduto de Bangu e a ida de uma comissão à Secretaria de Educação, para falar com o Secretário Benjamim de Moraes. A adesão dos estudantes do Thomé de Sousa só ocorreu quase uma semana depois, no dia 26 de maio.<sup>9</sup>

Na primeira quinzena do mês de maio, portanto, antes do movimento deflagrado a partir do Colégio Daltro Santos, outros estudantes do Rio de Janeiro já haviam entrado em greve por conta da falta de professores, foi o caso do Colégio República do Peru<sup>10</sup>

<sup>7</sup> ESTADO DA BAHIA Salvador: [s.n.], 27 maio 1966, p. 4.

<sup>8</sup> Além da matéria do periódico baiano, essa greve e passeatas foram confirmadas por Sueli Freitas Rodrigues, Geraldo Rodrigues e Ana Cecília que em 1966 estudaram no Colégio Daltro Santos, sendo a última entrevistada pelo autor.

<sup>9</sup> ESTADO DA BAHIA, op. cit.

<sup>10</sup> O GLOBO. Rio de Janeiro: [editora globo], 12 maio 1966, p. 3.

onde 1.600 alunos do noturno ficaram sem aulas após os estudantes decretarem greve por tempo indeterminado.<sup>11</sup>

No decorrer daquele mês a luta contra o déficit de professor mobilizou pelo menos os estudantes dos Colégios Fabiano Luz, Professor Raja Gabaglia, Charles Dickens, Princesa Izabel, Barão de Rio Branco, Gil Vicente<sup>12</sup> e Grupo Escolar Sobral Pinto,<sup>13</sup> que somados aos três já citados totalizam 10 (dez) colégios onde estudantes encamparam movimentos grevistas contra o déficit de professores.

As mobilizações no Rio sofreram forte repressão policial e propiciaram um episódio que merece registro. Em uma das manifestações duramente reprimida dois estudantes foram presos em frente do Colégio Sobral Pinto. Um deles era filho de Major do Exército que não só se mobilizou para a soltura do filho, como também declarou à imprensa que era favorável às reivindicações estudantis.<sup>14</sup> Essas greves de secundaristas do Rio de Janeiro, ao que nos consta, carecem ainda de estudos acadêmicos.

Na Bahia, as manifestações em torno da peça do GATEB são apontadas como precursoras da reorganização estudantil secundarista em Salvador. Começaram a repercutir nos jornais a partir da greve deflagrada pelos estudantes do Central em 31 de maio de 1966. Situando-se, portanto em um período posterior as greves dos Secundaristas do Rio de Janeiro mas, muito anterior às mobilizações dos colegas de Ribeirão Preto citadas por Bagatim (2006).

No contexto nacional, a publicação de Martins Filho (1987) pode ser considerada clássica quando se trata do movimento estudantil. Aborda as relações entre este e a militarização do Estado brasileiro. Tece um amplo panorama das mobilizações em âmbito nacional, tomando como base a imprensa. No plano teórico, tem o mérito de se contrapor a uma memória mitológica em relação ao jovem, e particularmente a estudantes, enquanto atores naturalmente oposicionistas. Deste modo, pode ser tomada como uma importante contribuição, que indica aspectos gerais da participação estudantil

---

<sup>11</sup> ÚLTIMA HORA. Rio de Janeiro: [s.n.], 11 maio 1966, p. 2.

<sup>12</sup> ÚLTIMA HORA 24 maio 1966, p. 2.

<sup>13</sup> Idem, 31 de maio de 1966, p. 2.

<sup>14</sup> Idem, 2 de junho de 1966, capa e p.5.



e ciclos do protesto estudantil concomitantemente à evolução do regime militar, não obstante, concentra mais atenção no protesto universitário.

Já o livro "Rebeldes e Contestadores" - organizado por Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira - apresenta diversos artigos que discutem a conjuntura de 1968 no Brasil, França e Alemanha. Além de ser uma obra importante para a contextualização do nosso objeto, possui bons trabalhos sobre o ME no Brasil. Num desses, Reis Filho (1999) aponta que o movimento, no Brasil, não ficou restrito ao eixo Rio - São Paulo, nem tampouco foi protagonizado apenas por estudantes universitários. Ressalta o papel desempenhado por secundaristas em importantes capitais do país, dentre as quais Salvador, Fortaleza e Maceió. Este autor sinaliza ainda a existência de especificidades de secundaristas em relação a universitários.

As linhas acima têm incidência no nosso estudo, sobretudo pelo importante papel desempenhado pelos estudantes secundaristas em Salvador. Benevides (1999) foi um dos primeiros estudiosos a apontar essa importância. Almejando analisar em que medida a participação política de jovens dos anos 60 e 70 contribuiu para a criação de uma nova cultura política, o autor traça um panorama das manifestações estudantis na Bahia entre 1964 e 1980 e indica a forte participação de secundaristas na luta contra a ditadura.

Segundo Benevides (1999), em alguns momentos, diferentemente de outros centros urbanos do país, onde é corrente creditar aos universitários as contestações de rua à ditadura, na Bahia, secundaristas assumiram a dianteira desta luta. Revelaram uma boa capacidade de articulação interna e externa, envolveram diversos setores sociais em suas reivindicações,<sup>15</sup> ou no sentido inverso, foram porta-voz destes setores que se sentiram e/ou se fizeram representados por eles.

Outro estudo realizado sobre o ME na Bahia é o de Oliveira (2002). Concentrando suas pesquisas no movimento estudantil universitário, o autor investigou a atuação destes jovens baianos na política, tomando como marco o ressurgimento do movimento estudantil em meados dos anos 70, sobretudo na UFBA. O autor analisa aspectos motivadores da participação dos universitários no ME, apresenta uma revisão sobre a construção teórica do tema e uma breve cronologia do ME baiano, onde registra

---

<sup>15</sup> Nos casos da proibição da peça dos alunos do Central e da luta contra a Lei Orgânica, surgiram documentos em apoio assinados por outros segmentos sociais, a exemplo de intelectuais, artistas e religiosos.

acontecimentos do movimento estudantil secundarista na Bahia de 1966 a 1968 (OLIVEIRA, 2002, p. 43). Trabalhando com dados empíricos, analisa os aspectos sociais e econômicos que motivaram a participação estudantil.

Pesquisando também sobre os universitários, Brito (2003) inova ao tomar como principal fonte as atas do Conselho Universitário da UFBA, já que seu estudo se concentra na atuação política de estudantes daquela universidade, entre os anos de 1964 e 1969. Seu trabalho tem uma importância fundamental para a desmistificação dos atores no período e mostra como na própria universidade a repressão se fez presente através da atuação de alguns membros da instituição.

Trabalhando outras fontes, como jornais e inquéritos policiais, o autor revela a importância e necessidade de estudos sobre o movimento estudantil secundarista no período. Dialogando com este autor que optamos por utilizar na nossa pesquisa os arquivos de colégios secundários, possibilitando assim amenizar o problema da inexistência de arquivos dos grupos ou entidades estudantis e a falta de acesso às fontes da repressão.

Num trabalho contemporâneo ao de Brito, Silva (2003) analisa a história das organizações armadas na Bahia entre os anos de 1969 e 1971. Dada a importância dos estudantes na composição desta frente de oposição ao regime, a autora dedica um capítulo ao movimento estudantil. Trata do episódio da peça proibida no Central em 1966 e aponta os caminhos seguidos por alguns dos jovens envolvidos na peça e nos protestos contra sua proibição. Silva (2003) assim como Brito (2003), destacam a carência de estudos sobre os secundaristas.

Outro trabalho relevante sobre o ME na Bahia é de José Alves Dias. Nele o autor analisa as manifestações estudantis contra o regime militar ocorridas na Bahia entre 1964 e 1968 tratando-as como “como instrumentos de pressão e resistência contra o poder autoritário durante o regime militar... [e buscando] demonstrar a intensidade e o desempenho político dessas manifestações” (2001, p. 3).

Esse autor sugere a articulação dos estudantes baianos com o movimento nacional de oposição ao regime, destacando, no entanto as dificuldades dos estudantes mobilizarem setores fora das camadas médias da sociedade. Mesmo com dificuldade de penetração nos setores populares, os estudantes foram capazes de incomodar as classes

dirigentes e descaracterizarem a aparente hegemonia social pretendida pela ditadura. Dias aponta:

Na Bahia, ainda que o poder político tenha se mantido autoritário e conservador com o triunfo das forças militares em 1964, alguns segmentos da sociedade civil, particularmente os estudantes secundaristas e universitários, vários deles militantes ou simpatizantes do PCB, e mais tarde das Dissidências, demonstraram com bastante veemência sua insatisfação, ora resistindo, ora se rebelando violentamente contra as imposições da ditadura na Bahia, que em harmonia com o estado centralizado e modernizante instituído pelos golpistas, tentava impor a ideologia dominante, legitimar o arbítrio e manter seu poder. (2001, p.60).

Ainda sobre a bibliografia é importante ressaltar que o saldo das manifestações de 1966 ficou registrado numa publicação referente às memórias do Colégio Estadual da Bahia, comemorativas dos 134 anos de sua existência. Para esta obra, cabem algumas ressalvas. Em primeiro lugar, não se trata de um trabalho historiográfico, o que não a invalida como fonte construída a partir de lembranças e documentos oficiais do Colégio. Para, além disso, registre-se que o texto é carregado de exaltações a personalidades como o governador, na época, Antônio Carlos Magalhães e a Walter Reuter, diretor do Central.

As ressalvas não minimizam a contribuição da obra que apresenta pistas importantes para a análise da movimentação dos estudantes, bem como a relações dos corpos, docente e discente do estabelecimento com outros atores sociais. Como exemplo, apresenta o currículo de Walter Reuter, deixando explícito o nível de relacionamento do diretor do Central com autoridades da época, e seu comprometimento com os ideais presentes nos acordos entre Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for Development, conhecidos como MEC/USAID<sup>16</sup>, uma vez que respondeu pela coordenação destes acordos (COSTA, 1971, p. 123), provavelmente, após exonerar-se por conta do episódio da peça em 1966 (COSTA, 1971, p. 117).

---

<sup>16</sup> Trata-se de uma série de acordos na área de Educação firmados entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil com a Agência norte-americana. Assinados em 1966, esse acordos tinham como objetivo uma ampla reforma no sistema educacional brasileiro, de acordo com um modelo elaborado por representantes do governo norte-americano. Entre outras, o acordo visava uma parceria entre universidade e empresas e a privatização do ensino público, com reformas em todos os níveis educacionais. Detalhes deste acordo encontram-se em Arapiraca, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 1982. e Alves, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**, 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

Mesmo tratando-se de um livro de memórias com caráter comemorativo e tendo sido escrito em um período de exceção, onde o peso dos posicionamentos políticos era quem acionavam as teclas da máquina de escrever, a publicação organizada por Americano da Costa tem para nós um grande valor histórico. Tratando devidamente as interpretações e juízo de valores expressos na mesma, temos na obra um bom registro de acontecimentos envolvendo o Colégio, seu corpo docente, discente e seus funcionários.

A obra foi elaborada como parte das comemorações pela passagem do 134º aniversário do Colégio. Em 1971, o então diretor recém empossado no seu segundo mandato, Walter Reuter, baixou uma portaria designando uma comissão responsável pela pesquisa para elaboração das memórias do Colégio, abrangendo o período de 1937 a 1971, dando assim continuidade à publicação comemorativa do centenário daquela casa de ensino que abrangia o período compreendido entre 1837 e 1937. Na comissão encarregada de sua feitura estivera além do organizador, Olga Magnavita Batista Neves, Osvaldo Caetano de Souza, Carmem Valois Leite e Arlindo Santo. O livro foi patrocinado pelo Governo do Estado da Bahia e publicado pela Imprensa Oficial do Estado da Bahia.

Nas pesquisas no arquivo do Colégio encontramos documentos comprobatórios de várias passagens destas memórias. Além disto, fatos apresentados nas memórias (afora o juízo de valor e as interpretações) foram confirmados por estudantes da época por nós entrevistados, em alguns casos com eventuais pequenas ressalvas. Cabe aqui o registro que a publicação era desconhecida dos entrevistados e que, no caso dos que participaram dos protestos contra a proibição da peça do GATEB, as reações ao saberem como os mesmos foram tratados nestas memórias variaram do espanto ao riso.

O parêntese aberto em relação a este livro de memórias justifica-se por dois motivos. Primeiro, na carência de fontes, o livro em muitos momentos serviu de guia, seja para orientar a busca ou a interpretação de outras fontes escritas, seja na elaboração de roteiros e questões para as entrevistas. O outro motivo do parêntese é que este livro de memórias foi, em alguns casos, a única fonte que dispomos para as atividades estudantis na primeira metade do século passado, que aqui registramos como parte introdutória da constituição do cenário interno do Colégio.

Costa registra que o Grêmio do Central, reinstalado em 1961, foi fechado em 1963, devido a desentendimentos entre a direção e os alunos por conta da eleição da entidade estudantil. Registra também que em reunião da Congregação do educandário para discutir uma passeata ocorrida em apoio ao golpe, saiu a sugestão de realizar uma homenagem às Forças Armadas. Tais iniciativas podem ser vistas como indícios de uma ação efetiva de combate ao movimento estudantil no Colégio e da presença de um espírito favorável ao golpe dentro da sua Congregação.

Resguardadas as restrições impostas por período de exceção, vivia-se um momento de debates acerca do regime. As concepções de democracia eram disputadas em muitos espaços e de maneira tão divergente que o discurso de defesa da democracia era empunhado até como forma de combater manifestações estudantis pacíficas como as que ocorreram em torno da peça do Central. A imprensa foi um espaço relativamente privilegiado para este debate, pois, como assinalou Moraes (1989):

Até o dia 13 de dezembro de 1968 (quando os elementos cripto-fascistas do regime militar lograram seu intento de impor, através do Ato-5, a ditadura aberta, com carta branca para os torturadores), a imprensa se exprimiu com alguma liberdade e a oposição pode fazer valer publicamente suas críticas e suas denúncias.<sup>17</sup>

Assim, em torno dos protestos gerados com a proibição de encenação da “Aventuras e desventuras de um estudante” produziu-se todo um debate, às vezes aberto, às vezes velado sobre as concepções de democracia e de movimento estudantil. Ao menos entre os militantes esse debate deve ter fervilhado nas escolas,<sup>18</sup> faculdades e universidades baianas. Mas o registro escrito mais detalhado que tivemos acesso veio da imprensa escrita.

Embora, via de regra não se possa dizer que na Bahia a grande imprensa resumiu-se a apresentar uma ou outra posição em relação aos protestos contra a proibição da peça dos estudantes do Central, essas fontes não são as únicas nem são auto-suficientes para construirmos uma visão daquele momento histórico.

A dificuldade de acesso aos arquivos da repressão na Bahia constituiu-se um problema que buscamos amenizar no levantamento de dados e no cruzamento e análise

---

<sup>17</sup> MORAES, João Quartim. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observação crítica. **Tempo Social**. São Paulo: USP, 1989.

<sup>18</sup> Estudantes de outros colégios (que não o Central) entrevistados pelo autor fizeram referências a repercussão que os episódios alcançaram na época.

de fontes escritas, orais e iconográficas disponíveis nos arquivos do próprio Colégio Estadual da Bahia, da Secretaria de Educação <sup>19</sup> e nas entrevistas com contemporâneos e protagonistas daqueles acontecimentos encontramos os subsídios para escrever esse capítulo de nossa história.

Seja pela diversidade de posição dos veículos impressos presentes na Salvador dos anos 60 ou por outros motivos mais subjetivos, o tratamento dado à questão por jornais baianos permitem-nos “ler” em suas páginas posições de diversos atores sociais envolvidos direta ou indiretamente nos episódios da peça do Central. Com a ressalva de que alguns atores e posições ganharam repercussões mais privilegiadas em detrimento de outros que apareceram apenas anonimamente, via de regra como alvo de críticas.

Estudando as representações do movimento estudantil de Porto Alegre na imprensa, Alves (2004) ressalta as diferentes formas de visibilidade daqueles estudantes na imprensa local entre 1964 e 1968. No caso da Bahia, matérias de jornais da época divulgaram de forma integral ou parcial alguns documentos escritos pelos atores sociais envolvidos em questão. Mas, a voz dos os estudantes que protagonizaram os protestos em torno da peça só aparecia indiretamente, e poucos nomes foram citados.

A imprensa escrita constituiu-se assim em fonte privilegiada para analisar as movimentações e repercussões dos protestos contra a proibição da peça no Central. Para tanto, trabalhamos diretamente com os jornais, Diário de Notícias, A Tarde, Jornal da Bahia e jornal Estado da Bahia, veículos da imprensa baiana que deram cobertura aos protestos dos estudantes.

Incluímos ainda neste conjunto alguns jornais cariocas, consultados na Biblioteca Nacional, o que nos permitiu perceber a repercussão da greve dos estudantes do Central no Rio de Janeiro e obter uma visão geral das greves de secundaristas ocorrida também no ano de 1966 em colégios públicos da Guanabara.

Sobre a utilização de fontes jornalísticas é necessário destacar que, embora as empresas jornalísticas modernas anunciem a busca da neutralidade, muito frequentemente elas expressam posições mais ou menos explícitas sobre diversos temas

---

<sup>19</sup> O Arquivo Público do Estado da Bahia dispõe de documentação da Secretaria de Educação, que embora não sejam abundantes, contém informações importantes que incidem sobre nosso tema.

debatidos na sociedade, assumindo um papel ativo na conjuntura como assinalou Santos (2006) ao analisar o jornalismo praticado por A Tarde no período de 1968 a 1972.

A necessidade de legitimação perante a opinião pública como forma de manter e conquistar leitores pode ser apontada entre os fatores que levaram jornais a repercutirem as ações dos estudantes de Salvador entre 1966 e 1968. No entanto a instituição do AI-5 e seus desdobramentos acabam impondo um novo comportamento às empresas jornalísticas que muitas vezes resultou no “silenciamento” de fatos importantes naquela conjuntura. Mas, para o período aqui abordado temos uma boa cobertura dos jornais que circulavam em Salvador.

Estes veículos de comunicação estavam inseridos em um momento histórico em que a imprensa brasileira transitava para o modelo que se convencionou chamar de empresa moderna de comunicação, onde a notícia passa a ser tratada como mercadoria. O prestígio do jornal e sua sustentação financeira passam a depender muito mais das vendas. Assim, uma das fórmulas adotadas na disputa de mercado em busca da manutenção e ampliação do público leitor foi a anunciada imparcialidade dos veículos de comunicação, que deveria ser expressa nas notícias oferecidas aos leitores (SANTOS, 2006).

Embora essa imparcialidade se resumisse ao discurso apresentado pelas empresas jornalísticas modernas, não chegando de fato a ser a marca das notícias oferecidas ao público, em busca de conquistar e manter leitores essas empresas nem sempre puderam silenciar-se diante dos acontecimentos vividos no período. E muitas vezes, mesmo tendo posição clara sobre determinado fato, buscavam apresentar posições divergentes como forma de sustentação do discurso que anunciava sua imparcialidade.

Alves assinala que entre as estratégias utilizadas por empresas jornalísticas para “vender” a imagem de imparcial está a de dar voz a atores que tinham diferentes posicionamentos sobre o fato noticiado, mas desqualificando uns em detrimento de outros, ou dando voz direta a uns e indireta a outros (ALVES, 2004), de acordo com as intenções dos que faziam parte da empresa jornalística.

No caso dos protestos estudantis analisados aqui, tanto pela visibilidade alcançada nos jornais, quanto pela relativa diversidade de posicionamentos destes veículos de comunicação, é possível perceber no noticiário a voz dos diferentes atores sociais envolvidos na questão, bem como traçar uma cronologia dos acontecimentos, sendo para isso auxiliado pelos depoimentos orais e por outras documentações que analisamos ao longo da pesquisa.

Outro conjunto de fontes que trabalhamos foi composto pelos arquivos do Colégio Estadual da Bahia, disponíveis na própria instituição de ensino e pelo pouco que restou da documentação elaborada pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia na época, hoje disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia.

Nos arquivos do Colégio, analisamos dois conjuntos de documentos preservados e arquivados de formas distintas de acordo com a dinâmica escolar. O primeiro conjunto, composto pela pastas individuais dos alunos, apresentam além de informações sobre ingresso e saída do aluno dos quadros do Colégio, seu desempenho nos estudos, sua frequência. Em algumas destas podemos encontrar, de forma mais esporádica, outras informações preciosas.

Entre essas uma correspondência enviada pela VI Região Militar pedindo informações sobre um aluno indiciado no Inquérito Policial Militar (IPM) n.13, anotações que dão conta de transferência de alunos por ordem da Secretária, atestados de trabalho de alunos em órgãos da repressão e partido político.

O volume de pastas de estudantes da época preservadas naquela instituição de ensino pode ainda revelar muito sobre as movimentações e outros temas ligados aos estudantes. Pelas limitações da pesquisa adotamos dois procedimentos na análise destas pastas. Primeiro escolhemos aleatoriamente algumas caixas e analisando pasta por pasta construímos uma visão geral do tipo de documentação nelas depositadas.

Em seguida passamos à análise das pastas de estudantes cujos nomes apareceram entre os punidos por conta dos protestos contra a proibição da peça e de outros estudantes que fomos ao longo da pesquisa obtendo referências em outras fontes.

Como em diversas pesquisas, nesta também por vezes deparamo-nos com a falta de alguns documentos não preservados pela instituição. Entre eles a falta dos anexos a



boa parte da correspondência enviada, a falta de maior parte da correspondência recebida, e de portarias baixadas pela direção.

No caso dos arquivos da Secretária destacamos a preservação de alguns relatórios anuais de Colégios, alguns do Colégio Estadual da Bahia e um documento, sem data e sem autoria, mas arquivado entre as documentações da década de 1960 tratando das influências dos comunistas nas escolas.

A análise dessa documentação que identificamos como arquivos escolares se deu sempre tendo em vista tratar-se de uma documentação oficial. Como toda documentação foi produzida com intencionalidade, neste caso constitui-se na versão oficial para os fatos neles tratados. Assim, sempre que possível e necessário cruzamos estas com outras fontes para possibilitarmos outras visões.

O trabalho com fontes orais já consolidou seu espaço no campo historiográfico. Nesta pesquisa lançamos mão de diversas entrevistas feitas por nós ou por outros pesquisadores. Buscamos nos cercar de cuidados diversos, a exemplo das ausências de lembranças sobre determinados episódios, sejam elas intencionais ou não.

Selecionamos nossos entrevistados primeiro a partir do autor da peça, depois pelas listas de estudantes punidos por conta dos protestos. Ao longo das entrevistas recebemos dos entrevistados indicações para novas entrevistas, algumas acatadas e realizadas. Na leitura e análise da cobertura jornalística também encontramos referências importantes de possíveis entrevistados.

A localização de contemporâneos dos acontecimentos analisados, com vistas à realização de entrevistas se deu por diversos caminhos. A colaboração de pesquisadores de temas correlatos, as indicações de entrevistados, o uso de recursos disponíveis na Internet, como de páginas de busca, sítios de relacionamentos e listas telefônicas.

Conseguimos referências recentes de boa parte das pessoas que pretendíamos entrevistar. Algumas, infelizmente não se encontram mais entre nós, outras por motivos diversos não foi possível viabilizar as entrevistas. Ao final podemos viabilizar 18 entrevistas, com as quais 17 entrevistados que contribuíram enormemente para compreensão daquele movimento. A estas se somaram outras entrevistas cedidas por pesquisadores que contribuíram igualmente para pesquisa.

Cabe aqui o registro que, embora alguns dos entrevistados não sejam citados no corpo desta dissertação, todos foram de fundamental importância para construirmos uma visão do período e orientarmos nossa pesquisa.

## **2 O CENÁRIO DA PEÇA: UM ESBOÇO DA BAHIA ANTES DO GOLPE DE 1964**

Neste primeiro capítulo buscamos traçar um esboço da Bahia e mais particularmente de Salvador no período anterior ao golpe, quando foram gestados alguns dos atores sociais presentes neste estudo. Para tanto, não negligenciando acontecimentos do cenário nacional que impactaram sobre nosso objeto, além registrar movimentações estudantis de outros países que repercutiram na imprensa baiana. Por tratar-se de um tema pouco conhecido da academia, é prudente começar com uma breve introdução sobre a presença dos estudantes secundaristas no cenário político durante a ditadura militar.

Trabalhos abordando a história contemporânea do Brasil e da Bahia têm apontado a cidade de Salvador como uma das capitais brasileiras onde o movimento estudantil secundarista teve relevante papel no combate a ditadura militar implantada no país após o Golpe de 1964.<sup>20</sup> Dialogando com estes escritos, elegemos a capital baiana como palco dos nossos estudos.

Alguns destes trabalhos apontam mobilizações ocorridas em 1966 e 1967 como momentos em que o movimento estudantil secundarista de Salvador ocupou o cenário político local e nacional. No caso de 1966, tratou-se dos protestos dos estudantes do Colégio Estadual da Bahia, contra a proibição de uma peça de autoria de um de seus alunos e que seria encenada pelo grupo de teatro daquele colégio. Estas mobilizações começaram dentro da instituição de ensino, mas extrapolaram seus muros, ganharam as ruas, o apoio e a solidariedade de outros estudantes (tanto secundaristas como universitários), de intelectuais, artistas e religiosos.<sup>21</sup> Responsabilizaram a ditadura pela censura da peça, protagonizaram significativas manifestações de oposição ao regime militar, colocando na cena política nacional um fato que poderia ter se encerrado nos “muros” do Colégio.

Em 1967, os secundaristas voltaram às ruas de Salvador desta vez em grandes manifestações contra a Lei Orgânica do Ensino encaminhada pelo Governo do Estado

---

<sup>20</sup> Podemos destacar os trabalhos de Reis Filho (1999); Benevides (1999); José (2000); Santos (2001); Brito (2003) e Silva (2003).

<sup>21</sup> Traremos destas manifestações no terceiro capítulo da nossa dissertação.

para discussão e aprovação na Assembléia Legislativa. A Lei foi denunciada como parte dos acordos MEC/USAID, vistos como ameaça ao ensino gratuito. Segundo Santos (2001), o ponto mais polêmico foi o artigo, que sugeria a possibilidade de acabar com o ensino público gratuito. Os deputados da situação, sobretudo através do seu líder na Assembléia Legislativa, o deputado Wilson Lins, negaram tal intenção da lei ou do Governo Baiano.<sup>22</sup>

Novamente, a solidariedade de setores sociais se fez presente nas diversas manifestações que começaram na tarde do dia 21 de agosto, com cerca de dois mil estudantes, professores e populares nas ruas, terminando após uma semana de intensa movimentação, em parte duramente reprimida pelas forças do regime. No entanto, a repressão não impediu uma vitória do movimento, já que, "no dia 23 de agosto de 1967, o governador Luís Viana Filho compareceu à TV Itapoan, em pronunciamento oficial, para garantir o ensino gratuito à população" (SILVA, 2003, p. 35). O Pronunciamento do governador foi ratificado através de nota oficial na imprensa e da assinatura do decreto 20.315/67, assegurando a gratuidade do Ensino Médio nos estabelecimentos públicos do Estado da Bahia.<sup>23</sup>

Nestes dois momentos revelando um bom grau de articulação, os estudantes conquistaram o apoio de outros setores da sociedade baiana. Embora a peça censurada no Central nunca tivesse sido encenada, as manifestações resultaram no afastamento do diretor daquela unidade escolar (COSTA, 1971, p. 117), o que representou uma vitória parcial do movimento. No segundo caso a vitória foi conquistada na principal bandeira levantada pelos estudantes, garantindo-se a manutenção da gratuidade do ensino público no Estado.

Entre 1966 e 1968 Salvador, assim como outras regiões do Brasil viveu um momento de ascenso do movimento estudantil tanto nas universidades quanto nas escolas secundárias. Alguns pesquisadores que se debruçaram sobre o tema têm apontado 1966 como ano de rearticulação dos secundaristas. Entre estes trabalhos destacamos o de Bagatim (2006). Tratando da experiência das Forças Armadas de

---

<sup>22</sup> A negação da intenção de cobrar pelo ensino público feita por Wilson Lins e acusações de manipulação dos estudantes, aparece com frequência nas matérias dos jornais da época, entre eles a do Jornal A Tarde de 24 de agosto de 1967.

<sup>23</sup> A TARDE, 27 ago.1967, p. 1.

Libertação Nacional, a autora destaca a importância do movimento estudantil secundarista de Ribeirão Preto assinalando seu ressurgimento em 1966.

Neste intervalo os estudantes ocuparam as ruas de várias cidades brasileiras com protestos contra a ditadura, mas os desdobramentos do AI-5, publicado em 13 de dezembro de 1968, contribuíram para um descenso nos movimentos sociais organizados. No caso do movimento estudantil secundarista, temos notícias, entre organizações políticas que nele atuavam, pelo menos as lideranças ligadas ao PC do B e a AP continuaram com a defesa aberta das entidades estudantis, mas estas se distanciaram paulatinamente de suas bases até as prisões de militantes secundaristas destas organizações efetuadas com base numa reunião da ABES para discutir as linhas da campanha pelo voto nulo nas eleições de 1970.<sup>24</sup>

Embora Silva (2003) aponte uma migração das lideranças estudantis para a luta armada, após o AI-5, o impacto deste ato institucional sobre os secundaristas ainda não foi devidamente estudado. Alguns estudos sobre temas correlatos têm sinalizado para a importância e especificidade destes estudantes nos combates travados em Salvador contra a ditadura.<sup>25</sup> Apesar disto, não conhecemos estudos mais aprofundados sobre secundaristas na Bahia e a trajetória das personagens envolvidas neste campo de resistência à ditadura militar.

Feita essa breve introdução ao tema, antes de entrar em uma análise dos protestos em torno da peça do GATEB é imprescindível levantar alguns aspectos conjunturais daquele momento. Para traçar um esboço da Bahia, mais particularmente de Salvador no período estudado retrocederemos algumas décadas, visando uma melhor caracterização dos atores sociais que se farão presentes neste trabalho. Buscamos entender as movimentações dos secundaristas como parte de um todo que viveu a mesma conjuntura política e estabeleceu as mais diversas relações com outros segmentos da sociedade baiana e brasileira.

---

<sup>24</sup> Estas prisões e a postura do PC do B e da AP em relação à defesa das entidades estão registradas na entrevista de Antonio Fonseca Sanches de Almeida, concedida aos pesquisadores Muniz Ferreira e Sandra Silva.

<sup>25</sup> É o que ocorre com os trabalhos de Benevides (1999); José (2000); Santos (2001); Brito (2003) e Silva (2003).

## 2.1 A BAHIA E O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL

Em 1964 o Brasil viveu um golpe militar que tirou da presidência da República João Goulart, e deu início a implantação de uma ditadura que vigorou até meado dos anos 80. No período anterior a este golpe, alguns baianos ocuparam postos importantes na República, entre eles podemos destacar, Waldir Pires, Consultor-Geral da República entre 1963-1964, cargo que no início do governo de João Goulart esteve sob o comando de outros dois baianos, Gilvan Correia de Queiroz e Antonio Balbino de Carvalho Filho.

Antonio Balbino exerceu interinamente o cargo de ministro da fazenda, assumindo ainda neste governo o Ministério da Indústria e Comércio, entre 24 de janeiro e 27 junho de 1963. João Mangabeira foi Ministro da Justiça e Negócios Interiores entre 24 de janeiro de 1963 e 7 de junho 1963. Antônio Ferreira de Oliveira Brito respondeu pelo Ministério das Minas e Energia entre 18 de junho de 1963 e 31 de março de 1964.

Na fase parlamentarista do governo Goulart, a Bahia se fez representar por Antônio Ferreira de Oliveira Brito no Ministério da Educação e Cultura; Hermes Lima no Gabinete Civil e também no Ministério do Trabalho e Previdência Social; Antonio Balbino de Carvalho Filho e Gilvan Correia de Queiroz na Consultoria Geral da República (o segundo como substituto); Miguel Calmon du Pin e Almeida Sobrinho no Ministério da Fazenda e João Mangabeira no Ministério das Minas e Energia.

Entre os anos de 1964 e 1974, já nos governos implantados após o Golpe de 1964, a Bahia contou com uma presença menos significativa, mas não desprezível, no cenário político nacional, ocupando ministérios e tendo bom trânsito com os presidentes.

Entre os postos no governo Federal ocupados por políticos da Bahia no período em questão podemos destacar o Ministério das Relações Exteriores, comandado pelo general Juracy Magalhães entre 1966 e 1967. O mesmo Juracy esteve, anteriormente, a frente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores entre outubro de 1965 e janeiro de 1966.

Outro posto de destaque ocupado por membros da política baiana foi o de Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Saindo deste, posto exercido

entre 1964 e 1966, Luiz Viana Filho respondeu interinamente pelos Ministérios da Justiça e da Educação e Cultura antes de governar a Bahia entre 1967 e 1971. Com sua saída, a Casa Civil passou para o comando do baiano Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito que exerceu o cargo entre 6 de maio de 1966 e 15 de março de 1967.

Viana Filho assumiu interinamente o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (11.10.1965 a 19.10.1965), antes da posse de Juracy Montenegro Magalhães, que ficou no posto até 14 de janeiro de 1966. Em 28 de junho de 1966 substituiu Mem de Sá, neste mesmo Ministério, sendo depois sucedido pelo mineiro Carlos Medeiros Silva que assumiu no dia 19 julho do ano seguinte.

Edmar de Souza e Carlos Furtado de Simas foram outros baianos presentes no primeiro escalão do governo federal. O primeiro no Ministério de Estado Extraordinário de Planejamento e Coordenação Econômica e o segundo nas Comunicações entre 15 de março de 1967 e 30 outubro de 1969, passando portanto pelo governo do Marechal Arthur da Costa e Silva e da Junta Militar que antecedeu a posse de Médici.

Durante sua gestão no Ministério das Comunicações, Simas, baixou a Portaria Ministerial nº. 1020/68 nomeando um Grupo de Trabalho incumbido de realizar uma revisão na legislação de telecomunicações e elaboração de um anteprojeto para o novo Código Brasileiro de Telecomunicações (VIANNA, 1979).

No período considerado nesta pesquisa, o Brasil foi presidido por Castelo Branco que exerceu o mandato entre 15 de abril de 1964 e 15 de março 1967. Em 15 de março de 1967 Castelo foi sucedido por Costa e Silva. Emílio G. Médici assumiu a presidência entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974. Estiveram ainda no comando do país em curtos mandatos, Paschoal Ranieri Mazzilli entre 02.04.1964 e 15.04.1964 e a junta militar (31.08.1969 a 30.10.1969) composta por Márcio Melo, Augusto Rademaker e Aurélio Lyra.

Embora a análise de cada um destes períodos seja de grande importância para a compreensão mais profunda das conjunturas políticas em volta do nosso objeto de estudo, o tempo seria insuficiente para cobrirmos todos eles. Sendo assim, optaremos por inserir ao longo da dissertação, sempre que possíveis (e necessárias) anotações sobre o cenário político da época.

A Bahia foi governada por Antônio Lomanto Júnior entre 7 de abril de 1963 e 7 de abril de 1967. Luiz Viana Filho assumiu governo deste Estado em 7 de abril de 1967

permanecendo no cargo até 15 de março de 1971, quando foi substituído por Antônio Carlos Peixoto de Magalhães (ACM), ex-prefeito de Salvador, que exerceu ai seu primeiro mandato de governador.

Chegando ao governo da Bahia em 1963, Lomanto Júnior manteve-se no posto após o Golpe cumprindo seu mandato que se encerrou em 1967. Essa permanência foi em decorrência de um conjunto de fatores que envolveram as interferências de organizações da burguesia, Igreja Católica e uma aliança com setores da oficialidade golpista (GUIMARÃES, 1982, p. 188). As movimentações de Lomanto, surpreendido pelo golpe, frustraram setores da esquerda baiana que, mesmo em um clima de incertezas, esperavam uma reação do governador, em conjunto com os prefeitos de Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista (BRITO, 2003, p. 30).

Após reunir-se com o comando militar, Lomanto divulgou nota afirmando que o Governo da Bahia estava em “condições de garantir, com a cooperação das Forças Armadas, a paz e a ordem no território da Bahia” e disposto em contribuir “a todo custo” com a manutenção do regime democrático, e convidando o povo a “conservar-se tranqüilo e confiante, seguro de que os baianos darão ao Brasil, neste momento crucial, o testemunho da moderação e do patriotismo que caracteriza sua participação na vida nacional”. Aliando-se às forças golpistas Lomanto mantém-se no comando do Governo da Bahia até o final do seu mandato.

## **2.2 A AGITAÇÃO CULTURAL**

No plano cultural, retrocederemos aos anos 50, apontados como um período de agitação cultural na Bahia. A presença da Universidade da Bahia (UBA) e as inovações do rádio e da televisão assumiram um grande impacto num movimento de modernização cultural no Estado. Neste período emergiram na Bahia trabalhos como os de Anísio Teixeira no campo da educação, Thales de Azevedo na investigação científica e Walter da Silveira no cinema. Também tivemos a presença marcante de artistas como Mário Cravo, Genaro de Carvalho e Carlos Bastos. Importantes passos foram dados no campo cultural. O papel da Universidade da Bahia neste processo de modernização é destacado por Rubim. Segundo ele a ação da Universidade:

Permitiu não só a introdução das aquisições modernistas já efetivas no país – no eixo Rio de Janeiro - São Paulo principalmente – mas a de um complexo



conjunto de produções modernas e vanguardistas vindas diretamente da Europa e dos Estados Unidos, fazendo com que a província da Bahia tomasse ares mais cosmopolitas, acelerando e radicalizando o seu próprio modernismo cultural. (2000).

Edgar Santos figura para Rubim como o déspota esclarecido da Universidade da Bahia. Durante seu reitorado, em sintonia com modernistas locais, essa instituição teve uma forte presença na cultura e na sociedade baianas. No campo das artes, as Escolas de Música, Dança e Teatro, tidas como “as três pupilas do senhor Reitor”<sup>26</sup> são responsáveis por uma grande agitação cultural na cidade de Salvador e contam para isso com o apoio do Reitor e a criatividade de estudantes e professores, muitos deles estrangeiros.

O campo da investigação científica viveu um desenvolvimento voltado ao conhecimento da nossa realidade. Aqui assumem destaque o professor Nelson Rosi com seu Atlas dos Falares Baianos, o geógrafo Milton Santos a frente do Laboratório de Geomorfologia e Urbanismo, com seus estudos sobre a cidade e seus arredores e George Agostinho Baptista da Silva com a criação do Centro de Estudos Afro-orientais (CEAO).

A década de 50 também foi marcante para os ensinos médio e fundamental, na Bahia, com os desdobramentos das mudanças promovidas no final da década anterior, a partir da chegada de Anísio Teixeira na Secretaria de Educação e Saúde da Bahia em 1947, a convite do governador Otavio Mangabeira.

Durante sua estadia naquela secretaria, a Bahia viveu a expansão da oferta de vagas no Ensino público tanto no nível médio quanto no fundamental. No caso do ensino médio, respondendo a dificuldade legal para a criação de novos colégios, optou-se pela criação de secções.<sup>27</sup> Também conhecidas como “Colégios nos Bairros” foram abertas secções em Nazaré, na Liberdade e em Itapagipe, todas administrativamente subordinadas ao Colégio da Bahia, que por essa nova configuração passou a ser conhecido como Colégio Central.

Estas secções criadas por Anísio Teixeira deram origem, respectivamente aos colégios Severino Vieira, Duque de Caxias e João Florêncio Gomes. A política de

---

<sup>26</sup> Rubim, Antônio Albino canelas. Comunicação, mídia e cultura na Bahia contemporânea. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, n. 4, v. 9, 2000, p. 74-89.

<sup>27</sup> Essas secções, unidades de ensino subordinadas a um Colégio, e via de regra se constituíram posteriormente em Colégios.

criação de secções não se restringiu a gestão de Anísio Teixeira. Posteriormente foram criadas as secções do Rio Vermelho, originando o atual Manoel Devoto; de Brotas, que originou o Góes Calmon; do São Caetano, hoje Pinto de Carvalho e os moradores do bairro do Bonfim foram contemplados com criação da secção do Instituto Normal da Bahia que originou o Alípio Franca. A gestão de Anísio Teixeira foi marcada ainda pelo retorno do concurso público para o ingresso na carreira de magistério.

As comunicações acompanham a onda de modernização. Em 1950 o Diário de Notícias, (jornal baiano pertencente ao grupo Diários Associados) passou a publicar um suplemento cultural, dirigido inicialmente por Lina Bo Bardi e depois por Glauber Rocha. Em 1958 o empresário proveniente do Partido Comunista Brasileiro, João Falcão funda o Jornal da Bahia que tem na sua equipe “velhos jornalistas militantes comunistas e jovens intelectuais” (Rubim, 2000, p. 77). O grupo Diários Associados será também o responsável pela fundação da TV Itapuan [sic], inaugurada em 1960, mas precedida de duas transmissões em 1956. Tanto na inauguração quanto nas transmissões precedentes, registrou-se a presença de uma multidão, no caso da inauguração registra-se que 20 mil pessoas teriam visitado as instalações da emissora inaugurada em 19 de novembro de 1960 (RUBIM, 2000, p. 78).

Os rastros da efervescência cultural vivida pela Bahia nos anos 50 e 60 puderam ser vistos pelos estudantes do Central que integravam o GATEB. Armindo Bião, que entrou naquele Colégio em 1966, relata:

No Central existia ainda os painéis com escritos do tempo das Jogralescas.<sup>28</sup> De Glauber, de Joca, de Fernando Peres. As Jogralescas foram feitas neste palco, neste auditório lá. E eu me lembro que nas coxias e atrás, tinha os nomes destas pessoas. Isso tinha sido feito alguns anos antes, ainda nos anos 50 [...] tava vivo ali. Então eu me sentia parte deste contexto.<sup>29</sup>

Além disto, este cenário abria possibilidades para jovens que, ainda como secundaristas (particularmente os de colégios mais tradicionais) passaram a exercer funções em áreas como jornal, rádio, teatro, música dentre outras. Exemplo disto foi a presença de muitos estudantes citados neste estudo, trabalhando nestas áreas, entre eles destacamos Cesar Pancho, Zoroastro Sant’Anna e Carlos Alberto Torres na imprensa

<sup>28</sup> A Jogralesca: Grupo que reuniu jovens artistas da década de 1950 que propunha a dramatização de poemas entre quais estiveram o poeta Fernando da Rocha Peres, o cineasta Glauber Rocha e o jornalista João Carlos Teixeira Gomes (Joça).

<sup>29</sup> BIÃO, Armindo Jorge de Carvalho. **Armindo Jorge de Carvalho Bião**: entrevista 20 mar. 2008. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2008.

escrita; Guilherme Santos e Carlos Alberto Torres no Rádio; Haroldo Cardoso e Armindo Bião no teatro.

Nos anos 50, a Bahia, e particularmente, Salvador passou por transformações em diversos aspectos. Entre estes destacamos o desenvolvimento do rádio e da imprensa escrita, a chegada da televisão e a urbanização acelerada de Salvador. O rádio vai ganhando novos contornos, sendo bastante utilizado na campanha eleitoral de 1958. Mas o tipo de concessão precária adotado pela legislação cria uma dependência das emissoras em relação aos governantes, o que influenciava nos posicionamentos políticos das mesmas.

Por outro lado, a relação entre o processo de desenvolvimento da sociedade industrial e as emissoras de rádio, contribuiu para a substituição do modelo de rádios clubes, pelo modelo de rádios empresariais. Assim as emissoras deixam de ser financiadas por associados passando a ter os anúncios como principal fonte de renda. Com essa mudança, as indústrias, por intermédio dos seus representantes comerciais passam a ter poder de pressão sobre as emissoras. Com isso, o desenvolvimento das emissoras ficou quase restrito aos grandes centros, onde existiam consumidores para os produtos dos anunciantes. As emissoras passam a preocupar-se mais com a busca de audiência em detrimento de uma possível função social, o que implicava na produção de suas programações (ALMEIDA, 1999, p. 115-119).

Processo semelhante ao do rádio viveu a imprensa escrita. Embora neste caso não houvesse o empecilho da necessidade de concessões precárias como no rádio, muitos dos periódicos de grande circulação adotavam posições governistas. Rompendo com essa postura, surge em 1958 o Jornal da Bahia, fundado pelo ex-comunista João Falcão e tendo como editor chefe João Carlos Teixeira Gomes, seu ex-companheiro de PCB.

Mesmo com a auto-censura imposta às empresas de comunicação, a sociedade baiana passa por mudanças ao longo dos anos 50. Estudantes da Universidade da Bahia debatiam temas da política nacional e tiveram importante participação na campanha “o petróleo é nosso”. Em nível nacional, a UNE ensaiava suas primeiras manifestações de rua. O rádio assume aí o papel de caixa de ressonância, reproduzindo os debates feitos por personalidades e organizações da sociedade civil através da imprensa escrita.

O modelo de imprensa, ainda financiado pelos leitores contribuiu significativamente para a consolidação da sociedade civil, o rádio possibilitava que

debates ocorridos no seio de uma classe média emergente chegassem aos mais diversos pontos do país e as mais diversas classes sociais. Para muitos, ele era o único veículo de informação.

Nos períodos imediatamente anterior e posterior ao Golpe de 1964 a imprensa baiana ofereceu boa cobertura de mobilizações promovidas por setores de direita, favoráveis ao golpe, que merecem ser mais bem estudadas. Tendo como uma de suas principais lideranças a deputada estadual Ana Oliveira, após o golpe, essas manifestações parecem terem ganhado mais corpo, além de certo contorno institucional.

Por conta destas mobilizações, o dia 15 de abril de 1964 foi decretado feriado escolar pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia em adesão a passeata de agradecimento aos que destituíram pela força das armas o presidente eleito João Goulart. Da organização da manifestação participaram entre outros, membros da comunidade batista, de alguns sindicatos, de instituições religiosas, Rotary clube, Lions clube, Maçonaria, Liga Bahiana Contra o Analfabetismo, Petrobrás, Fuzileiros Navais, Clubes e parlamentares.<sup>30</sup> Entre os oradores previstos para ao ato estavam Cardeal da Silva, D. Hildete Lomanto, deputada Ana Oliveira, Sr. Renato Novis, médico Luiz Fernando Macedo Costa, prof<sup>o</sup> Thales de Azevedo, pastor Ebenezer Cavalcante, Sr. Germano Tabacof, pastor Valdivio, Maçom Jair Brasileiro, universitário Wilson Rosado, major Everaldo Calazans, Sra. Regina Jorge e o deputado Wilson Lins.<sup>31</sup>

Do cenário acima esboçado emergem atores sociais influentes na Bahia durante a década de 1960. Dentre eles os estudantes que marcaram presença na vida política das escolas, da Cidade, do Estado e do País. Salvador se constituiu em um palco privilegiado desta presença com secundaristas em muitos momentos assumindo o “papel principal” e atraindo para as ruas outros setores de oposição ao regime militar. Outros atores aqui apontados vão se destacar em trincheiras diferentes. Waldir Pires sai de importante posto no governo federal, onde era Consultor Geral da República no governo de João Goulart, para o exílio enquanto o deputado federal ACM, reeleito em 1966, encampa uma campanha contra o prefeito de Salvador, Nelson Oliveira, e em 1967 é indicado pelos militares na condição de biônico para assumir a prefeitura de capital baiana.

---

<sup>30</sup> A TARDE. Salvador: editora a tarde, 13 abr. 1964, p. 3.

<sup>31</sup> Ibidem.

### **2.3 BRASIL E MUNDO: ALGUMAS MOVIMENTAÇÕES ESTUDANTIS REPERCUTIDAS NA IMPRENSA BAIANA**

Em 1966 as restrições à liberdade democrática no Brasil foram noticiadas no New York Times no mês de junho.<sup>32</sup> Dias depois, no tocante às questões estudantis, o Ministro Moniz de Aragão chegou admitir a possibilidade de discussão para reformulação da lei Suplicy.<sup>33</sup> No final do mês de julho, a estudante de Direito no Recife e integrante da JUC, Rute Monteiro foi presa para prestar esclarecimento sobre a explosão da bomba, em junho de 1966, no aeroporto de Guararapes em Recife.<sup>34</sup>

Protestos por questões educacionais de outros estados e em outros países repercutiram na imprensa soteropolitana. Na argentina o mês de maio terminou com o anúncio da greve de 250 mestres e professores de escolas secundários em protesto contra os parlamentares que rejeitaram o projeto que destinaria 800 milhões de pesos para o reajuste salarial da categoria.<sup>35</sup> Em julho e agosto foram realizadas prisões por conta dos protestos contra o regime lá implantado.<sup>36</sup>

Mo mês de maio, estudantes de Saigão em greve de fome escreveram com sangue uma carta para a Cruz Vermelha criticando a ajuda que os norte-americanos estavam dando ao primeiro Ministro Cao Ky e exigindo um posicionamento do presidente dos Estados Unidos, Lindon Johnson.<sup>37</sup>

Na Espanha o fechamento da Universidade de Barcelona motivou protestos estudantis. Estudantes espanhóis queimaram jornais que publicaram notícias desfavoráveis a eles ao tratarem dos embates que estavam tendo com o governo. Sete estudantes norte-americanos foram espancados pela polícia espanhola, entre eles filhos de um Secretário de Estado e de um coronel da Força Aérea. Os pais dos estudantes

---

<sup>32</sup> ESTADO DA BAHIA, 9 jul. 1966, p. 2.

<sup>33</sup> ESTADO DA BAHIA, 21 jul. 1966, p. 1. A lei Suplicy promoveu uma serie de mudanças nas organizações estudantis, entre elas, obrigou os universitários a votarem nos pleitos para a escolha de dirigentes de Centros Acadêmicos e do Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), criado pela mesma lei em substituição a UNE.

<sup>34</sup> Idem. 16 ago. 1966, p. 1.

<sup>35</sup> JORNAL DA BAHIA. Salvador: [s.n.], 31 maio 1966, p. 1.

<sup>36</sup> ESTADO DA BAHIA. 18 ago. 1966, p. 4.

<sup>37</sup> JORNAL DA BAHIA. 25 maio 1966, capa e p. 5.

procuraram a embaixada dos Estados Unidos, exigindo uma condenação da ação da polícia espanhola.<sup>38</sup>

Em Salvador, os universitários José Batista Macedo, Anfilóbio Elísio de Oliveira, Benedito José de Araújo e João Coelho da Costa foram presos por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no corredor da Vitória às 2 horas da madrugada de 23 de junho de 1966, quando pregavam cartazes para divulgar o Congresso da UNE.<sup>39</sup>

## 2.4 DIREITAS X ESQUERDAS NO CENÁRIO ESTUDANTIL

No período anterior ao golpe militar de 1964 atuavam na ABES grupos políticos de esquerda e de direita. Em grandes congressos, secundaristas baianos vivenciaram intensos debates sobre questões como as perceptivas do país. No campo da esquerda AP e PCB eram os grupos com maior representação entre os secundaristas. Fazendo frente a estes dois agrupamentos políticos estavam estudantes de uma “direita ideológica”.<sup>40</sup>

No meio universitário, após o golpe de 1964, estudantes baianos esboçaram algumas iniciativas de resistência, sobretudo tentando ou de fato realizando assembleias em faculdades como as de Direito, Medicina, Politécnica, e Odontologia da UFBA. Numa ação mais ousada, os estudantes de Cruz das Almas chegaram a juntar armas de fogo, coquetéis molotov e planejar invadir o Tiro-de-guerra da cidade para expropriar armas. (BRITO, 2003).

Muito antes de março de 1964 a ação de estudantes ligados às esquerdas ou com posicionamentos próximos a estas já figurava entre as preocupações de parlamentares no Congresso Nacional, como podem ser vistas, entre outros, pelos esforços para instalação de uma comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra a UNE.

---

<sup>38</sup> Idem. 5 de maio de 1966, p. 5.

<sup>39</sup> Idem. 24 e 25 jul. 1966, p. 7.

<sup>40</sup> AZEVEDO, José Sergio Gabriele de. **José Sergio Gabriele de Azevedo**: entrevista 24 mar. 2008. Entrevistador: Cesar Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2008.

Em 19 de agosto de 1962 diversos deputados assinaram requerimento para criação da CPI para investigar as ações da UNE, incluindo ai desde o destino que a entidade deu aos Cr\$ 1.726.000.0000,00 (um bilhão, setecentos e vinte e seis milhões de cruzeiros) que lhe foram atribuídos no orçamento de 1962, e dos Cr\$ 2.146.450,00 (dois bilhões, cento e quarenta e seis milhões e quatrocentos e cinqüenta mil cruzeiros) previstos para o Orçamento de 1963 até o “Levantamento das teses proferidas oficialmente pela União Nacional dos Estudantes, de natureza político-social, sejam pertinentes ou estranhas às atividades estudantis.” [sic] <sup>41</sup>

Em 1962 a CPI acabou sendo estagnada, já que aquele foi um ano eleitoral e “as responsabilidades da campanha eleitoral absorveram a quase totalidade dos nossos trabalhos [dos deputados], não sobrando tempo para uma investigação...” <sup>42</sup> Passadas as eleições, parlamentares da nova legislatura se encarregaram de renovar o pedido de CPI para a UNE, apresentando em 14 de maio de 1963 outro requerimento para “apurar fatos e possíveis irregularidades na União Nacional dos Estudantes e demais órgãos estudantis, das verbas que lhe foram atribuídas pelos orçamentos federais de 1962/1963.” <sup>43</sup>

Para os proponentes, a UNE era uma “das células mais atuantes do profissionalismo revolucionário” <sup>44</sup> do país, e a CPI o instrumento exigido diante da “gravidade da ameaça sediciosa que procura concretizar-se a qualquer preço, na conquista revolucionária do poder por minoria tecnicamente organizada, uma de cujas [sic] expressões é a União Nacional dos Estudantes.” <sup>45</sup>

Concatenado com as preocupações e os esforços dos golpistas, o resultado desta CPI foi apresentado em 27 de maio de 1964, às vésperas de completar o segundo mês da tomada do poder pelos golpistas. Como resolução, os deputados criam uma comissão especial encarregada de elaborar um projeto para mudança na legislação que tratava das representações estudantis. Tal proposta deveria fazer frente a “gravidade que representa

---

<sup>41</sup> BRASIL. Senado Federal. Resolução n°. 74 de 1962.

<sup>42</sup> Idem. Resolução n°. 25 de 1963.

<sup>43</sup> Ibidem.

<sup>44</sup> Ibidem.

<sup>45</sup> Ibidem.

para o País a influência do Partido Comunista e de outras organizações subversivas sobre a mentalidade de nossos dirigentes universitários.”<sup>46</sup>

A resolução 56/1964 aponta também algumas sugestões para essa comissão, entre elas, que se faça uma “perícia contábil”<sup>47</sup> na UNE. Ou seja, a CPI não cumpriu com o objetivo central que seria tal perícia, mas tomou e apontou uma série de providências no sentido de descredenciar a UNE como entidade representativa dos estudantes.

Mais tarde, as orientações da CPI da UNE se fizeram presentes na Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964, que ficou conhecida como Suplicy, em referência a Suplicy de Lacerda, então Ministro da Educação. Entre as orientações da CPI contempladas nesta lei, destacamos a obrigatoriedade do voto para a eleição das representações estudantis e o cuidado com o controle contábil destas entidades. O golpe sobre a UNE foi, no entanto ainda maior do que o proposto pela CPI, pois enquanto a CPI sugeria a mudança da sede da UNE para Brasília, a Lei Suplicy simplesmente estabelecia que o órgão de representação máxima dos estudantes universitários brasileiros passava a ser o Diretório Nacional de Estudantes (DNE), cuja sede deveria situar-se na Capital Federal, empurrando a UNE para a clandestinidade.

Embora centralmente dirigida para a representação estudantil universitária, a Lei Suplicy não deixou de tratar da organização de estudantes secundaristas. O parágrafo único do seu artigo 18 estabelece que:

Nos estabelecimentos de ensino de grau médio, somente poderão constituir-se grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no regimento escolar, devendo ser sempre assistida por um professor.<sup>48</sup>

Se por um lado o detalhamento da Lei Suplicy em relação aos universitários impôs uma série de limites à sua organização, por outro lado, mesmo antes do Golpe ainda em 1963, o grêmio do Colégio Central foi fechado por conta de desentendimentos entre a direção e líderes estudantis que, na visão de Americano da Costa, queriam “desvirtuar” as atribuições da entidade. Ainda que não tenhamos elucidando os tipos de

---

<sup>46</sup> BRASIL. Senado Federal. Resolução n°. 56 de 1964.

<sup>47</sup> Ibidem.

<sup>48</sup> BRASIL. Lei n°. 4.464 de 9 de novembro de 1964.



desentendimentos registrados por Costa (1971), é possível inferir que a Lei Suplicy abriu um espaço ainda maior para ações contra grêmios estudantis.

Vale registrar que Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo foram os estados com maior número de representantes na CPI da UNE instalada em 1963. Entre os baianos estavam deputados Aloysio de Castro (PSD), Antônio Carlos Magalhães (UDN), como titulares, e João Mendes (UDN) como suplente. O peso da representação baiana na CPI pode ser um elemento emblemático do significado que as questões estudantis tinham para a política local e, embora não possamos aprofundar nesta questão, cabe o registro que, em Salvador naquele período, tanto setores de esquerda quanto de direita estavam organizados e atuantes no movimento estudantil.<sup>49</sup>

Ademais, 1966 foi um ano eleitoral. Peculiaridade essa que deve ter sido considerada pelos defensores do regime no esforço para sufocar manifestações de descontentamentos. Sendo também possível que a proximidade das eleições tenha exercido influências tanto na iniciativa da peça como na sua proibição por parte da direção e nas ações que se seguiram.

O resultado da primeira eleição vivida dentro do bipartidarismo implantado pelos militares assegurou a vitória do partido oficial do governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que obteve 50,5% dos votos para a Câmara de Deputados, enquanto a oposição representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) obteve 28,4% e o restante dos eleitores (21%) optaram pelos votos nulos ou em branco (GRINBERG, 2004, p.147).

As cassações de personalidades aguerridas do campo político-parlamentar progressista com a suspensão dos seus direitos por dez anos, excluíram daquela eleição políticos progressistas experientes e conhecidos do eleitorado. Prisões, cassações e intimidações impediram a presença de potenciais candidatos de matrizes políticas contrárias ao regime na disputa eleitoral de 1966. Considerando esses elementos Grinberg (2004) aponta que do lado dos golpistas, a ARENA apresentou naquelas eleições candidatos com vínculos anteriores ao Golpe e experientes em disputas eleitorais, assim, para autora, a vitória daquele partido em 1966, não pode ser vista apenas como fruto de fraudes durante o pleito.

---

<sup>49</sup> Entre os entrevistados, Carlos Sarno e Jose Sérgio Gabriele destacaram a presença de uma direita organizada entre os estudantes na Bahia.

Dentro deste contexto, o então diretor do Colégio Central, Walter Reuter, a quem coube em primeiro ato a proibição da peça, mostrou-se bastante afinado com as elites políticas da época. É seu pensamento de Reuter estava muito próximo dos deputados que assinaram o requerimento da CPI da UNE. Sua afinidade com o discurso ideológico do regime implantado em 1964 pode ser visto na Carta que enviou a redação de um jornal baiano durante as escaramuças por conta da peça. Afirmava ele que as manifestações dos estudantes do Central eram:

Parte de um plano de profundidade de “filosofia marxista” e “prática revolucionária”, para a qual vêm sendo treinados grupos especializados para cada estabelecimento de ensino, visando, sobretudo a Universidade da Bahia.<sup>50</sup>

É possível ainda que essa identidade e o compromisso com o programa político em implantação no Brasil tenham contribuído para que mais tarde Reuter aparecesse como responsável pela coordenação dos acordos firmados entre o MEC e a USAID na Bahia.<sup>51</sup>

Enquanto se desenrolavam protestos e articulações em tono da proibição da peça de Sarno, as autoridades que governavam o Brasil e a Bahia se preparavam para a implementação de medidas dos acordos MEC/USAID que no ano seguinte seriam rechaçadas por milhares de estudantes de Salvador. No dia 22 de junho, às vésperas do feriado junino, a imprensa noticiava que o Sr. Manfred Henri Schrupp encontrou-se no dia anterior com o Secretário de Educação e o Superintendente de Ensino Médio informando que no dia 4 de julho chegaria a Salvador a equipe que junto com ele iria colaborar “na elaboração do planejamento global do Ensino Médio.”<sup>52</sup>

No dia 13 de junho um grupo de trabalho composto de 6 (seis) técnicos brasileiros e 6 (seis) norte-americanos se reuniu com o Secretário de Educação da Bahia para colher dados referentes a organização e o funcionamento do ensino primário no Estado. Durante dois anos a equipe estudaria a sistema de ensino no Brasil com vistas a elaborar um projeto para sanar as dificuldades encontradas no sistema.<sup>53</sup>

---

<sup>50</sup> ESTADO DA BAHIA, 2 jun. 1966, p. 4.

<sup>51</sup> Cf. COSTA, 1971.

<sup>52</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22 jun. 1966, p. 6.

<sup>53</sup> Idem. 14 de junho de 1966, p. 5.

Na Assembléia Legislativa, as falas de alguns deputados da ARENA ilustravam bem o pensamento de direita com relação à educação e ao movimento estudantil. O deputado Áureo Filho afirmava que depois da “revolução” o governo de Lomanto Júnior teria construído até agosto de 1966, mil salas de aula e no final do seu governo esse número chegaria a 1.600. Para o deputado Wilson Lins, o Plano Trienal de Educação <sup>54</sup> só servia “para custear a subversão, para pagar passagens de falsos estudantes para congressos de agitação.” <sup>55</sup> Ainda na visão do parlamentar, o método de alfabetização de Paulo Freire teria sido:

Deturpado e aproveitado pelo governo deposto para a catequese esquerdista... [e] o setor de educação estava a serviço do aliciamento da juventude brasileira para levá-la a própria destruição no que fez bem a revolução em fechar a UNE que era um foco de agitação e subversão no país. <sup>56</sup>

Na oposição ao regime, o ex-prefeito de Irará, em seu segundo mandato como deputado estadual pelo PSD baiano (1963-1967), Clodoaldo Campos, apresentava uma leitura diferente dos arenistas, afirmando que:

Não é bastante construir salas de aula e prédios escolares, mas sim preparar a juventude sem lhe negar o diálogo e a participação na vida do país... [que] não seria preciso instalar um regime de terror contra os estudantes fechando suas entidades e proibindo suas reuniões. <sup>57</sup>

Apesar de toda preocupação e das ações de setores das direitas contra o movimento estudantil no período anterior e posterior ao golpe de 1964, entre 1966 e 1968 viveu-se uma crescente retomada das ruas pelos estudantes em diversos pontos do país. Em Salvador o primeiro semestre de 1966 foi marcado pelas manifestações em defesa da liberdade de expressão que segundo Silva (2003) assinalam o início de uma nova fase de resistência à ditadura.

---

<sup>54</sup> Este Plano Trienal de Educação abrangia os anos de 1963 a 1965. Entre seus objetivos estavam:

Construção de Escolas Integradas na proporção de uma unidade para cada grupo de 200 crianças não escolarizadas ou escolarizadas em condições de extrema deficiência; [...] Construção de Grupos Escolares na proporção de uma unidade para cada grupo de 400 a 900 crianças não escolarizadas ou escolarizadas em condições de extrema deficiência; [...] Implantação de centros educacionais constituídos de escolas-classe e escolas-parque para educação integral de oito horas por dia; [...] Programa de assistência às redes estaduais de educação” (MEC, 1963)

<sup>55</sup> ESTADO DA BAHIA, 3 ago. 1966, p. 2.

<sup>56</sup> Ibidem.

<sup>57</sup> Ibidem.

## 2.5 APONTAMENTOS SOBRE AS MOVIMENTAÇÕES ESTUDANTIS NO COLÉGIO CENTRAL

A existência de movimentações estudantis anteriores ao golpe, está demonstrada em documento encontrado no Colégio Central, que sugere ainda ligações entre a JEC e o grêmio deste colégio.<sup>58</sup> Por ocasião da semana do estudante em 1961, o grêmio realizou uma série de atividades como jogos, simulação de júris, debates e a encenação de peça teatral na Concha Acústica do Teatro Castro Alves. Porém, se em 1961 um espaço como a Concha Acústica foi cedido para estes estudantes, sorte diferente lograram os membros do GATEB, que num contexto posterior ao golpe de 1964, viram-se impedidos de mostrar sua arte até no espaço do próprio colégio onde estudavam.

O Colégio Estadual da Bahia foi fundado em 1836 como Liceu Provincial, que em 1890 virou Instituto Oficial de Ensino Secundário, cinco anos depois passou a ser o Ginásio da Bahia até 1942, quando, por conta da Reforma Capanema<sup>59</sup> passou a ser denominado de Colégio da Bahia. Considerado por muito tempo um dos melhores colégios do Estado, ali estudavam não só jovens e adultos soteropolitanos. Em seus arquivos é possível notar um grande número de estudantes oriundos do interior do estado da Bahia, um número um pouco menor de outros estados e alguns de outras nacionalidades a exemplo de suíços e alemães.<sup>60</sup>

Além da importância no cenário educacional, o Colégio da Bahia teve presença marcante em muitos momentos decisivos da história da Bahia e do Brasil. Em 1942, seus estudantes participaram além do comício antifascista e da campanha “Demos asas ao Brasil”, arrecadando e depositando em banco cinco contos e duzentos mil reis, quantia suficiente para adquirir um avião para Força Aérea Brasileira (COSTA, 1971, p. 68).

Décadas mais tarde, por ocasião da renúncia do presidente Jânio Quadros, o colégio suspendeu suas atividades no dia 26 de agosto, tentando retomá-las no dia 28,

---

<sup>58</sup> COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA. Ofício nº. 23, 18 Jan. 1961.

<sup>59</sup> A Lei Orgânica do Ensino Secundário (Lei 4.224 de 9 de abril de 1942), dividiu esse fase do ensino em dois ciclos. O primeiro, com 4 anos ficou denominado como ginásial. No segundo, com três anos, o aluno optava pelo científico ou pelo colegial. Ficou conhecida como Reforma Capanema por ter sido promulgada na gestão Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde.

<sup>60</sup> Arquivos do Colégio Estadual da Bahia.

quando foram novamente suspensas e retomadas no dia seguinte (COSTA, 1971, p. 107).

Em março de 1964 o Colégio Estadual da Bahia era dirigido pelo professor Álvaro de Vasconcelos sendo Walter Luiz Reuter um dos vice-diretores. No dia 6 de abril, a segunda-feira após o golpe, a reunião da Congregação, um órgão interno do Colégio que frequentemente reunia-se para discutir temas importantes, teve como ponto de pauta o que chamou de “a apoteose que se verificara por ocasião da passeata do povo baiano pela vitória da Revolução e o Te Deum pelo mesmo acontecimento histórico.”<sup>61</sup>

Embora apresentem lacunas, os registros das movimentações estudantis apontam a presença destacada de estudantes do Central em alguns eventos importantes no cenário local e nacional. O registro mais antigo que encontramos da existência do Grêmio estudantil no Colégio da Bahia aponta 1920 como ano de sua fundação.<sup>62</sup> Costa (1971) apresenta outros relatos sobre a existência e atuação do Grêmio naquele Colégio. Também podemos encontrar referências na imprensa, alguns documentos produzidos pelos próprios estudantes ou documentos oficiais, destacadamente oriundos de instituições de ensino e outros órgãos ligados à educação e a repressão, a exemplo das Secretárias de Educação e Segurança, e das Forças Armadas.

Uma prática antiga entre os estudantes do Central, a edição de jornais mereceu destaque na publicação oficial de 1971. Embora concebido para registrar as memórias do Colégio entre 1937 e 1971, o livro extrapola o marco inicial ao tratar dos periódicos estudantis. Aponta que, com 17 edições lançadas entre 1º de março e 1º de novembro de 1911, o periódico “A Luz” foi o:

Segundo jornal ginasiano impresso, criado e redigido pelos seguintes alunos do 5º ano: Deraldo Dias de Moraes, Francisco de Magalhães Neto, Claudionor, Silvestre Alpoim, Oliverio Mario de Oliveira Pinto, Octávio dos Santos Muniz e Octávio dos Santos. Este último deixou a redação, entre 1º e 15 de agosto e entre os números 11 e 12 do jornalzinho, tendo sido substituído por Evandro Baltazar da Silveira.<sup>63</sup>

Americano da Costa registra ainda outro jornalzinho lançado no dia 15 de abril do mesmo ano. Mas apresenta poucas informações sobre este que era o terceiro jornalzinho dos estudantes do Central, mas o segundo intitulado “O Colibri”.

---

<sup>61</sup> COSTA, 1971, p.113-114.

<sup>62</sup> APEB. Circular n.1.Grêmio do Colégio da Bahia.

<sup>63</sup> COSTA, 1971, p. 142.

Em 1935 o jornal “O Cenáculo” foi publicado pela direção do grêmio (COSTA, 1971, p. 146). No ano seguinte, alunos daquele Colégio publicaram dois periódicos: “A Letra” e “A renascença”, ambos publicados em junho de 1936 (COSTA, 1971, p. 147). Também entre 1952 e 1956 o grêmio publicou “O Cenáculo”.

### **2.5.1 O grêmio do Colégio Central**

Embora não tenha sido exclusividade do grêmio a confecção de jornais estudantis, muitos dos periódicos criados por estudantes do Central foram confeccionados a partir da ação da entidade estudantil. Americano da Costa aponta 1925 como ano de fundação do primeiro grêmio com o nome de “grêmio Carneiro Ribeiro” de cuja solenidade de fundação teria participado o então governador do Estado, Dr. Góes Calmon. (COSTA, 1971, p. 143). O ano de fundação apresentado pelo autor é cinco anos posterior ao apresentado no papel timbrado do grêmio utilizado para datilografar a circular de n. 1 supra citada. Fugindo dos objetivos e da disposição de tempo da presente pesquisa, fica o registro para futuros trabalhos precisem se uma das duas fontes está incorreta, se houve de fato fundação dos grêmios nas duas datas apresentadas ou ainda se há outra explicação para o desencontro.

As memórias registram ainda outras fundações de grêmios. No dia 12 de outubro de 1926, o “grêmio Ginásio da Bahia”, apontado pelo autor como de maiores realizações que o “grêmio Carneiro Ribeiro” criado no ano anterior. Registrou o autor que “seus estatutos constavam além de fins litero-esportivos, intuitos de beneficência para os alunos menos aquinhoados de fortuna.” (COSTA, 1971, p. 143.) Ao julgar pela publicação comemorativa, esse grêmio foi extinto em 1932 ressurgindo em 16 de junho de 1934. As atividades registradas por Americano da Costa como desenvolvidas pelos grêmios do Ginásio da Bahia entre 1926 e 1937 estiveram circunscritas ao campo da literatura, esporte e ciências (1971).

Entre 1937 em e 1952, o grêmio do Central foi denominado como “grêmio Colégio da Bahia”. Entre as atividades desenvolvidas encontravam-se agora também a realização de peças teatrais, concursos literários e festivais em conjunto com o “jazz do Colégio da Bahia”. Neste intervalo o estudante Antônio Carlos Magalhães teria exercido, em 1946, alguma liderança no grêmio (COSTA, 1971, p. 72).

Entre 1952 e 1956, sobre a presidência de Humberto Colonezi, o grêmio também teria promovido concursos de literatura e de artes plásticas além de publicar o jornal “O Cenáculo” (COSTA, 1971, p. 147).

Antes disto, em certo 17 de junho no grêmio do Colégio Central, uma nova direção presidida pelo estudante Humberto Ribeiro Costa foi empossada.<sup>64</sup> Incompleta, a data registrada na Circular n. 1, não precisa o ano daquela cerimônia, mas, analisando outros documentos podemos situar, ainda que provisoriamente, aquela posse no ano de 1951.<sup>65</sup> No ano da referida posse, o grêmio do Colégio da Bahia possuía 4.800 estudantes secundaristas associados e 3 grêmios afiliados: “grêmio Afrânio Peixoto<sup>66</sup>, Grêmio Monteiro Lobato e Grêmio Duque de Caxias”. A sede do Grêmio estava situada no próprio Colégio da Bahia e a direção empossada naquele dia 17 de junho foi composta da seguinte forma:

Humberto Ribeiro Costa – Presidente  
 Ivan Mato Paiva – Vice presidente  
 Helio Bandeira Neves – Secretário Geral  
 Emanuel Medrado Vaz Santos – 1º Secretário  
 Claudionor Andrade – 2º Secretário  
 Guido Sampaio de Araujo – Secretário de Artes  
 Carlos Rosa da Silva – Secretário Beneficência  
 Cidelman Almeida Caldas – Secretário de Cultura  
 Mario Soares Lima – Secretário de Esportes  
 Almir Vieira Lima – Secretário de Finanças  
 Aristóteles Gomes Filho – Secretário de Imprensa  
 Manuel Mendes – Secretário de Intercâmbio  
 Gloriete Muller – Secretária Feminina  
 Valter Mello Nascimento – Secretário Social  
 Expedito Braga Nascimento – Bibliotecário<sup>67</sup>

Presidido pelo Estudante Humberto Ribeiro Costa, o Grêmio do Central teria tido aos olhos da direção do Colégio um funcionamento normal em 1952, período em que, a pedido do mesmo foi criado o vestuário para os alunos utilizarem em suas aulas de Educação Física. Por outro lado, no mesmo ano a sala de jogos que era utilizada

<sup>64</sup> APEB. Circular n. 1. Grêmio do Colégio da Bahia.

<sup>65</sup> APEB. Relatório de atividades do Central do ano de 1952, f.16. O Relatório cita o nome de Humberto Ribeiro Costa como presidente do Grêmio em 1952 e COSTA (1971, p.147) apresenta outro Humberto, o Colonezi, como presidente do Grêmio entre 1952 e 1956. De onde podemos, pelo menos provisoriamente, concluir que a posse em questão tenha mesmo ocorrido no ano de 1951.

<sup>66</sup> Grêmio do Colégio Severino Vieira.

<sup>67</sup> APEB. Circular n. 1. op. cit.

pelos estudantes nos períodos que não estavam em aulas foi fechada sob alegação de problemas com a disciplina dos alunos.<sup>68</sup>

Em abril de 1958 o secundarista Osmário Batista foi eleito presidente do Grêmio do Central para a gestão 1958-1959. Logo no início deste mandato foi retomada a publicação do jornal “O Cenáculo”, sob a direção de Theodomiro Batista. A julgar pela edição fac-símile publicada por Americano da Costa (1971), e pelas palavras deste autor, durante aqueles anos o Grêmio foi bastante atuante.

A edição fac-símile de “O Cenáculo” de 7 de setembro de 1958 dá destaque ao presidente do Grêmio, Osmário Batista, apresentado seu currículo como ex-dirigente da AESB,<sup>69</sup> e do Grêmio Afrânio Peixoto, do Colégio Severino Vieira na gestão findada em 1954, a qual terminou com problemas de saúde, que “o Cenáculo” atribuiu à quantidade de trabalhos realizados pelo estudante naquela entidade.

Destaque-se que Osmário foi a única liderança estudantil da qual encontramos no Colégio algum documento apontando ligações partidárias, mesmo assim, esse documento atesta apenas que ele era funcionário do PST.<sup>70</sup>

Durante sua gestão os estudantes teriam retirado à força um gabinete dentário que se encontrando sem uso na Escola Úrsula Catharino e foi doado pelos Secretários de Educação e Saúde (Luiz de Moura Bastos e João Andréa) para o Colégio Central. Diante da resistência da diretora daquela Escola em entregar o gabinete, os alunos do Grêmio teriam retirado a aparelhagem “na raça”. Ao optarem pelo percurso mais curto entre a Úrsula Catharino que fica ao lado da Igreja de São Raimundo e o Colégio Central, na Avenida Joana Angélica, tiveram que passar em frente à Secretaria de Segurança Pública então sediada na Praça da Piedade. Lá foram presos com os equipamentos em cima de um caminhão. Liberados após conversar com o Secretário de Segurança e lhe mostrar o ofício de doação, teriam finalmente chegado ao Central para montar o gabinete dentário.<sup>71</sup>

Após a gestão de Osmário Batista, o autor das memórias do Central registra que:

---

<sup>68</sup> APEB. Relatório de atividades op. cit..

<sup>69</sup> Possivelmente trata-se da Associação de Estudantes Secundaristas da Bahia.

<sup>70</sup> Partido Social Trabalhista, 27 fev. 1954. Arquivos do Colégio Estadual da Bahia. Pasta do Aluno Osmário Batista dos Santos.

<sup>71</sup> COSTA, 1971, p. 150.



De 1959 e 1965, as atividades do Grêmio [do Colégio Central] começaram a sofrer influências de elementos que nele se infiltravam para estabelecer a desordem e o conflito. Assim é que em maio de 1963 surge um sério desentendimento entre alunos e a direção, por causa da eleição do Grêmio, em virtude de certos candidatos integrantes da chapa. O caso é levado à Congregação, e eis que em agosto de 1965, põe-se em discussão a reformulação do Grêmio, cujos objetivos verdadeiros estavam sendo desvirtuados.<sup>72</sup>

Esse parágrafo registra um intervalo de quase três anos letivos onde o órgão representativo dos estudantes esteve sem funcionar. Ou seja, o Grêmio teria sido fechado um ano antes do Golpe e sua reabertura discutida um ano após, em agosto de 1965. Quanto aos “elementos” apontados por Americano da Costa muito provavelmente entre esses estavam estudantes ligados a JEC.

Em 1961 a JEC deixou registrada sua presença no Central,<sup>73</sup> seis anos mais tarde, alguns dos estudantes que sofreram punições nos episódios dos protestos contra a proibição da peça do GATEB<sup>74</sup> também eram ou tinham sido integrantes da JEC ou da AP, como foi o caso de Alexandrina Luz Conceição e José Sérgio Gabrielli de Azevedo.

Entre 1960 e 1962 o Grêmio do Colégio da Bahia esteve sobre a presidência do estudante Jaime Vieira Lima.<sup>75</sup> E sua reabertura contou com a presença do diretor Cláudio Veiga e do então Secretário de Educação Wilson Lins.<sup>76</sup> A presença do Secretário pode ser interpretada como um sinal de identidade política entre este e o presidente empossado, Jaime Vieira Lima. O Secretário anos mais tarde presidiria a Assembléia Legislativa no momento em que os estudantes baianos tomaram as ruas de Salvador em protestos contra a Lei Orgânica do Ensino aprovada naquela casa legislativa e que incorporava pontos dos acordos MEC/USAID.

### **2.5.2 Fechamento do Grêmio e criação da Junta Governativa**

O fechamento do grêmio em 1963 sugere um clima de disputa nas eleições do órgão representativo naquele ano. Se por um lado entre 1960 e 1962 a direção do Grêmio aparece como afinada com a do Colégio por outro a presença de “elementos que [na visão de Americano da Costa] nele se infiltravam para estabelecer a desordem e

<sup>72</sup> COSTA, 1971, p. 148.

<sup>73</sup> COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA, ofício 23. 18 jan.1961. Comentado.

<sup>74</sup> Idem. Fundo BNM.

<sup>75</sup> ALBA. Disponível em: <www.alba.gov.br>. Acesso em: 7 nov. 2007.

<sup>76</sup> COSTA, 1971, p. 104.

o conflito” parece ter se ampliado no início de 1963, o que pode explicar o “sério desentendimento entre alunos e a Direção, por causa da eleição do Grêmio, em virtude de certos candidatos integrantes da chapa.”<sup>77</sup> Naquele ano, a direção do Central estava nas mãos do professor Orlando Bahia Monteiro e a questão teria sido remetida para apreciação da Congregação.<sup>78</sup>

Em agosto de 1965 a discussão da reabertura do Grêmio entrou na pauta da Congregação. Embora não haja registro da decisão tomada por aquele órgão do Colégio Estadual da Bahia, uma junta governativa composta pelos estudantes Jackson Chaves de Azevedo, Juvenal Vieira Gomes Filho e José Francisco C. Neto passou a responder pela entidade naquele ano<sup>79</sup> (COSTA, 1971, p. 148). Em 6 de setembro de 1965 o estudante Jackson de Azevedo, representando o corpo discente do Central, foi um dos oradores na sessão solene de comemoração do 128º aniversário do Colégio (COSTA, 1971, p. 148). No ano seguinte, Jackson e José Francisco compunham a direção da ACEB,<sup>80</sup> entidade criada em substituição a ABES após esta ter sido “empurrada” para a clandestinidade pela chamada Lei Suplicy que previa em seu artigo 18:

Poderão ser constituídas fundações ou entidades civis de personalidade jurídica para o fim específico de manutenção de obras de caráter assistencial, esportivo ou cultural de interesse dos estudantes.

**Parágrafo único.** Nos estabelecimentos de ensino de grau médio, somente poderão constituir-se grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no regimento escolar, devendo ser sempre assistida por um professor.<sup>81</sup>

Durante a gestão da Junta governativa, o Grêmio ficou como responsável pela emissão das carteiras de estudantes do Central.<sup>82</sup> Essa confecção além de garantir aos estudantes uma identidade que assegurava seus direitos, foi à única fonte de arrecadação financeira da Junta enquanto respondeu pelo Grêmio.<sup>83</sup> Com esses recursos, ela teria

<sup>77</sup> COSTA, 1971, p. 148.

<sup>78</sup> Ibidem, p. 112.

<sup>79</sup> Conseguimos entrevistas com dois dos três membros desta junta governativa, Jackson e José Francisco.

<sup>80</sup> TORRES, Carlos Alberto. **Carlos Alberto Torres:** entrevista 25 jan. 2008. Entrevistador: Cesar Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2008.

<sup>81</sup> BRASIL. Lei 4.464 de 9 de novembro de 1964.

<sup>82</sup> Em um bom número de fichas de matrícula de alunos pesquisadas no Colégio Central encontramos anotações “carteira pelo grêmio”, com referência à opção do aluno para confecção da carteira de estudante.

<sup>83</sup> CARVALHO NETO, Jose Francisco. **José Francisco Carvalho Neto:** entrevista 19 mar. 2008. Entrevistador: Cesar Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2008.

custeado atividades de grupos de estudantes do Central voltados à cultura, dentre eles o GATEB.<sup>84</sup>

Segundo o registro de Costa entre 1965 e 1970:

As atividades do corpo discente do Grêmio resumiram-se em Concursos de Artes Plásticas, Concurso Literário, Semana das Vocações, Semana do Geográfico [sic], Excussão à Bahia de Todos os Santos, Participação nas Olimpíadas [...] e uma série de conferências feitas pelo Sr. Calmon dos Passos, Raul de Souza da Costa e Sá, Homero Meziore, Mário Mendonça, Silvío Farias, Vasco Neto e Janner Barreto Bastos.<sup>85</sup>

Na verdade neste período, e possivelmente em outros também, as atividades desenvolvidas pelo corpo discente do Colégio Central foram muito além das lembradas por Costa (1971) no parágrafo citado acima. Além destas e da peça proibida em 1966, os alunos do Central desenvolveram outras atividades, realizando inclusive um simpósio sobre grêmio estudantil.<sup>86</sup>

Junto a um vago registro da peça e dos protestos contra sua proibição, Americano da Costa atribui a estes o afastamento do professor Reuter do posto de diretor do Central. Em 22 de agosto de 1966 o cargo passou às mãos do professor Cláudio Veiga que já o havia exercido entre 4 de julho de 1960 a 1 de março de 1961, quando foi substituído por Orlando Bahia Monteiro, o antecessor imediato de Reuter (COSTA, 1970).

No período em que o grêmio esteve fechado, lideranças estudantis desenvolveram atividades culturais das mais diversas, criando grupos que funcionavam dentro e fora do Central, agitando assim a vida cultural dos secundaristas. Entre essas atividades, foram criados em 1964 o grupo de cinema, o GATEB e grupos para elaboração de jornais, mural e impressos.

Ainda antes do Golpe, no início do ano letivo de 1964 um grupo de estudantes, entre, eles Carlos Sarno, havia tomado a iniciativa de elaborar uma revista com o nome de “O Momento”. Nas discussões entre os grupos para indicação do redator acabou-se chegando a uma definição pelo nome de José Francisco Carvalho Neto membro da

---

<sup>84</sup> Ibidem.

<sup>85</sup> COSTA, 1971, p. 48.

<sup>86</sup> CARVALHO NETO. op. cit.

Ação Católica e mais tarde integraria a Junta Governativa do Grêmio.<sup>87</sup> A revista não chegou a ser editada, pois seus trabalhos foram interrompidos após o golpe de 1964.

Junto com outros colegas, Neto organizou uma Feira de Livros que culminou com a criação do Clube de Leitura coordenado por ele. O Clube discutia literatura e poesia, patrocinava conferências e estimulava a criação de jornais, sempre atividades ligadas a cultura. Por conta destes trabalhos, os integrantes do Clube do Livro, Jackson Azevedo, Juvenal Vieira e José Francisco Neto acabaram assumindo, na condição de junta governativa, a direção do Grêmio que se encontrava fechado desde 1963.

A junta criou uma assessoria de Cultura dirigida pelo estudante Wilson Carlos Vilane, um mineiro, colega de Neto. No entendimento deste Vilane deveria ser ligado a alguma organização, possivelmente a Juventude Operária Católica (JOC) ou a JEC, pois era católico. Embora não figure entre as lembranças de ex-integrantes do GATEB que entrevistamos, Neto registra que por intermédio dessa assessoria de Vilane, o Grêmio passou a financiar a edição de um jornal impresso, jornal mural e o grupo de teatro, o GATEB, do qual fazia parte, entre outros, Haroldo Cardoso<sup>88</sup> e Francisco Ribeiro Neto.

A falta de documentação e a especificidade dificultam um detalhamento deste apoio ou mesmo a constatação dos grupos que teriam sido beneficiados com tal apoio. No entanto, segundo informou José Francisco Neto, a junta não interferia na produção dos grupos apoiados e, nas prestações de contas à Direção do Colégio, nunca foi questionada sobre a destinação e as motivações destes apoios.<sup>89</sup>

Destes grupos de estudantes do Central ligados a Cultura, Alexandrina Conceição Luz lembra que na falta de espaços de manifestações, as lideranças estudantis construíram os grupos de Teatro, Cinema e do Jornal. Em 1964 ela entrou para o do jornal e no ano seguinte passou a fazer parte do GATEB. O grupo de Cinema não figura nas memórias de Neto, no entanto deixou fortes lembranças para Alexandrina Luz que mesmo não integrando seus quadros, participava de discussões deste grupo e destaca sua influência dentro e fora do Central. As discussões geralmente aconteciam nas tardes de sábado na casa de um dos integrantes do grupo, sendo mais freqüente na

---

<sup>87</sup> Ibidem.

<sup>88</sup> Mais tarde Haroldo Cardoso segue carreira artística no teatro e atuando no Vila Velha continua a estabelecer contatos com estudantes do Central.

<sup>89</sup> CARVALHO NETO, 2008.

casa de Marie Hélène Russi<sup>90</sup>, no Rio Vermelho ou na casa de outro colega que morava no Largo Dois de Julho.<sup>91</sup>

Vivia-se então um período fértil do Cinema de Arte, o Cine Guarani exibia sempre um destes filmes nas manhãs de sábado, com a presença de muitos secundaristas na platéia. Após a sessão, os membros do grupo de Cinema do Central caminhavam pela Barroquinha até a ladeira do Castanheira onde proseavam refrescando-se com o “Chuverinho” uma batida de cor avermelhada que fazia sucesso entre a juventude local. À tarde, iam para a casa de um dos membros para as reuniões onde discutiam o filme.<sup>92</sup>

1964 também foi o ano de criação do GATEB. No entanto o grupo só conseguiu subir ao palco do Central e encenar sua primeira montagem após o encerramento do ano letivo quando encenou a peça “Do tamanho de um defunto” de Millor Fernandes.

Em maio de 1966 a Junta Governativa preparava-se para, em conjunto com o Serviço de Orientação ao Estudante (SOE) do Colégio, realizar de um concurso de literatura para os alunos dos três turnos daquele estabelecimento que seriam homenageados no dia 31 daquele mês com uma apresentação da Orquestra Sinfônica da Bahia na Reitoria da UFBA.<sup>93</sup>

Além da qualidade e da referência educacional do Central, a agitação cultural ali vivida chamou a atenção do jovem Armindo Bião, que em 1965 estudava no Colégio Militar e freqüentava, com a farda daquele colégio, as sessões de cinema de arte no Cine Guarani<sup>94</sup>.

Uma notícia sobre o GATEB veiculada num jornal de Salvador em 1965, e seu interesse pelo teatro, motivaram Bião transferir-se para o Colégio Central em 1966, sendo naquele ano colega de turma de Hamilton Alves da Silva Celestino, militante do PCB e um dos articuladores dos grupos culturais estudantis. Por intermédio deste, Bião,

---

<sup>90</sup> A jovem suíça, Marie Hélène Russi, era uma das lideranças estudantis do Colégio Central na década de 60, posteriormente foi extraditada por conta de sua participação em ações e organizações que combatiam a ditadura militar.

<sup>91</sup> CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Alexandrina Luz Conceição: entrevista 14 mar. 2006. Entrevistador: Cesar Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2006.

<sup>92</sup> Ibidem.

<sup>93</sup> ESTADO DA BAHIA, 20 maio 1966, p. 4.

<sup>94</sup> BIÃO, 2008.

que já tinha a experiência do teatro amador do grupo espírita que participava, logo cedo realizou seu desejo de integrar os quadros do GATEB.<sup>95</sup>

É possível supor que essa agitação cultural e as movimentações estudantis entre 1964 e 1966 também tenham despertaram o interesse de outros jovens. Pelo menos foi o caso de João Luiz Silva Ferreira (Juca Ferreira). Leitor assíduo de livros clássicos da biblioteca do seu pai, membro de uma família com tradição na esquerda, desde cedo Ferreira presenciava e às vezes participava de algumas discussões em reuniões que seu irmão mais velho fazia com companheiros de militância na casa da família. Juca e seus irmãos estudavam no Colégio Militar onde tinha sido colega de turma de Bião.<sup>96</sup> No final de 1966 Ferreira convence os pais a transferi-lo para o Central.<sup>97</sup>

## 2.6 REGISTROS DO TEATRO AMADOR E ESTUDANTIL

Nem só o Colégio Central era palco de agitação cultural nos meios estudantis. Podemos constatar em nossa pesquisa que em 1966 a imprensa baiana repercutiu um bom número de trabalhos desenvolvidos pelo teatro amador na Bahia. Entre estes, Gey Espinheira produziu a peça “A flor e a náusea” de Carlos Drummond de Andrade com o grupo de teatro da Faculdade de Filosofia, tendo estréia prevista para o dia 1 de junho no Teatro Vila Velha, sob direção de Péricles Luiz e contando com atores como Mário Gusmão, Carmem Bittencourt e Alberto Luiz.<sup>98</sup> A trilha sonora do espetáculo incorporava música clássica e popular de autores como Bach, Vilas Lobos, Edu Lobo, Caetano Veloso, além de canções do folclore mineiro.<sup>99</sup>

No Colégio Severino Vieira, estudantes criaram o Grupo de Teatro Opinião que sob a direção de Gustavo Tapioca preparou a montagem da peça “Mariana, a mãe”. Os

---

<sup>95</sup> Ibidem.

<sup>96</sup> Ibidem.

<sup>97</sup> FERREIRA, João Luis da Silva. **João Luis da Silva Ferreira**: entrevista 19 nov. 2007. Entrevistador: Cesar Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2007.

<sup>98</sup> ESTADO DA BAHIA, 25 maio 1966, p. 4; JORNAL DA BAHIA, 24 maio 1966, p. 6.

<sup>99</sup> JORNAL DA BAHIA, 24 de maio de 1966, p. 6.

objetivos do grupo, bem definidos nas falas de seus representantes, repercutidos no Jornal da Bahia, eram de fazer um teatro estudantil:

Como tal, mostrando toda uma realidade que envolve as nossas vidas. Nossa mãe é uma parcela integrante de nossa vida e a nossa primeira apresentação será dedicada a ela. Queremos com isto demonstrar a nossa homenagem a todas as mães do mundo inteiro. As mães de Salvador, do Brasil, da Rússia, dos Estados Unidos, do Vietnã que sofre os horrores da guerra. A todas as mães casadas, viúvas e principalmente solteiras.<sup>100</sup>

A existência do Teatro Experimental de Feira de Santana foi registrada quando este manifestou solidariedade aos estudantes do Central por ocasião da proibição da peça do GATEB. A presença marcante do teatro amador na Bahia pode ser notada por duas iniciativas tomadas no ano de 1966. A criação de um Grupo de Trabalho da Secretaria de Educação encarregado de elaborar um plano de amparo legal para os grupos de amadores e a articulação do I Festival de Teatro Amador no interior da Bahia, tendo entre seus articuladores Alberto Messias e contando com apoio de Mário Piva,<sup>101</sup> deputado federal pelo PSD baiano.

No mesmo ano que no Central a atividade teatral era cerceada pela postura do diretor ao proibir a peça do GATEB e punir atores e envolvidos nos protestos contra a proibição, a escola de Teatro da UFBA abria suas portas para a realização de um Curso de Teatro na Educação. Direcionado a professores primários das escolas municipais, o curso foi aberto pelo professor Agostinho da Silva, contando ainda com os professores Afonso Rui, Carlos Petrovich e Emanuel Oliveira Araújo,<sup>102</sup> este último figurou como professor de teatro no Central em 1966. Fora do espaço escolar, o Teatro dos Novos encenava em agosto o Teatro de Cordel e preparava para o mês seguinte seu Ciclo de Estudos Teatrais que contaria com encenações de autores modernos e contemporâneos.<sup>103</sup>

## 2.7 A CARÊNCIA DE PROFESSORES<sup>104</sup>

<sup>100</sup> Idem. 13 de maio de 1966, p. 9.

<sup>101</sup> A TARDE, 27 jun. 1966, p. 11.

<sup>102</sup> JORNAL DA BAHIA, 23 jul. 1966, p. 9.

<sup>103</sup> jornal Estado da Bahia. 18 de agosto de 1966, p.6.

<sup>104</sup> Cabe o esclarecimento que estamos utilizando o termo carência para sinalizar a falta de professores para assumirem as aulas de determinadas turmas ou colégios. Optamos pelo termo porque a utilização do termo FALTA poderia ser entendido como a falta do professor ao seu trabalho.

A carência de professores nas escolas públicas no Rio de Janeiro, como já apontamos, motivou greves estudantis pelo menos em dez colégios. A mesma problemática atingia Escolas Públicas baianas em 1966. A falta de aulas na Escola Severino Vieira repercutiu na imprensa baiana, com a publicação de uma carta do senhor Arquimedes da Cunha Gomes, na coluna “Nossa Cidade” da edição de 8 de julho de 1966 do Jornal da Bahia.

O leitor reclama que aquela escola só teria aberto as portas nas “matrículas de centenas de alunos que ali pretendiam estudar...”.<sup>105</sup> Atento ao noticiário sobre movimentações em torno das nomeações de professores pelo Estado, o autor da carta defende que o não funcionamento da Escola Severino Vieira não era decorrente da falta de professores, denunciando que o problema não era novo e no ano anterior, sem que houvesse aulas, foi feita a distribuição de “diplomas graciosos”.<sup>106</sup>

No caso do Colégio Central, o ano letivo de 1966 foi iniciado no sem que houvesse professores para todas as turmas. O problema foi por diversas vezes comunicado à Secretária de Educação e a entidades de classes de professores ao longo do primeiro semestre. Entretanto a carência de professores nas escolas públicas baianas figurava apenas de forma periférica entre as preocupações estudantis.

No mesmo período em que aconteciam manifestações estudantis no Rio de Janeiro contra a carência de professores nos quadros dos colégios estaduais, a imprensa de Salvador noticiava a carência nas escolas baianas. Mas esta parece não ter mobilizado os estudantes da capital baiana, pois não figurou na memória de nenhum dos nossos entrevistados, nem encontramos registro de protestos estudantis com esta bandeira.

A carência de professores no Colégio Central foi registrada na imprensa dias antes dos primeiros protestos em torno da proibição da peça de Carlos Sarno. Na ocasião, apesar de vários ofícios da direção do Central, à Secretária de Educação, informando da carência de professores e cobrando providências para atender as

---

<sup>105</sup> JORNAL DA BAHIA, 8 jul. 1966, p. 9.

<sup>106</sup> JORNAL DA BAHIA, 8 jul. 1966, p. 9.



demandas do Colégio,<sup>107</sup> o Secretário de Educação, professor Alour Coutinho declarou que “ainda não tinha conhecimento de tais irregularidades”.<sup>108</sup>

Durante o período estudado, as vozes dos estudantes baianos foram registradas na imprensa em diversas ocasiões quando realizavam eventos culturais, educacionais ou políticos estudantis. Mas, embora a carência de professores seja um fato visível no arquivo do Colégio Central, a insatisfação estudantil por conta deste problema, teve pouca repercussão na imprensa cabendo um ou dois registros de visitas de colegas à redação de jornais para denunciar o fato, ao lado de queixas sobre a falta de higiene nos sanitários,<sup>109</sup> e precariedade da biblioteca do Colégio Central.<sup>110</sup>

Além da carência de professores nas escolas baianas, muitos, ao assumirem as turmas em 1966, já estavam trabalhando há mais de um ano sem remuneração. Em meados daquele ano foram constantes as articulações destes professores e de deputados estaduais, havendo inclusive uma ameaça de greve por parte dos docentes para garantirem suas nomeações.<sup>111</sup> Em situação semelhante viviam os chamados tarefeiros, funcionário dos colégios estaduais. Em junho de 1966 ainda não tinham recebido salários de dezembro de 1965.<sup>112</sup>

Ao menos para boa parte dos professores, a nomeação não representava grandes garantias. E logo surgiram movimentações para reivindicar melhorias na remuneração. Estes recebiam um salário mensal de Cr\$134.160,00 (Cento e trinta e quatro mil e cento e sessenta cruzeiros) por 18 aulas semanais, estando sujeitos a contratos de 10 meses. Na prática não tinham direito a férias e ao 13º salário, benefícios que eram assegurados aos professores de escolas particulares.<sup>113</sup>

Não obstante seja outro o objeto de nossa dissertação, julgamos importante registrar algumas questões para outras pesquisas sobre a temática educacional e estudantil na Bahia no período estudado: a carência de professores na Bahia era menos significativa que no Rio de Janeiro? Essa falta não incomodava os secundaristas

---

<sup>107</sup> Um exemplo do ofício de 14 de março de 1966, enviado ao Superintendente de Ensino Médio, dando conta do grande número de aulas de química, física e matemática sem professor e pedindo a liberação de um maior número de aulas suplementares.

<sup>108</sup> ESTADO DA BAHIA, 27 maio 1966, p. 3.

<sup>109</sup> Idem, p. 4.

<sup>110</sup> Idem. 17 de maio de 1966, p. 4.

<sup>111</sup> JORNAL DA BAHIA, 21 maio 1966, p.2.

<sup>112</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14 jun. 1966, p. 5.

<sup>113</sup> Idem. 11 de jun.1966, p. 2.

baianos? O nível de organização dos estudantes baianos era diferente dos do Rio? A falta de pagamentos, a baixa remuneração e outros fatores acabavam por resultar em negligência ou tolerância de alunos e autoridades com relação aos professores que faltavam ao trabalho, deixando os alunos sem aulas? Neste aspecto a declaração de um diretor do Colégio Central figura como uma boa pista. Disse ele; “se existem, ademais, professores faltosos ou insuficientes, denuncie-os de maneira legítima e honesta – mas não generalizem essas acusações ou deixem no vago de uma peça de pretenso interesse cultural”.<sup>114</sup>

Embora estas não sejam questões às quais buscamos responder durante nossas pesquisas, a problemática da carência de professores junto aos outros elementos apontados no presente capítulo, compõem o cenário onde se desenrolaram acontecimentos e surgiram sujeitos que em 1966 protagonizaram os acontecimentos em torno da peça “Aventuras e desventuras de um estudante” cujo texto analisaremos no capítulo seguinte.

---

<sup>114</sup> Idem. 2 jun. 1966, p.4.

### 3 PRIMEIRO ATO: O TEXTO DA PEÇA

No presente capítulo, buscamos analisar o conteúdo da peça “Aventuras e desventuras de um estudante” inserido na conjuntura da época e tendo como pano de fundo o cenário da ditadura militar “iluminado” pela legislação vigente, particularmente com relação a direitos políticos e a organização estudantil. Depoimentos de ex-militantes do movimento estudantil, documentos da época e a cobertura jornalística dispensada aos acontecimentos estudantis constituem fontes privilegiadas para que possamos perceber posições de atores sociais envolvidos na questão.

A peça “Aventuras e Desventuras de um Estudante” pretendia mostrar ao público estudantil do Colégio Central o cotidiano de uma escola pública na década de 1960. Embora seu autor, Carlos Sarno se refira hoje a ela como um peça ingênua, quando analisada fora daquele contexto,<sup>115</sup> a obra traz uma série de críticas ao ensino, ao Estado e ao regime político vigente no país. A estratégia utilizada foi a de articular o conteúdo da mensagem, com a trajetória de um estudante do interior que, em busca do estudo, segue para a capital onde se depara com burocracia, deficiências do ensino e falta de liberdade política.

Num regime de exceção, como o que se desenhou no Brasil a partir 1964, uma peça com tal conteúdo, dificilmente passaria despercebida por aqueles que tinham afinidades com a ordem vigente. Tendo em vista que as articulações de civis e militares construtores do Golpe de 1964 estiveram assentadas em questão com raízes bem anteriores a sua deflagração,<sup>116</sup> não podemos deixar de considerar que esse movimento teve seu lastro social e que a atuação de estudantes ligados à esquerda foi uma preocupação de golpistas e seus defensores.

---

<sup>115</sup> SARNO, Carlos. **Carlos Sarno**: entrevista 29 set. 2001 e 26 mar. 2002. Entrevistador: Muniz Ferreira (org.). Salvador: [s.n.], 2002

<sup>116</sup> Os antecedentes do golpe foram bem trabalhados entre outros por DREIFUSS, René A. **1964**: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classe, 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. e SKIDMORE, Tomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. São Paulo: Paz e terra, 1988.

### 3.1 O SCRIPT

Antes de entrarmos na análise do texto da peça cabem dois esclarecimentos. O primeiro é que a peça até hoje nunca foi encenada e o segundo que o texto analisado foi uma cópia, cedida por Jurema Valença à historiadora Sandra Regina Barbosa da Silva, durante pesquisa de mestrado em história pela UFBA que resultou na dissertação “Ousar lutar, ousar vencer”, o primeiro trabalho acadêmico neste campo sobre a luta armada na Bahia.<sup>117</sup>

Escrita na forma de cordel a peça apresenta alguns trechos que não constam na primeira cópia que tivemos acesso, mas que podem ser vista no site Diários da Ditadura<sup>118</sup> também utilizado em nossa pesquisa. A obra sofreu influência de autores da literatura brasileira, inclusive com citações de trechos de poemas de Augusto dos Anjos.

“Aventuras e desventuras de um estudante” narra a trajetória de um jovem em busca da educação como forma de crescimento pessoal. Nessa trajetória revelam-se críticas ao sistema político e as relações de poder estabelecidas em torno da estrutura educacional precária e insuficiente ao atendimento dos jovens baianos. Usando recursos da literatura de cordel, o autor lança mão de um narrador, canções, personagens e estatística para compor uma crítica ao momento vivido.

A trajetória do estudante (personagem principal) começa em uma cidade do interior do estado, durante os preparativos de sua mudança para a capital, onde daria continuidade a seus estudos, já que em sua cidade não havia colégios de ensino médio. Nos primeiros dias em Salvador o estudante inicia uma saga para conseguir matricular-se no Colégio da Bahia. Logo percebe que na prática, a educação não é um direito de todos. Com o começo das aulas, conhece defeitos e qualidades dos professores e revela as duras estatísticas do ensino no período.

---

<sup>117</sup> SILVA, Sandra Regina Barbosa da. **Ousar lutar, ousar vencer**: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2003.

<sup>118</sup> DIÁRIOS DA DITADURA. Disponível em: <<http://www.diariosdaditadura.com.br>>. Acesso em: 2 ago. 2006. Site elaborado como trabalho de conclusão do curso de Jornalismo por estudantes da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Salvador.

O texto da peça começa com estudantes entoando a canção de abertura e com ela anunciando que a temática da peça abordará; “o mau estudo que temos” <sup>119</sup> e buscará apontar os culpados por ele:

“NÓS VAMOS ASSISTIR  
AS CAUSAS DO NOSSO ERRADO  
QUE NÓS VAMOS DESCOBRIR  
DENUNCIANDO O CULPADO

OBSERVE COMO É FÁCIL  
A VERDADE DEMONSTRAR  
QUE ESSA CULPA TEM DONO  
ACHADO POR QUEM PENSAR”

A canção anuncia a busca dos culpados e registra que:

“SOMOS POUCOS E FOI DIFÍCIL  
FAZER O QUE ESTAMOS FAZENDO  
QUE É MOSTRAR PRÁ VOCÊS  
A NOSSA VIDA VIVENDO”

A superação das dificuldades para construir a peça se justifica no final da canção com o coro entoando; “porque só vale a verdade/ porque só vale a verdade/ que só pode a verdade/ que só pode a verdade”. O que estará sendo anunciado por esse substantivo exaustivamente repetido? A própria realidade do ensino público e da representação política no Brasil, a partir da óptica de um estudante de escola pública que se desloca do interior para estudar na capital baiana e depara-se no dia a dia com os problemas educacionais. <sup>120</sup>

“Eu sou do interior / vim do norte da Bahia / pra aprender no colégio / e tomar sabedoria”. Após essa rápida auto-apresentação do estudante (personagem principal), o narrador (que também aparece como estudante) trata de generalizar a história, “somos todos um pouco dele/ que vem do interior/ mas êle [sic] não é só êle/ são todos os estudantes”, <sup>121</sup> e de informar ao público os motivos de sua opção pelos estudos na capital, “vem buscar a esperança/ de ter uma vida melhor”.

---

<sup>119</sup> SARNO, Carlos. Aventuras e Desventuras de um Estudante. Salvador: [s.n.], 1966. Script. Para deixar o texto mais limpo para a leitura, neste capítulo, doravante as citações do script desta peça aparecem entre aspas, mas optamos por não inserir nota a cada citação.

<sup>120</sup> No período anterior as condições de ensino no Central foram denunciadas no jornal Estado da Bahia em sua edição de 27 de maio de 1966.

<sup>121</sup> Embora não empregamos na pesquisa métodos quantitativos, a pesquisa no arquivo Colégio Central pode constatar grande número de alunos oriundos do Interior do Estado, dentre eles, alguns dos membros do GATEB.

A compreensão de que essa “vida melhor” só será possível através dos estudos é compartilhada pelo narrador, pelo estudante e por seus pais. Justificando a opção, o pai afirma que na sua cidade “não tem ensino que preste” e mais ainda, “tem sujeira e tem miséria” o que pode ser entendido como uma referência à política e a condição da população pobre do período no interior da Bahia. Em seguida ele afirma: “quem já viveu no interior/ sabe o que é viver morrendo”. Registra-se assim as dificuldades e a falta de perspectivas do local. Diante deste quadro, estudar na “Bahia” é a única possibilidade para o filho ser um “dotô” e para isso ele é capaz de trabalhar exaustivamente.

Já a mãe da personagem principal, esforça-se para superar a saudade e o desgosto com a futura ausência do filho. Anuncia que seu sofrimento será diário, mas será recompensado, pois sua vida mudará junto com a do filho quando este estiver formado. Sem aprofundar a questão de gênero, cabe aqui destacar que a fala da mãe da personagem principal, assim como a pequena quantidade de personagens definidas como do sexo feminino podem servir de ponto de partida para estudos que abordem a temática de gênero no movimento estudantil, naquele período.

Ressalta-se que a não definição de personagens como sendo do sexo feminino não pode ser atribuída à inexistência de atrizes, pois a visibilidade feminina é menor no script da peça do que na lista das punições. Numa lista de sete estudantes do GATEB suspensos após a proibição da peça, três eram do sexo feminino: Jurema Augusta Ribeiro Valença, Ruth de Brito Lemos, Alexandrina Luz Conceição, enquanto quatro eram do sexo masculino: Carlos Sarno, Zoroastro Pena Sant’Ana, Nemésio Garcia e Francisco Ribeiro Neto.<sup>122</sup>

A cena seguinte começa com o estudante entrando no colégio e deparando-se com a burocracia na hora da matrícula. Numa alusão à ineficiência do serviço público, o jovem passa três dias tentando matricular-se. Entre “volte amanhã”, “é ali” e “é com lá” a personagem é encaminhada a diversos funcionários e só depois de um exaltado “estou cheio de andar/ e ser mandado por aí [...] se não tem vaga diga não”, finalmente lhe indicam “seu Bacelar” como alguém que pode efetuar sua matrícula.

---

<sup>122</sup> JOSÉ, Emiliano. **Lembranças do mar cinzento**. São Paulo: Casa Amarela, 2000.

No diálogo entre o estudante e o funcionário Bacelar, que encaminhará o seu pleito, ficam implícitas críticas ao Estado. A da falta de condições dos servidores públicos para realizarem suas obrigações por conta da burocracia “há muito que pesquisar [...] decretos de outros usos...” e a da hierarquização no serviço público.

Nessa hierarquia, Bacelar anuncia; “o meu chefe está estudando/ com interesse seu caso/ daqui a uns dias vai dar/ com certeza o resultado...” e revela o seu lugar na organização do poder, inclusive aquisitivo “sou apenas um funcionário/ isso é na sala 3/ dos doutores bacharéis/ donos de altos honorários...”, mas também se auto-denuncia “há vinte anos trabalho/ sem nunca ter trabalhado...” e estende a denúncia aos colegas “funcionários ocupados/ em conversa entre si...”, depois situa a origem do problema “a culpa não é de cada/ é de todos cada um[sic]/ mas muito principalmente/ daqueles maiores daqui.”

O estudante agradece o empenho de Bacelar afirmando, “eu só quero estudar/ se isso virou assunto/ de encontros inteligentes/ de quem faz educação/ é difícil de acreditar”. Utilizando-se do discurso do pai, responsabiliza o Estado pela educação “o meu pai já dizia/ ter colégio é com o governo que não faz caridade/ que governa dia a dia/ para educar nosso povo...” por ser uma obrigação do Estado, ele afirma “só quero um pouco e só/ o meu direito reclamar/ de poder nesse colégio/ público estudar...”.

Essa afirmação vem precedida (e seguida) de passagens que denunciam a existência de mecanismos de seleção no processo de matrícula. Na primeira ele afirma “eu não conheço os maiores...”. Na segunda é mais direto “como todo depende, nacerta [sic] de um ‘bom coração’/ por mais direito que eu tenha/ dê por favor a indicação/ do funcionário que pode me dar a senha...” mais uma vez, apontando mecanismos subjetivos na seleção dos que conseguiram matricular-se naquela instituição de ensino.

Bacelar encaminha o estudante a outro funcionário, provavelmente algum daqueles com quem já havia falado antes, “vá naquele sujeito/ sentado bem no início da burocracia/ vá e peça com jeito [...] que seu Bacelar pediu...”. Esse funcionário que finalmente efetivará sua matrícula deixa claro que está atendendo ao pedido de seu Bacelar por ser “obediente a ordens superiores/ daqueles maiores daqui...”, mas antes de atender a ordem registra que “Só uma coisa garante/ seu nome e sobre nome/ é ter pai importante.” e queixa-se de “todo João ninguém/ que para o meu castigo [do

funcionário] / resolve estudar também...”. O texto denuncia assim que a escola pública não estava acessível a qualquer cidadão, mas apenas aqueles de condições sociais mais elevadas, cujo pai fosse alguém importante naquela sociedade. Em outras palavras a matrícula dependia de indicação.

Após toda a dificuldade da matrícula, o funcionário termina sua fala insinuando que se foi difícil entrar, mais difícil será sair. Neste momento o narrador faz um chamado à luta por mudanças, responsabilizando implicitamente a todos pelo quadro apresentado. Questiona o comportamento dos que uma vez matriculados se preocupam apenas com notas, diversão e amor. Defende que, além disto, é dever se preocupar com a “situação dos estudantes/ que precisa melhorar.”

Seguindo o discurso do narrador, ouvem-se estatísticas do ensino brasileiro que comprovam a insinuação do funcionário, dando conta da dificuldade que seria concluir os estudos. Os números mostram o funil existente entre as crianças matriculadas no curso primário que apresentavam um aproveitamento de apenas 15% e um índice de 40% de reprovação.

Anunciando a canção dos direitos inalienáveis o coro então lança as perguntas “para que servem os direitos? Para que foram eles feitos?” o estudante questiona; “que direitos eu tenho senhores?” , no que é seguido é seguido pelo coro entoando:

“... Considerar, considerar, considerar. Considerando que o descumprimento e o abandono dos direitos do homem conduziram a atos de barbárie que revoltam a consciência da humanidade, e que o surgimento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, e libertos de terror e da miséria, tem sido proclamado como a mais alta aspiração humana; considerando que na carta das nações unidas aos povos reafirmaram a fé nos direitos fundamentais do homem, na igualdade dos direitos dos homens e das mulheres e se declararam resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida e um grau maior de liberdade; a assembleia geral proclama: **Artigo 1º** - todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito. São dotados de razão e de consciência, e devem agir uns em face de outros com espírito de fraternidade. **Artigo 2º** - toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos no que concerne ao ensino elementar e fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve ser aberto a todos, em plena igualdade, em função das capacidades de cada um.”

Estes são na verdade adaptações de fragmentos do preâmbulo e dos dois primeiros artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Vale lembrar aqui que o grupo tentou encenar a peça em 1966, em pleno regime de exceção,



onde muitos desses direitos eram cada vez menos considerados por parte significativa dos defensores do regime.

E segue a canção, alternado a pergunta do estudante e as respostas do coro:

“Que direitos eu tenho senhores?  
Direito de estudar  
Que direitos eu tenho senhores?  
Direito de estudar.  
Direito que tanto que tenho que tanto que tinha que tive que dar.  
Que direitos eu tenho senhores.  
Direito de falar.  
Que direitos eu tenho senhores.  
Direito de falar.  
Direito que tanto que tenho que tanto que tinha que tive que dar.  
Que direitos eu tenho senhores? [...]  
Aquele que sobrar.”

Alexandrina Luz lembra que após a canção os estudantes pegavam o estatuto do Grêmio e a Declaração dos Direitos Humanos, alguém puxava a descarga e gritava “merda”.<sup>123</sup> Ela e Sarno recordem que essa palavra figurou entre as justificativas para a proibição da peça. No entanto divergem do local onde ela aparecia, uma vez que Sarno a aponta no final da peça.<sup>124</sup>

Após a cena dos direitos a crítica se volta aos mestres. O estudante chega ao seu primeiro dia de aula. Três professores entram em cena. O primeiro afirma que “... sic itur ad astra, estudando alcançaremos os astros. É bom não faltar as minhas aulas, que aluno que falta não presta...” e reclama da falta de respeito para com os mestres e de que os alunos não estudam, não cumprem tarefas e faltam as aulas. Sua fala é então seguida de mais dados estatísticos apresentados pelo narrador “cinco milhões de crianças brasileiras em idade escolar, não estudam por falta de escolas...”.

O segundo mestre se apresenta-se com trechos de 3 poemas de Augusto dos Anjos começando com:

Sou uma sombra! Venho de outras eras do cosmopolitismo das moneras...  
Pólipo das recônditas reenâncias, larva de caos telúrico procedo. Da escuridão do cósmico segredo. Da substância de todas as substâncias!<sup>125</sup> Eu, filho do carbono e do amoníaco, monstro de escuridão e rutilâncias, sofro desde a epigênese da infância, a influência má dos signos do zodíaco. Profundissimamente hipocondríaco, este ambiente me causa repugnância...

<sup>123</sup> CONCEIÇÃO, 2008.

<sup>124</sup> SARNO, 2002.

<sup>125</sup> Poema de Augusto dos Anjos chamado monólogo de uma sombra.

Sobe-me a boca uma ânsia análoga à ânsia que se escapa à boca de um cardíaco.<sup>126</sup> É o transcendentalíssimo mistério é o nous. É o pneuma, é o ego sum qui sum. É a morte, é esse danado número um que matou cristo e que matou Tibério.<sup>127</sup>

Ao analisar esse trecho, é importante tentar definir quem eram os professores daquele Colégio e como lhes poderiam ter soado, sobretudo aos mais tradicionais do período, críticas a eles dirigidas. É necessário para tanto considerar que na década de 60, ainda vigorava o sistema de cátedra, onde o professor era “dono” da cadeira, isso é da disciplina. E ser professor de um colégio como o Colégio da Bahia nestas condições era algo que, além da autoridade, representava grande status na sociedade.

Mas, nem só os catedráticos ensinavam nos colégios públicos. Seja na imprensa ou (no caso específico) nas correspondências oficiais do Colégio Central, o ano de 1966 foi marcado por constantes registros da carência de mestres nos colégios secundários baianos, bem como pela denúncia da precariedade dos contratos aos quais estavam submetidos professores que não eram catedráticos.

Por outro lado, a queixa da personagem (professor) contra as constantes ausências de estudantes das salas de aula, revela uma realidade do próprio autor da peça e de alguns dos integrantes do GATEB que no ano de 1965 não tiveram uma presença muito assídua nas suas salas de aula. As ausências nas aulas são hoje lembradas pelo próprio Sarno como fruto de uma inquietação juvenil.<sup>128</sup>

Não se pode, no entanto, concluir e de forma automática confundir, tal qual a personagem (professor), que a falta de assiduidade do aluno nas aulas seja um prova de desinteresses e/ou descompromisso dele com o conhecimento. E não percamos de vista que a falta pode ser entendida com um ato de rebeldia contra a estrutura do ensino e da escola.

O registro de faltas é um bom tema para os que querem se debruçar sobre o período, quer seja do ponto de vista educacional ou da política estudantil. No caso de lideranças e ativistas mais assíduos, é possível que parte destas faltas estejam relacionadas às atividades do movimento estudantil ou das organizações políticas que faziam parte. O mesmo pode ser inferido para o caso do GATEB e de outras atividades

<sup>126</sup> Poema de Augusto dos Anjos chamado psicologia de um vencido.

<sup>127</sup> Poema de Augusto dos Anjos chamado último credo.

<sup>128</sup> SARNO, 2002.

desenvolvidas dentro ou fora do espaço escolar que coincidiam com os horários de aulas ou exigiam uma maior dedicação dos estudantes.

Analisando fichas de estudantes do Central, verificamos que entre aqueles com elevado número de faltas muitos desenvolviam outras atividades. Desde serviço militar até o trabalho em empresas da família. Embora não seja a intenção do trabalho analisar os impactos das faltas no desempenho dos estudantes, é bom registrar que entre as fichas de estudantes com grande número de faltas que analisamos nos arquivos do Colégio Central, tanto encontramos alunos que nem ao menos realizaram as avaliações, como encontramos alunos aprovados com boas notas, apesar do elevado número de faltas.

Retornando ao script da peça, algum motivo não apresentado claramente, levou seu autor a registrar, com bastante ênfase a existência de um mês de intervalo entre o primeiro do segundo dia de aula. Os tipos de informações disponíveis nos arquivos do Central e forma de sua organização não nos permitiram ainda chegar a uma conclusão precisa sobre a existência ou não deste intervalo em 1966.

Se por um lado, a ausência de registros não é suficiente para descartar a possibilidade da interrupção, por outro, não podemos deixar de considerar que ela possa ser apenas fruto da capacidade criativa do autor que, neste segundo dia “um mês depois”, apresenta na peça, de forma crítica, quatro tipos de professores caracterizando-os como: o desleixado; o efficientíssimo; o bonzinho e o mauzão.

A crítica aos tipos de professores figurou entre os elementos utilizados para justificar a proibição da peça. Pelo menos, foi assim noticiado na imprensa, segundo a qual o diretor do Central afirmara que os objetivos da peça eram claramente a “ridicularização do ensino e a desmoralização do professorado”.<sup>129</sup> Registre-se que além de ser um ano onde se realizariam eleições, em 1966 houve grande movimentação para a contratação de professores e a falta destes profissionais no Central também ocupou espaço na imprensa local.<sup>130</sup>

---

<sup>129</sup> ESTADO DA BAHIA, 2 jun.1966, p. 4, citando carta de Walter Reuter.

<sup>130</sup> Idem, 27 maio 1966, p. 4.

Mas, talvez a cena que segue a crítica aos tipos de professor tenha sido, ainda que não declarada, a mais decisiva para a proibição da peça. Ouvem-se sussurros no palco. O narrado faz ostensivamente o sinal da cruz e anuncia “pssssiu, vamos falar de política”. Começa a cena cinco que é apresentada em dois quadros o primeiro é o “Enterro do Grêmio”. O segundo trata dos tipos de líderes.

No enterro do Grêmio, após serem informados que o defunto “Morreu de morte política...” coveiros e carregadores iniciam um diálogo reflexivo na tentativa de conhecer mais sobre o defunto e esse tipo de morte para eles desconhecida. Levantam hipóteses “talvez seja uma morte que só mata a alma...” e constatações “é uma morte subversiva / dessas mortes que na morte / está mais do que nunca viva [...] essa morte... não me cheira bem.” Um dos carregadores informa que o grêmio morreu de morte matada. Os coveiros dialogam inutilmente querendo saber como se deu. A questão, apresentada pelo primeiro coveiro, sobre o que fazia o defunto, é respondida alternadamente pelos carregadores com fragmentos do estatuto do Grêmio.

O diálogo continua com os carregadores e coveiros (na condição de estudantes) assumindo responsabilidade pela morte “nós permitimos a sua morte”, diz outro, “a sua morte é a nossa omissão”. O quadro termina com todos incitando a refundação da entidade estudantil “que o defunto grêmio reapareça / que não tema nem obedeça / que saia da sua morte [...] que seja sempre forte / para nós, por nós / ESTUDANTES”.

A conclamação para não temer nem obedecer pode ser melhor entendida se levarmos em conta que, além de questões específicas da representação estudantil no Colégio, no ano anterior a Lei Suplicy de Lacerda colocou na clandestinidade entidades estudantis como a UNE, UBES e ABES e limitou a organização estudantil a fins culturais e esportivos.

Conclamada a ressurreição do Grêmio, é hora de alertar os estudantes (espectadores) para a existência de diferentes tipos de líderes. É apresentado o líder popular que recebe a crítica do 1º estudante:

Eu sou é um cansado /de ver uma coisa assim / de ver tanto homem atado / a conversar tão ruim / este homem se promove (aponta o líder) que só vendo o seu melado / ele dança de uma vez / samba, fôrró e bailado. / afasta prá lá companheiro / desses líderes interessados / que só abrem a boca / prá nos postos tá sentado. / até antes da eleição / só falavam em uns direitos / que esquecem de coração / logo depois de eleitos. / cuidado, muito cuidado / (para

a platéia) cuidado com esses sujeitos / podem sentar a teu lado / e guardar até respeito, / mas do fundo de suas almas / só têm gana e ambição / de ouvirem as tuas palmas / todas de boa intenção.

Mas é defendido pelo 2º:

Com licença / este homem fala errado / mande parar por favor / fala como um condenado / esmagando uma flor. / este líder é inteligente / prestativo / coerente / este líder é meu amigo / sem inimigo / este líder é meu amigo / teu amigo / sem inimigo / este líder, minha gente / vai dar um ótimo doutor / deputado / senador / pode até ser presidente.

Surgem estudantes que, andando de um lado a outro do palco carregando velas acesas, se apresentam:

Nós, a cúpula, decidimos / que cada um deve cumprir / deve pensar, deve sentir / aquilo que sentimos / porque somos a razão / e como nós representamos a todos / para todos decidimos / a nossa decisão.

Uma dupla de estudantes começa a debater sobre a cúpula. Como nos diálogos anteriores estas personagens estão identificadas como “1º est.” e “2º est.”. O estudante que no primeiro diálogo defendia o líder populista, no segundo assume a postura passiva e apela para a cúpula “pensem por mim, por favor / façam a minha decisão”. Já o outro contesta a passividade do colega:

Concordar é uma coisa / isso é bom até dizer / porque traz a união ao que se deve fazer, / mas concordar é uma coisa / a outra é obedecer. / quem obedece por medo / ou mesmo por não saber / o que é errado ou verdadeiro / é cachorro de algum homem / é burro de algum tropeiro / serviçal desses que tem / mais poder ou mais dinheiro.

Aqui o autor da peça faz a crítica à cúpula, mas não nos deixa certeza sobre a existência ou atuação de uma prática “cupulista” entre lideranças estudantis do Colégio Central ou mesmo de Salvador naquele momento. Se ela não existia, podemos entender a referência como mais um chamado à participação dos estudantes, do que um combate a um possível centralismo.

A personagem conclama os estudantes à participação direta na vida política do Colégio, crítica a cúpula, mas pondera “concordar é uma coisa / a outra é obedecer”. Independente da existência ou não de uma cúpula no ME naquele período, as críticas aos tipos de lideranças acabam apresentando uma concepção de movimento de estudantil.

No Colégio Central, além de estudantes ligados a organizações de esquerda, estudavam algumas lideranças que, após o fechamento da ABES, conseguiram junto às autoridades militares no Estado, autorização para criarem a ACEB. Essa diversidade certamente contribuía para fazer daquele Colégio, um espaço fértil para os debates em torno das questões estudantis.

O primeiro estudante insiste em deixar que os outros decidam por ele, alegando não ter tempo, dando a entender que está preocupado apenas com os estudos. É então retrucado pelo segundo que refina seus argumentos e define a política como “o estudo do que somos agora / do que deixamos de ser / do que hoje não temos / e que amanhã pode ter...” e sobe para desfigurar a cúpula, iluminando o palco acusado-a “... estes homens eliminam / a nossa vontade querer...” o primeiro estudante revê sua posição e faz autocrítica “eu me deixei enganar / inocente da verdade / pelo falso liderar”. É como a massa se educando na luta e no debate político.

Seguindo-se o script, ouve-se a voz do líder, que se apresenta como “aquele que é / e que sozinho não é nenhum / sou aquele que puder ser todos em cada um” e é questionado pelos estudantes, pois pela apresentação pode ser o governo, a oposição, o pai ou irmão deles. O líder então assume o papel de juiz, imputando culpa aos que usam o tempo como desculpa para a acomodação e afirma que “líder não tem tempo / de ser consciente... ou não. / o líder é aquele que pensa no inverno e no verão”.

Personagens identificados como 1º, 2º e 3º homem alternam falas que revelam uma tomada de consciência. Após mais uma fala do líder todos repetem a pergunta final proferida por ele “onde está a consciência?”. O líder agradece “se você se preocupa com o estudante em qualquer tempo, muito obrigado” e segue-se a “canção dos medos”, com o coro mais uma vez lendo trechos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, desta vez os artigos 18º e 19º, que proclamam a liberdade de pensamento, consciência, religião, opinião e expressão e o artigo 26º que proclama:

A educação deve visar o pleno desenvolvimento dos direitos do homem e das liberdades fundamentais. Deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade de todas as nações e todos os grupos raciais e religiosos, assim como o desenvolvimento da personalidade e ao reforço do respeito aos direitos do homem e às liberdades fundamentais.

Como se fosse um presságio, o script da peça caminha para o seu final com o que motivaria o início da saga dos estudantes pelas ruas de Salvador: A busca do direito ao exercício das liberdades de pensamento, de opinião e expressão anunciadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, cada vez mais negadas pelo regime político que se instalou no país após o golpe de 1964 e que posteriormente utilizaria as reivindicações estudantis como uma das justificativas de seu endurecimento, com a proclamação do AI5 em dezembro de 1968.

O chamado da peça à participação e o debate entre os personagens parece reproduzir o próprio debate estabelecido não só entre os estudantes, mas também entre esses e professores ou funcionários. Alexandrina lembra que tinha uma boa relação com os funcionários do Colégio e que um destes, ligado à direção, aconselhava-lhe a não se envolver com o movimento, pois isso iria prejudicá-la. Mesmo assim, esse funcionário, reconhecia e em alguns momentos acabava estimulando sua liderança. Certa feita ela a delegou a função de representante da comitiva estudantil que um navio ancorado no porto de Salvador.<sup>131</sup>

A mesma estudante também lembra da influência de alguns professores a exemplo do professor Bonifácio com quem aprendeu a gostar de história e através de quem teve o primeiro contato com a “História Sincera da República”, de Basbaum e com obras de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré. Autores que apresentavam naquele momento uma visão crítica da História.

O discurso do funcionário possivelmente perdurou por gerações de estudantes e poderia ter servido para incutir o medo de envolvimento no movimento. O medo, no entanto, parece não ter abatido aqueles estudantes. O próprio coro final com o qual a peça deveria ser finalizada, ao usar a palavra “medo”, parecia anunciar a coragem de muitos dos integrantes do GATEB. Alguns iniciaram ali seus confrontos com a ditadura vigente no país (pelo menos os conflitos de forma mais aberta) e seguiram uma trajetória de combate ao regime que perpassou por momentos muito mais duros para estas personagens da vida real:

Todos medo temos / muito medo / medo temos / de falar medo temos / muito  
medo / medo temos / de falar (pensar, estudar e rezar) somos todos menininhos  
/ nem sabemos / nem falar somos todos menininhos / nem sabemos / nem falar

---

<sup>131</sup> CONCEIÇÃO, 2008.

(bis) (todos os direitos) medo, muito medo / medo temos até de cantar (bis)  
medo temos / medo temos / medo temos de até cantar (bis).



## **4 SEGUNDO ATO: A VIDA DE ESTUDANTES ENCENANDO A PEÇA**

A peça proibida no Central mexeu com a rotina de vários setores da sociedade baiana. De um lado representantes do poder constituído assumiram o papel de reprimir, punir estudantes e coibir manifestações. Do outro, alguns setores manifestaram apoio e solidariedade aos estudantes que foram impedidos de encenar a peça, primeiro no Colégio Central, depois no Restaurante Universitário e no Mosteiro de São Bento, espaços disponibilizados graças a solidariedade de universitários e de beneditinos.

Começaremos este capítulo tratando da experiência do teatro entre estudantes do Colégio Central incluído a constituição do GATEB e a proibição da peça “Aventuras e desventuras de um estudante”. Em seguida, abordaremos os desdobramentos desta proibição, incluídas a reação estudantil, justificativas e posicionamentos do diretor para manutenção da proibição e punição de alunos, repercussões na imprensa, solidariedade recebida pelos estudantes, a cessão de espaços para apresentação da peça, as comissões de inquérito e a repressão que caiu sobre os estudantes.

### **4.1 GATEB: O TEATRO NO CENTRAL E A PROIBIÇÃO DE AVENTURAS E DESVENTURAS**

As encenações feitas por grupos de alunos do Colégio Estadual da Bahia não foram uma novidade da década de 1960, assim como também não foi novidade a censura exercida pela direção da instituição sobre o trabalho dos estudantes. Na década de 1950 os estudantes Glauber Rocha, Fernando da Rocha Peres, Paulo Gil Soares, Anísio Melhor, Sonia Noronha, Calazans Neto, entre outros ganharam destaque no cenário cultural baiano com suas Jogralescas. No entanto, na IV Jogralesca, o grupo sofre a resistência da direção do Central que considera “o poema Blasfêmia, de Cecília Meireles, [...] herético e desrespeitoso”.<sup>132</sup> A contra argumentação de Glauber Rocha

---

<sup>132</sup> LEÃO, Raimundo Matos de. Da cena amadora ao moderno projeto da escola de teatro. **Revista da Bahia**, Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, n. 37, v. 32, 2003.

para a Direção acaba publicada em artigo no Jornal A Tarde de primeiro de agosto de 1957.

Desde 1964 o GATEB vinha funcionando no Colégio Central, formado por alunos do estabelecimento que naquele ano encenaram a peça:

Do tamanho de um defunto, de Millôr Fernandes, sob a direção de Haroldo Cardoso. Dela, participaram, entre outros, Emanueli Marimpietri, José Cordeiro Filho, Francisco Ribeiro Neto, Ângelo Oliva, José Nogueira Neto, Marie Hélène Russi, Jurema Augusta Ribeiro Valença, Nemésio Garcia, Ruth de Brito Lemos, Orlando Lacerda e Mário Galvão.<sup>133</sup>

Os trabalhos de teatro realizados pelos alunos Colégio da Bahia começam, no entanto décadas antes da criação do GATEB, que parece ser a continuidade de uma longa tradição. Entre os anos de 1937 e 1952 o teatro figurou entre as atividades promovidas pelo grêmio estudantil daquela casa de ensino. Como um dos aliados da entidade naquele período, o professor Weldon Americano da Costa realizou junto com estudantes a montagem de algumas peças de sua autoria. Uma delas chamou a atenção do Ministro Simões Filho que solicitou uma apresentação no ministério, o que acabou não acontecendo (COSTA, 1971, p. 147).

A existência de lembranças e registros diferentes sobre a natureza e funcionamento do GATEB não nos impede de tirar algumas conclusões sobre o grupo que acabou sendo o estopim da greve dos estudantes do Central. Alexandrina Luz Conceição, que na peça “encarnaria” a professora “eficientíssima” lembra que os estudantes só tinham acesso ao auditório do Colégio na companhia de um professor.<sup>134</sup> O livre acesso ao auditório esteve entre as reclamações dos estudantes que repercutiram na imprensa da época.<sup>135</sup>

Na Bahia o ano de 1966 começou com carência de professores na rede estadual. O problema ganhou repercussão na imprensa local, principalmente por conta das movimentações dos professores e de articulações dos deputados da base governista para nomear seus indicados. Entre os que buscavam nomeação, mais de 500 professores que

---

133 JOSÉ, 2000.

134 CONCEIÇÃO, 2008.

<sup>135</sup> JORNAL DA BAHIA, 1 jun.1966, p. 2.

segundo a imprensa, há mais de um ano ministravam aulas sem receber e ameaçavam entrar em greve caso as nomeações não saíssem até o dia 3 de junho daquele ano.<sup>136</sup>

Mesmo figurando entre os melhores colégios da Bahia, como registrado no capítulo anterior, o Central também passava pela carência de professores em seu quadro de disciplinas, entre eles, faltava também um professor para acompanhar os trabalhos do GATEB.<sup>137</sup>

Com duas professoras, Ondina Bezerra Kelch e Leoginia Carolina Bezerra, o coral do colégio ensaiava regularmente no Central e acabou garantindo, naquele início de ano, a abertura das portas do auditório pois o GATEB “se aproveitava das aulas do coral”<sup>138</sup> para realizar os ensaios do teatro. Em 20 de maio, Reuter apresenta ao professor Edson Frederico de Souza a professora Aramandina Freire de Araújo como substituta de Ondina e Leoginia nas aulas de canto.<sup>139</sup> Seja pela preocupação com as artes ou com o que os estudantes do GATEB andavam fazendo naquele início de ano, dois dias antes o diretor Walter Reuter já havia solicitado à Secretaria de Educação que fosse enviado ao Colégio Central um professor de artes, sugerindo o nome do professor Emanuel Oliveira de Araújo, que lhe foi indicado pelo diretor da Escola de Teatro da UFBA.<sup>140</sup>

Considerando que, como apontado por Alexandrina Luz e outros entrevistados, o GATEB foi criado por estudantes, a solicitação de um professor para o grupo nos sugere um esforço da direção para torná-lo um grupo oficial daquela instituição educacional. Mas Reuter não poderia prever as posições que tomaria o professor indicado no momento do acirramento dos embates com os estudantes. Araújo não necessariamente frustrou o objetivo de Reuter, caso esse fosse apenas o de manter certo controle sobre o trabalho do GATEB, uma vez que “por uma questão hierárquica, o prof. Emanuel O. Araújo encaminhou a peça à prof. Engrácia para o visto também do Diretor.”<sup>141</sup>

---

<sup>136</sup> JORNAL DA BAHIA, 21 maio 1966, p. 2.

<sup>137</sup> Entre as correspondências há vários ofícios motivados pela carência de professores em diversas disciplinas.

<sup>138</sup> CONCEIÇÃO, 2008.

<sup>139</sup> COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA. Ofício n°.164 de 20 maio 1966.

<sup>140</sup> Idem. Ofício n°.162 de 18 de maio de 1966.

<sup>141</sup> JORNAL DA BAHIA. 1 de junho de 1966, p. 2.

No entanto, se cumpriu a formalidade do cargo ao enviar a peça para análise da direção, Araújo deixou muito nítida sua afinidade com os estudantes e seu compromisso com a arte. Após a proibição da peça e suspensão dos alunos, chocando-se de frente com a posição de Reuter, declarou ao Diário de Notícias considerar: “A peça sadia e boa como teatro estudantil”. Afirmou ainda em outra entrevista que “infelizmente as leis não podem impedir a mediocridade e a mesquinhez de nenhum diretor de colégio ou professores improvisados, malgrado o diploma.”<sup>142</sup>

Outro diário baiano em matéria intitulada “Engenheiro proíbe teatro no Central” publicou no dia 31 de maio de 1966:

Uma equipe de estudantes do Colégio Estadual da Bahia (Central), segundo informa Emanuel Araújo, escreveu, dirigiria e montaria um espetáculo de teatro. Tudo muito bom e elogiável para quem entende teatro como um meio de situar os valores segundo seu procedimento social, e como tal, veículo de educação das massas através experiência do ambiente, como pretendiam os colegiais.<sup>143</sup>

Araújo apontou o teatro como parte de um conjunto de “modelos excelentes de métodos e práticas educativas aplicadas em nações européias...”<sup>144</sup> e partiu para o ataque ao engenheiro diretor:

...Implica não em um acúmulo de conhecimentos teóricos logo esquecidos, mas em ministrar “na prática” em primeiro lugar o artesanato profissional com o qual deverá lidar mais tarde e, em segundo lugar, transmitir uma bagagem cultural humanista indispensável ao futuro técnico que assim, quer desempenhando as funções de mecânico ou diretor dum colégio, nunca cairá no perigo de fossilização estreita que só verá séries de parafusos a apertar ou número dado de jovens a tiranizar.<sup>145</sup>

Assim, Araújo fez a defesa do teatro nas escolas e ao mesmo tempo uma crítica frontal ao diretor a quem terminou de forma indireta chamando de tirano. Continuando na defesa da importância da arte na educação afirma “Nos países desenvolvidos, qualquer professor medíocre sabe que a arte (em quaisquer das suas manifestações) é indispensável à educação sadia da criança e do adolescente” e repete a frase cunhada no outro diário “infelizmente as leis não podem impedir a mediocridade e a mesquinhez de

<sup>142</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1 jun.1996, p. 4.

<sup>143</sup> JORNAL DA BAHIA, 31 de maio de 1966, p. 7.

<sup>144</sup> Ibidem.

<sup>145</sup> Ibidem.

nenhum diretor de colégio ou ‘professores’ improvisados, malgrado o diploma. Basta abrir os jornais e os fatos ai estão.”<sup>146</sup>

O posicionamento de Araújo criticando a postura do diretor e colocando-se ao lado dos estudantes revela que, se após a contratação do professor o GATEB passou a figurar como um grupo oficial do Colégio Central, isso não implicou necessariamente no controle da produção daquele grupo pela direção, e no momento da proibição, a presença do professor acabou significando uma voz a mais em contraposição à direção. Diga-se de passagem, a única voz de professor do Central em clara defesa dos estudantes que localizamos na imprensa local para o episódio da peça.

Algum tempo após o início das aulas, que aconteceu no dia 1 de março, oficialmente com ou sem professor, nos primeiros meses letivos do ano de 1966 o GATEB seguia seus trabalhos. No final de maio, o grupo estava pronto para a estréia da peça, “Aventuras e desventuras de um estudante”. Antes do grande dia, teriam realizado um ensaio aberto, com a presença de alunos e professores como expectadores, alguns destes professores, insatisfeitos ou ofendidos com o conteúdo da peça, cobraram providências do diretor do Colégio.<sup>147</sup> Iniciava-se assim uma série de acontecimentos que acabaram frustrando a expectativa dos estudantes de encenar a peça no Colégio em que estudavam.

Embora existam dúvidas, se antes ou depois da proibição, é certo que em algum momento o professor Emanuel Araújo encaminhou o texto da peça para ser apreciado pela professora Engrácia e pelo o Diretor.<sup>148</sup> Sem maiores explicações essa professora repassou aos alunos o veto de Reuter a peça.

## 4.2 REAÇÃO ESTUDANTIL

Com o veto à peça, os membros do GATEB e seus apoiadores trataram de montar uma ofensiva na tentativa de conseguir um recuo da direção e garantir a encenação da peça no auditório do Central. Cientes de que, embora pudesse parecer um

---

<sup>146</sup> JORNAL DA BAHIA, 31 maio 1966, p. 7.

<sup>147</sup> CONCEIÇÃO, 2008.

<sup>148</sup> JORNAL DA BAHIA, 1 jun. 1966, p. 2.

ato isolado de Reuter, a proibição da peça estava inserida na política de “silenciamento” das oposições adotadas pela ditadura militar, ou aproveitando o momento, as críticas dos estudantes não se limitaram à direção do Colégio, atingiam também autoridades militares e professores do Central, com afirmações que Reuter qualificou de injúrias.<sup>149</sup>

No dia 30 de maio de 1966, inconformados com o veto, os estudantes do GATEB buscaram apoio de outros colegas do Central e realizam uma grande concentração na porta da Diretoria. O número de estudantes questionando o motivo da proibição foi tão grande que provocou a suspensão das aulas por falta de estudante nas salas. O diretor, no entanto não compareceu ao Colégio, comprometendo-se em apresentar as justificativas da proibição na noite daquele mesmo dia, o que também não ocorreu.<sup>150</sup>

Num período em que as fotocópias além de demoradas tinham um custo bem maior que a nossa “xerox” atual, e que as gráficas eram igualmente caras e demoradas, o recurso mais utilizado pelos estudantes e outros setores para se comunicar ou divulgarem suas opiniões de forma rápida era o mimeógrafo.

Os mimeógrafos eram máquinas movidas por energia elétrica ou manualmente por meio de uma manivela. Utilizavam uma matriz feita de um papel especial, chamado de estêncil que conforme o tipo da máquina podia ser a óleo ou a álcool, sendo o primeiro de melhor qualidade, mais caro e devido à durabilidade, sua matriz podia ser utilizada para um número de cópias maior que o do mimeógrafo a álcool. Este, no entanto tinha a vantagem de ser mais prático, barato e eficiente para a utilização de desenhos.

A alternativa utilizada pelos estudantes do Central para divulgar suas atividades foi então a do mimeógrafo a álcool, aproveitando bem a vantagem do desenho. A utilização deste recurso ficou registrada na memória de alguns dos nossos entrevistados. Em um dos manifestos por eles divulgados apresentava-se uma silhueta feminina e uma frase que fazia um trocadilho em referência a um suposto envolvimento entre o Diretor e uma professora do Colégio.

---

<sup>149</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1 jun. 1966, p. 4.

<sup>150</sup> JORNAL DA BAHIA, 1 jun. 1966, p. 2

O dia 31 de maio de 1966 começou movimentado no Central. Os estudantes iniciaram sua jornada com a distribuição de uma carta e um manifesto mimeografados. Ganhava corpo ali uma série de protestos que, muito provavelmente, nem a direção do Central, nem os estudantes, nem outras autoridades envolvidas na questão poderiam mensurar que proporções tomariam e muito menos os desdobramentos para o futuro dos jovens estudantes daquela casa de ensino.

### 4.3 ADESÃO DOS EXPOSITORES

O clima de indignação e revolta com a proibição da peça elaborada pelos colegas, foi tomando corpo dentro do Colégio onde a direção tinha organizado uma exposição de artes plásticas com trabalhos elaborados por seus alunos. Os preparativos para a exposição começaram, pelo menos, no início do mês de maio. No dia 5 daquele mês o diretor do Central oficiava ao gerente do Run Bacardi, solicitando colaboração “no sentido de oferecer durante a inauguração da Exposição [...] um coquetel de Run Bacardi.”<sup>151</sup> Para o evento, a direção, juntamente com alguns colaboradores, buscou envolver parte da sociedade baiana, seja almejando apoios, seja fazendo convites para cerimônia de abertura da mesma.

A exposição foi precedida por um concurso interno de artes plásticas com a participação dos estudantes do Colégio Central. Na noite do dia 28 de maio de 1966 uma comissão composta por 3 professores do Colégio, um aluno da Escola de Belas Artes da UFBA e um artista baiano, julgou os trabalhos apresentados no concurso pelos estudantes. Após a premiação as obras permaneceram expostas ao público.<sup>152</sup>

Porém, no dia 31 de maio o brilho da exposição daria lugar aos holofotes que girariam em torno da peça proibida. Os estudantes de artes suspenderam suas atividades, entre elas, a participação na exposição e se juntaram aos demais colegas num protesto que, em nome da liberdade de expressão e em solidariedade aos membros do GATEB, solicitava a substituição do diretor do Colégio Central.

---

<sup>151</sup> COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA, ofício s/n, 5 de maio de 1966.

<sup>152</sup> JORNAL DA BAHIA. 06 maio 1966, p. 9.

Extrapolando os limites de uma reivindicação pontual e imediata, que era a liberação da peça, os manifestantes unificaram uma pauta estudantil que, em contraposição a uma postura adotada pela direção do Colégio, exigia “o livre funcionamento dos grupos culturais de alunos”<sup>153</sup> do Colégio Central e deflagraram uma greve no dia seguinte.

No início da manhã, impulsionados pelo manifesto contra a proibição da peça distribuído na entrada do Colégio, estudantes do Central conversaram sobre o veto. Os mais ativos introduziam o assunto nas rodas de colegas que se formavam na extensa área interna que já naquela época abrigava meia dúzia de pavilhões e uma praça de esportes. Realizaram uma assembléia onde os membros do GATEB, juntamente com outros alunos do Central, “por decisão da maioria”,<sup>154</sup> deliberaram pela greve. Em seguida os estudantes ocuparam as ruas de Salvador. Em passeata, denunciaram à sociedade baiana que naquele tradicional Colégio da Bahia, os integrantes do GATEB estavam sendo censurados e impedidos de apresentarem o resultado do seu trabalho no auditório da própria casa de ensino onde estudavam.

Em meio às discussões que definiram a deflagração da greve “os alunos que integravam os quadros de diversas artes abandonaram suas atividades e os do setor de artes plásticas, inclusive alunos premiados, retiraram seus quadros da exposição que a direção do estabelecimento vinha realizando.”<sup>155</sup> Alguns destes alunos premiados ainda recusaram premiação oferecida pelo artista plástico Mário Cravo que naquele dia prestigiava a exposição dos estudantes.<sup>156</sup>

Após a retirada dos trabalhos expostos e a deflagração da Greve, os estudantes deixaram as dependências do Colégio em passeata para denunciar a censura e buscar solução junto às autoridades que julgavam competentes para resolverem o impasse. Decididos a lutar pela liberdade de expressão, naquele momento, cercada pela figura do diretor do Central, rumaram à Secretaria de Educação e depois para ao Palácio Rio Branco, então sede do Governo do Estado, tentando audiências com as autoridades maiores destas duas casas.

---

<sup>153</sup> Idem. 1 jun. 1996, p. 2.

<sup>154</sup> ESTADO DA BAHIA, 2 jun. 2006, p. 4.

<sup>155</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1 jun. 1966, p. 5.

<sup>156</sup> JORNAL DA BAHIA, 1 jun. 1996, p. 2.



Naquela terça-feira os estudantes não lograram êxito na Secretaria de Educação, onde tentaram apresentar seus pleitos ao professor Alaor Coutinho ex-professor do Central e titular da pasta de educação. Queriam uma audiência para reivindicar a demissão de Walter Reuter, a quem passaram a qualificar como “censor político”<sup>157</sup> mas, segundo informou o Diário de Notícias, o Secretário não os atendeu.

#### 4.4 REUNIÃO COM SECRETÁRIOS DE GOVERNO

A quarta-feira, 1 de junho foi de intensa movimentação. Logo pela manhã os estudantes distribuíram ampla e abertamente nos corredores do Colégio um manifesto com o título de “Esclarecimento Extraordinário” e fizeram piquetes na entrada do Colégio. Devido às movimentações dos estudantes:

Às 11:30, o diretor Valter telefonou ao delegado Rui Pessoa comunicando a situação no Colégio e afirmando que os alunos estavam ameaçando os companheiros que desejavam entrar no Colégio. Minutos após chegaram ao local um choque do Batalhão de Representação [sic] e Secretaria portando cassetetes do tipo americano, mas sem outras armas e o comissário Eduardo Andrade, acompanhado de mais dois detetives.<sup>158</sup>

Cerca de 20 minutos após o telefonema de Reuter, Rui Pessoa teria se dirigido ao Central após receber informações que estudantes apedrejavam ônibus em frente ao Colégio e teriam sido impedidos por grupos contrários à greve quando tentavam colar cartazes nas paredes do Colégio. Enquanto o delgado conversava com alguns estudantes, outros colaram cartazes “onde se liam frases pedindo ‘Cultura sem Opressão’, ‘Queremos Liberdade Cultural’ e outras.”<sup>159</sup>

As proporções tomadas pelos protestos levaram o Secretário de Educação e o Superintendente de Ensino Médio ao Colégio Central na tarde daquela quarta-feira, quando se reuniram por quase três horas com estudantes. Além da proibição da peça sem apresentação de justificativa e das suspensões, os estudantes também acusaram o diretor de censurar “todos os artigos dos jornais murais e de circulação interna, como

<sup>157</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, op. cit.

<sup>158</sup> JORNAL DA BAHIA, 2 jun. 1996, p. 6.

<sup>159</sup> Ibidem.

também de impedir os movimentos artísticos e culturais.”<sup>160</sup> Da reunião teriam participado ainda o Secretário de Segurança Pública Rui Pessoa e agentes do DOPS.<sup>161</sup>

Alaor Coutinho incumbiu Virgílio Sobrinho de solucionar o problema criado com a proibição da peça. Sobrinho, atendendo as reivindicações dos estudantes comprometeu-se a nomear, no prazo de 48 horas, “uma comissão de professores do Colégio Central e da Escola de Teatro, e de representantes estudantis para examinar o texto da peça – considerada subversiva pelo diretor - e em seguida decidir sobre sua liberação.”<sup>162</sup>

No dia 2 foi instalada uma comissão composta pelos já citados professores Newton José Ferreira e Walter Matos, além de Walfrido Moraes substituindo Raul Sá, que preferiu não participar. Esta comissão, no entanto, não teria apenas o papel de analisar o texto da peça, pois se constituía em Comissão de Inquérito para “apurar responsabilidades de estudantes, não só ao movimento grevista, bem como em possíveis danos causados ao estabelecimento.”<sup>163</sup>

#### **4.5 DIRETOR APRESENTA JUSTIFICATIVAS PARA A PROIBIÇÃO E PUNE ALUNOS**

Com a reação estudantil ganhando corpo e repercutindo na imprensa Reuter resolveu apresentar suas justificativas para o veto da peça. As atribuições regimentais e o parecer supostamente apresentado por uma comissão de professores (que só mais tarde seria efetivada uma comissão para analisar o texto da peça) formaram os pilares das argumentações apresentadas pelo diretor para justificar e manter a proibição da encenação do espetáculo no auditório do Central.

Reuter declarou à imprensa que o regimento interno do Colégio praticamente o obrigava a adotar as medidas que tomou com relação à proibição da peça, uma vez que o mesmo atribui à direção “o direito e o dever de zelar pela qualidade moral, intelectual

---

<sup>160</sup> Ibidem.

<sup>161</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2 jun. 1966, p.5.

<sup>162</sup> JORNAL DA BAHIA, 2 jun. 1966, p. 6.

<sup>163</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 3 jun. 1966, p.5.

e artística dessas atividades.”<sup>164</sup> No entanto, forte indício nos leva a duvidar da validade desta argumentação. Embora o diretor do Central invoque atribuições que o Regimento delegava, em nenhum ponto de sua carta ele fez referência a um capítulo, artigo ou parágrafo deste regimento.

Na verdade, no ano de 1965, a direção do Central delegou ao professor e membro da congregação, Renato Vaz Sampaio, a responsabilidade de apresentar um projeto de regimento interno próprio para o Colégio Central, já que as atividades daquela casa de ensino estavam sendo até então reguladas pelo Regimento do Colégio Pedro II.<sup>165</sup> Uma vez elaborada, a proposta de Renato Vaz Sampaio deveria ser remetida à Congregação, que aprovaria um regimento e o submeteria a apreciação do Conselho Estadual de Educação.

Com todas estas etapas, é certo que em 1966, quando a peça foi proibida, o Colégio Central ainda não tinha um Regimento Interno próprio. Mais de três meses após o início da greve estudantil, no dia 8 de setembro do mesmo ano, substituindo Reuter na direção, o professor Carlos Veiga designou uma comissão para elaborar um anteprojeto de regimento para o Colégio.

Em 25 de outubro Carlos Veiga oficiou ao diretor de Educação e Cultura, Davi Mendes Pereira, informando que o mesmo ainda não estava pronto, mas que os trabalhos estavam em fase de conclusão.<sup>166</sup> Reuter estaria, portanto buscando amparo no Regimento do Colégio Pedro II, ao qual não tivemos acesso e que também não era do conhecimento dos estudantes da época.

Com a saída de Reuter da direção, não cessaram as preocupações daquela instituição em relação aos grupos de estudantes que desempenhavam atividades voltadas para as artes, como o GATEB. Em outubro de 1966 foi proposta a criação de uma Coordenação de Atividades Artísticas e Estudantis e que as associações estudantis dentro do Colégio fossem obrigadas a terem seus estatutos aprovados pelo Conselho Docente. Além disto, as eleições destas associações deveriam ser presididas pelo Diretor do Colégio ou por um professor que este designasse. E mais ainda, “A

---

<sup>164</sup> Idem, 2 jun.1966, p. 4.

<sup>165</sup> COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA. Relatório das Principais Ocorrências do Colégio Estadual da Bahia em 1965 e Resolução 75, 28 de fevereiro de 1966.

<sup>166</sup> COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA, ofício s/n de 25 de outubro de 1966.

Associação estudantil onde for pregada a subversão do regime ou a perturbação da ordem, será imediatamente dissolvida pelo diretor ad-referendum do conselho docente.”

167

Tais medidas certamente refletiam a preocupação de setores do Colégio com as ações estudantis e com a manutenção do regime vigente de tal forma que delegavam ainda ao Diretor do Colégio a prerrogativa de “tomar as medidas que julgar conveniente em casos graves ou urgentes”,<sup>168</sup> nada mais vago do que a expressão “que julgar conveniente”.

As iniciativas para elaboração de um Regimento em 1965 e em 1966 não descarta a possibilidade da existência de um anterior. O próprio Golpe de 1964 e seus desdobramentos podem ser vistos como motivos para a elaboração de um novo regimento, ainda que já existisse um anterior. No entanto, não encontramos pistas concretas desta existência. Mas, se por um lado restam dúvidas desta existência, por outro lado, a proposta de regimento elaborada naquele ano deve ter sido fortemente influenciada pelos acontecimentos em torno da peça de Carlos Sarno.

Quanto ao suposto parecer da comissão de professores, ainda no dia 31 de maio, no calor da pressão estudantil, Reuter apresentou a explicação que a proibição se deu porque “a obra foi condenada pelo professor de português, Sr. Raul de Sá, sob a alegação de erros gramaticais. O Sr. Raul de Sá confirmou, mas desapareceu imediatamente, não sendo mais visto.”<sup>169</sup> Temerosa pelo que representaria a peça, uma das primeiras providências da Direção do Central foi suspender por tempo indeterminado sete dos estudantes envolvidos nos protestos, medida repercutida na imprensa local. “Ainda ontem à noite a diretoria publicou um listão com nomes de estudantes que fazem artes suspendendo-os por tempo indeterminado, o que vale dizer expulsão ou obrigá-los a perder o ano letivo através de portaria.”<sup>170</sup>

A portaria que não foi localizada nos arquivos do Colégio Central teria atingido, segundo a imprensa e o depoimento de estudantes da época, os jovens Francisco Ribeiro

<sup>167</sup> COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA. Diretrizes para o anteprojeto dos estatutos do Colégio Estadual da Bahia, 1966.

<sup>168</sup> COLÉGIO CENTRAL. Diretrizes para o anteprojeto dos estatutos do Colégio Estadual da Bahia, 1966.

<sup>169</sup> JORNAL DA BAHIA, 1 jun. 1966, p.2.

<sup>170</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Caderno 2, 2 jun. 1966, p. 2.

dos Santos, Nemésio Pereira da Silva, Carlos Sarno, Zoroasto Penha Sant'Anna, Alexandrina Luz Conceição, Ruth de Brito Lemos e Jurema Augusto Ribeiro Valença.  
171

Se a possibilidade da encenação da peça no Central preocupava o diretor, mais preocupações lhe trouxeram os protestos promovidos pelos estudantes em resposta à sua proibição. Tanto assim que, na tarde do mesmo dia Reuter correu a Secretaria de Educação, reunindo-se com professor Virgílio Sobrinho, titular da Superintendência de Ensino Médio, onde teria ido “presumivelmente [...] solicitar providências contra a ação dos estudantes.”<sup>172</sup> Procurado pela redação do Diário de Notícias, o diretor do Central negou-se a prestar declaração ao Jornal, justificando que o caso estava na alçada de Virgílio Sobrinho.<sup>173</sup>

Destas autoridades, o Diário de Notícias tentou obter algumas informações sobre possíveis medidas da Secretaria de Educação ou da direção do Colégio diante da greve e das manifestações estudantis. No entanto, as autoridades educacionais buscavam agir discretamente e não atenderem aos questionamentos do Diário, possivelmente apreensivos com a possibilidade de novos protestos por parte dos estudantes. É possível que esta discrição tenha levado o Diário de Notícias a publicar que:

Apesar do sigilo mantido, sabe-se que o escopo da passeata foi a proibição terminantemente de que o grupo teatral daquele colégio não poderia encenar a peça *Arena contra Zumbi*, de Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri, a pretexto de ser ela “imoral” e “pornográfica.”<sup>174</sup>

Em verdade, tratava-se, como já sabemos da peça “Aventuras e desventuras de um estudante” de autoria do estudante Carlos Sarno. No entanto, esse “erro” (ou desinformação) não foi o único na cobertura do Diário de Notícias aos acontecimentos do Central naquele mês. No dia seguinte, por exemplo, ao informar o verdadeiro nome da peça e do autor, esse o jornal grifou de forma incorreta o nome de Carlos Sarno como “Karlo Sarno” iniciando o primeiro nome com a letra K, o que na leitura do autor da peça, foi alusão a Karl (Carlos) Marx.<sup>175</sup>

---

<sup>171</sup> JORNAL DA BAHIA, op. cit.

<sup>172</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1 jun. 1966, p. 5.

<sup>173</sup> Ibidem.

<sup>174</sup> Ibidem.

<sup>175</sup> SARNO, 2002.

Após receber a visita de Reuter, Virgílio Sobrinho foi ao Central onde “entrou em contato com alguns estudantes”<sup>176</sup> marcando um retorno ao Colégio às 11 horas do dia seguinte (1º de junho) “para manter entendimentos a respeito do impasse com os estudantes que representam os grupos culturais do Colégio e os representantes de classes, os quais formam mais de 100 alunos.”<sup>177</sup>

Ao Jornal da Bahia, o professor Vergílio Sobrinho, informou que o diretor do Central teria constituído “uma comissão de inquérito composta dos profs. Raul de Sá, Newton José Ferreira e Walter Matos para apurar os acontecimentos.”<sup>178</sup> Na verdade, essa foi uma tentativa para contornar o episódio, no entanto, tal comissão não chegou a ser efetivada.<sup>179</sup>

Em carta enviada ao jornal Estado da Bahia o diretor do Central cita apenas o nome do professor Raul de Sá como um dos membros da comissão, invocando a sua autoridade como catedrático de Língua e Literatura Portuguesa do Central. A decisão de Reuter estaria então amparada no posicionamento de professores para os quais, segundo a carta: “As conclusões unânimes foram textuais quanto ao estilo e ao sentido ético negativo do trabalho cujos objetivos claramente definidos são no sentido de ridicularização do ensino e da desmoralização do professorado.”<sup>180</sup>

Quanto ao catedrático Raul Sá, estudantes da época também se referiram ao mesmo como o autor de opinião contrária à encenação da peça no Colégio.<sup>181</sup> Ao falar sobre o tema, Carlos Sarno, apesar de apresentar o mesmo professor desempenhando esse papel, fez questão de expressar o respeito que tem pela figura de Raul Sá,<sup>182</sup> sugerindo que se tratava de um profissional reconhecido pelos estudantes e provavelmente por isso acionado para dar legitimidade ao parecer que desaconselhava à realização da peça no Central.

Pelas memórias de estudantes da época e pelos registros da participação de Raul Sá em eventos promovidos por estudantes em períodos próximos dos acontecimentos da

---

<sup>176</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, op. cit.

<sup>177</sup> Ibidem.

<sup>178</sup> JORNAL DA BAHIA, 1 jun.1996, p. 2.

<sup>179</sup> CONCEIÇÃO, 2008.

<sup>180</sup> Carta de Walter Reuter publicada no jornal Estado da Bahia, 2 jun. 1966, p. 4.

<sup>181</sup> Entrevistas cedidas ao autor.

<sup>182</sup> SARNO, 2002.

peça,<sup>183</sup> podemos depreender que, ao contrário do diretor Walter Reuter, o professor Raul Sá gozava de um bom conceito entre os alunos. Sendo assim, é possível que Reuter tenha mesmo buscado na utilização do prestígio deste catedrático, respeitado pelos alunos, um recurso para convencer não só os estudantes como também outros setores do Colégio e da sociedade de que a peça era inadequada para aquele espaço.

Raul Sá chegou mesmo a confirmar à imprensa ter dito a Reuter que a peça continha erros gramaticais<sup>184</sup> e afirmar para alguns estudantes que não concordava com os estudantes, mas não queria fazer parte da comissão.<sup>185</sup> Justificou sua recusa em integrar a comissão sob a argumentação que não podia compor a comissão porque “fora ele que sugerira a proibição da peça”, mas que durante os inquéritos seria testemunha “o que evidentemente não poderia ocorrer, caso exercesse a presidência da referida comissão.”<sup>186</sup> É possível que o catedrático ao esquivar-se de participar da comissão já imaginasse o tamanho do problema a surgir com a proibição, ou estivesse apenas evitando atritos com os estudantes.

A julgar pelo publicado na imprensa, em seu posicionamento, Raul Sá evitou entrar no mérito do valor artístico da peça. Acusou-a de juntar críticas sensatas com outras infundadas e apontou o gênero como não apropriado para uma casa de ensino. Raul Sá teria destacado ainda a presença de gravíssimos erros de português no texto. No entanto, afirmou; “se a peça for encenada em um teatro local, eu irei assistir e até poderei aplaudi-la, porque ela faz críticas que merecem ser feitas.”<sup>187</sup>

Em síntese, ao recusar a indicação para compor e presidir a comissão, Raul Sá adiou a constituição da mesma. Assim, o parecer apresentado por Reuter como justificativa da proibição era um desejo e não um dado concreto. Mesmo assim, Reuter buscou legitimar-se no suposto parecer para proibir a peça e sustentar sua decisão após “recursos” que os estudantes lançaram mão, na tentativa de terem liberada a encenação.

A presença da Polícia Militar na entrada do Colégio, ao menos no dia 1 de junho, atendia a um pedido do diretor, com a justificativa de garantia do acesso dos

---

<sup>183</sup> Refiro-me aqui a algumas entrevistas feitas durante a pesquisa e aos registros encontrados no livro de Americano da Costa já citado.

<sup>184</sup> JORNAL DA BAHIA. 1 jun. 1996, p. 2.

<sup>185</sup> CONCEIÇÃO, 2008.

<sup>186</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2 jun. 1966, p. 5.

<sup>187</sup> Ibidem.

estudantes que quisessem assistir às aulas.<sup>188</sup> Os ânimos entre a direção e os estudantes acirram-se de tal forma que no embate público com os estudantes Reuter declarou ao Diário de Notícias ter recebido, na manhã do dia 2 de junho, ligações telefônicas de dois alunos que o teriam ameaçado de morte. Os estudantes teriam dito ao diretor “que se despedisse da família, pois, dentro em breve, não mais estaria entre os vivos.”<sup>189</sup>

Certamente que com a tecnologia disponível naquele período seria difícil identificar a origem de ameaças deste tipo. Por outro lado caso ela tenha de fato ocorrido, dificilmente alguém assumiria sua autoria. No entanto, também é possível que a mesma tenha sido usada como tática do Diretor no sentido de desqualificar e criminalizar os protesto justificando uma ação policial contra os estudantes.

#### **4.6 AS PRIMEIRAS REPERCUSSÕES NA IMPRENSA**

Na cobertura jornalística o matutino Diário de Notícias parecia desinformado com relação aos estudantes, mas saiu na frente do vespertino jornal Estado da Bahia ao noticiar com precisão as providências da Secretaria de Educação e da direção do Colégio com relação às manifestações. Como veremos adiante, o jornal Estado da Bahia, embora não repetisse os “erros” do seu concorrente, parece que não contava com fontes tão ágeis em relação ao governo.

Embora os dois veículos pertencessem aos Diários Associados, grupo de Assis Chateaubriand, os diários tinham equipes de trabalho diferentes. No jornal Estado da Bahia a cobertura dos acontecimentos estudantis era feita pelo secundarista Carlos Alberto Torres, diretor da ACEB,<sup>190</sup> entidade que tinha em seus quadros alguns diretores que estudavam no Colégio Central, o que certamente facilitava o acesso à informação sobre as movimentações dos estudantes.

---

<sup>188</sup> JORNAL DA BAHIA. 2 jun. 1996, p. 6.

<sup>189</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 3 de jun. 1966, p.5.

<sup>190</sup> Torres, 2008.



No dia 2 de junho de 1966, a coluna “Atividades Estudantis” do jornal Estado da Bahia, assinada por Torres<sup>191</sup>, reproduzia nota oficial dos estudantes do Colégio Central sobre a greve por conta da proibição da peça. A nota intitulada “esclarecimento extraordinário” também repercutiu no mesmo dia na edição do Jornal da Bahia e afirmava que a greve tinha sido deliberada pela maioria dos estudantes que só voltariam às aulas após terem atendidas as reivindicações enumeradas:

1- Livre funcionamento dos Grupos Culturais. 2 – Anulação das suspensões “ad infinitum”, aplicadas aos vários colegas dos Grupos Teatrais. 3 – Substituição imediata do atual diretor do Central, por um educador com condições morais, pedagógicas e administrativas para a direção do Colégio Estadual da Bahia.<sup>192</sup>

A coluna também cedeu, no mesmo dia, espaço oito vezes maior ao outro lado da questão. Publicou na íntegra a carta onde o diretor do Central, professor Walter Reuter, apresentou a sua versão para os acontecimentos. A carta de Reuter começa declarando que “a direção do Colégio Estadual da Bahia jamais pretendeu sufocar os movimentos culturais que visam ao aperfeiçoamento do seu corpo discente.”<sup>193</sup> A afirmativa é seguida de exemplos de atividades culturais promovidas pela escola que mereceram registro na imprensa no ano anterior.

De fato, não só no ano anterior, mas, também em maio de 1966, o nome do Colégio Central apareceu naquele periódico associado a atividades culturais como a apresentação da Orquestra Sinfônica da Bahia em homenagem ao corpo discente do Colégio e da palestra conferida pelo artista plástico Mário Cravo aos alunos do estabelecimento.<sup>194</sup>

No segundo ponto de sua carta, Reuter assinala que a direção buscava ampliar as atividades culturais, mas no caso da peça fez-se valer as atribuições do regimento do Colégio segundo o qual, cabia à direção “o direito e o dever de zelar pela qualidade moral, intelectual e artística destas atividades.”<sup>195</sup> Isso teria motivado primeiro a solicitação do parecer de professores daquela casa de ensino sobre a peça. E depois, a

---

<sup>191</sup> Pertencente a ACEB, a coluna “Atividades Estudantis” foi criada com perspectiva de expansão e interiorização das ações da entidade, graças a articulação de diretores da entidade com a direção do jornal Estado da Bahia. Tinha frequência diária e era assinada pelo diretor da entidade, o estudante secundarista, Carlos Alberto Torres.

<sup>192</sup> ESTADO DA BAHIA, 2 jun. 1966, p. 4.

<sup>193</sup> Ibidem.

<sup>194</sup> ESTADO DA BAHIA, 27 maio 1966, p. 4.

<sup>195</sup> Idem, 2 jun. 1966, p. 4.

proibição da peça, já que as conclusões destas análises, segundo Reuter “foram textuais quanto ao estilo e ao sentido ético negativos do trabalho cujos objetivos claramente definidos são de ridicularização do ensino e da desmoralização do professorado.”<sup>196</sup>

Como já registramos, Raul Sá recusou o convite para participar da comissão e não encontramos qualquer indício da existência do parecer alegado por Reuter. Também parece inexistir qualquer documentação sobre as análises destes professores.

Reuter registrou que o movimento dos estudantes extrapolou questões internas ao colégio, ao assinalar que autoridades civis e militares tinha sido alvo de ataques de carta e manifesto distribuído pelos alunos. E buscou desqualificar o movimento em número e qualidade afirmando que:

Um pequeno grupo de alunos criou problema e iniciou uma agitação. Desde anteontem [31 de maio] que o estabelecimento vem sendo tumultuado por este grupo, quer através da distribuição de carta e manifesto mimeografados, injuriando, quer a direção e o professorado do CEB, quer as autoridades civis e militares, culminando esta agitação com um arremedo de ‘greve’ e ameaças de aprofundamento do problema.<sup>197</sup>

No quarto ponto de sua carta, Reuter revela de forma mais nítida a sua afinidade com o discurso ideológico do regime implantado após o golpe de 1964. Afirma que as manifestações dos estudantes do Central são: “Parte de um plano de profundidade de “filosofia marxista” e “prática revolucionaria”, para a qual vêm sendo treinados grupos especializados para cada estabelecimento de ensino, visando sobretudo a Universidade da Bahia.”<sup>198</sup>

A descaracterização do movimento estudantil, atribuindo-lhe a pessoas ou grupos alheios aos estudantes, tem sido uma constante arma utilizada pelos que defendem interesses diversos dos pleiteados pelos estudantes em cada momento histórico. Essa foi uma prática marcante em momentos de expressão maior como estas manifestações do Central e outras no período da ditadura e no pós-ditadura.

Entre os poucos documentos que encontramos no maço da Secretaria de Educação referente à década de 1960, está um que pode servir de pista aos estudos sobre

---

<sup>196</sup> Ibidem.

<sup>197</sup> Carta do diretor do Colégio Estadual da Bahia publicada na íntegra nas edições de 2 de junho de 1966 dos jornais Estado da Bahia (p. 4), e Jornal da Bahia, (p. 6).

<sup>198</sup> ESTADO DA BAHIA, 2 jun.1966, p. 4.

a presença ou combate a estudantes “simpáticos ou adeptos à causa comunista”. Trata-se de um documento datilografado em duas páginas, sem data e intitulado “Infiltração comunista nos Colégios”, contendo alguns trechos que guardam semelhanças com as argumentações apresentadas por Reuter.

O documento aponta como uma das causas desta presença a “natural tendência da juventude à oposição (‘sarampo’ ou ‘catapora’, como já se disse, de comum aparecimento e rápida (excetuar casos mais graves) cura)”<sup>199</sup>, sinaliza a existência de:

- 1) Uma minoria convencida e operante, bem treinada e espalhada propositadamente em vários setores, principalmente em órgãos de classe etc.
- 2) Número grande de simpatizantes que, não admitindo a filosofia marxista, apóia todos os movimentos em face aos aspectos bons que disfarçam intenções outras.
- 3) Maioria amorfa ou apática de comodistas ou dos que subestimam o perigo existente.<sup>200</sup>

Em suas argumentações Reuter afirma que “o número de agitadores é deveras inexpressível, conquanto sejam altamente atuantes.”<sup>201</sup> Aponta ainda como pequeno o número de alunos que os seguem como inocentes úteis, assinalando para isso que o colégio possuía mais de cinco mil estudantes.

Provavelmente Reuter tivesse conhecimento do investimento de grupos de orientação de esquerda em atividades culturais como uma prática que remontava ao período anterior ao golpe de 1964. Logo no início dos anos 60, sob a influência majoritária de estudantes de posicionamento político de esquerda, a UNE desenvolveu toda uma política cultural, sobretudo através dos CPC’s. Com o fechamento da UNE depois da ditadura, o trabalho cultural, continuou sendo realizado pelos estudantes com esta tradição. Por outro lado, tendo ou não acesso ao documento sobre a influência dos comunistas nos colégios, ele deveria ver no teatro um espaço de atuação de militantes das esquerdas.

Mas, nem só os estudantes com posicionamento de esquerda estavam preocupados em realizar trabalhos na área cultural. Estudantes ligados a setores da direita e defensores do golpe também os realizavam. Na Bahia, após o fechamento da

<sup>199</sup> Infiltração Comunista nos Colégios. APEB, Fundo Secretaria de Educação, caixa 3951, maço 56.

<sup>200</sup> Infiltração Comunista nos Colégios. APEB, Fundo Secretaria de Educação, caixa 3951, maço 56.

<sup>201</sup> ESTADO DA BAHIA, 2 jun. 1966, p. 4.

ABES foi organizada a ACEB (Academia Cultural dos Estudantes da Bahia) que em 1966 era presidida pelo estudante Luiz Carlos de Almeida do Colégio Severino Vieira.

O posicionamento do presidente da ACEB sobre as movimentações em torno da proibição da peça dos estudantes do Central também ganhou repercussão no jornal Estado da Bahia, através da coluna “Atividades Estudantis” que a entidade. Mas, vale o registro que Carlos Alberto Torres, diretor responsável por redigi-la, muitas vezes escrevia em nome de Luis Carlos de Almeida, algumas sem nem consulta-lo, graças à relação de confiança e a identidade entre eles.<sup>202</sup>

Na edição do dia 3 de junho aparece na fala do presidente da ACEB o esforço de apresentar-se numa suposta posição de mediador do impasse entre a direção e os estudantes mobilizados, mas, sem poupar críticas a colegas do Central. Dizendo achar justas as reivindicações, Almeida logo aponta a falta de planejamento da manifestação, qualificando-a (ou desqualificando-a) de precipitada, porque teria partido de uma corrente de estudantes profissionais e não do Grupo Teatral.<sup>203</sup>

Certamente o presidente da ACEB se referia a ligação de alguns estudantes com organizações ou partidos políticos. Possivelmente o PCB era uma de suas preocupações já que no Central estudavam conhecidos militantes deste partido a exemplo de Nemésio Garcia e Hamilton Celestino, também conhecido como Tito.<sup>204</sup>

Almeida apresentava ainda diferenças com relação a membros da Ação Popular como José Sérgio Gabrielli de Azevedo e também a outros ligados à Ação Católica, a exemplo de Jackson Chaves de Azevedo que embora figurasse entre os diretores da ACEB, tinha dentro da entidade uma posição mais progressistas.<sup>205</sup>

A estratégia adotada pelo presidente da ACEB para combater as manifestações e os estudantes ligados às esquerdas passou centralmente pela adoção de um discurso que buscava desqualificar as manifestações dos alunos, afirmando que a gênese destas estaria na ação de “estudantes profissionais”,<sup>206</sup> os quais Almeida acusava de quererem

---

<sup>202</sup> TORRES, 2008.

<sup>203</sup> ESTADO DA BAHIA, 3 jun.1966, p. 4.

<sup>204</sup> A militância destes no PCB foi ressaltada por vários dos nossos entrevistados.

<sup>205</sup> TORRES, op. cit..

<sup>206</sup> ESTADO DA BAHIA, op. cit.

“deturpar o sentido do movimento.”<sup>207</sup> Assim como acontecia com Reuter, vemos no discurso de Almeida uma proximidade grande com as notas que ressaltam a existência do estudante “que se matricula e até perde anos para cumprir sua missão.”<sup>208</sup>

Em seu discurso, buscando minimizar os impactos destas manifestações, Almeida registra o apoio dado pela direção do Colégio aos grupos culturais do Central e adjetiva a proibição da peça como uma ação impensada do diretor. Em suas palavras “o Professor Walter Reuter agiu impensadamente, proibindo a apresentação da peça, causa principal de tais irregularidades.”<sup>209</sup>

Ainda na versão do presidente da ACEB os alunos do GATB não estariam integrados ao movimento nem comparecendo no Central. Segundo ele a direção das manifestações estava nas mãos de “elementos” que, em suas argumentação, queriam subverter a ordem entre os secundaristas baianos, argumentação esta que sugere a proximidade entre seu posicionamento, o de Reuter e os fundamentos da Lei de Segurança Nacional adotada pela ditadura militar que se implantou no Brasil após o Golpe de 1964.

Com essas ponderações, o presidente da ACEB buscou a Secretaria de Educação, aparecendo na imprensa como quem se empenhava para mediar o conflito. À imprensa, Almeida se apresentou como responsável pela visita dos professores Alaor Coutinho (Secretário de Educação) e Virgílio Sobrinho (Superintendente de Ensino Médio da Secretaria de Educação) para dialogar com os estudantes no Colégio Central

210

Almeida reivindicou o mérito de ter conseguido a audiência dos estudantes do Central com os representantes da Secretária de Educação. Omitiu, no entanto que a reunião contou com a presença do Secretário de Segurança e de agentes do DOPS,<sup>211</sup> mas afirmou ter alcançado êxito, pois atendendo a seu pedido, o Delgado Ruy Pessoa

---

<sup>207</sup> Ibidem.

<sup>208</sup> Infiltração Comunista nos Colégios. APEB, Fundo Secretaria de Educação, caixa 3951, maço 56.

<sup>209</sup> ESTADO DA BAHIA, 3 jun. 1966, p. 4.

<sup>210</sup> Ibidem.

<sup>211</sup> JORNAL DA BAHIA, 2 jun. 1966, p.6.

teria ordenado a suspensão do policiamento nas imediações do Central para evitar (nas palavras do dirigente) “novos espancamentos.”<sup>212</sup>

No afã de mostrar-se como mediador, embora visivelmente em defesa do regime constituído, o presidente da ACEB acabou repercutindo na imprensa pontos que considerou erros nas ações de suas autoridades. Primeiro, registra a ocorrência de espancamentos de estudantes pela polícia, já nos primeiros dias de manifestação contra a proibição da peça no Central. Em seguida, informa sobre a punição do Colégio a estudantes ligados ao protesto, afirmando que “lutará pela revogação da Portaria oriunda da direção do Colégio que suspendeu sete estudantes”<sup>213</sup> Muito provavelmente está nesta suspensão o motivo dele dizer que os estudantes do grupo de artes não estariam freqüentando o Colégio.

As preocupações do dirigente da entidade cultural estudantil estão bem resumidas no final da coluna. Ele buscava uma conciliação para o conflito, que ao mesmo tempo não prejudicasse as reivindicações dos estudantes, mas que também não favorecesse ao que chamou de “aparecimento” de colegas que (des)qualificou de “falsos líderes estudantis.”<sup>214</sup>

O pedido de substituição da Direção do Central, feito pelos estudantes que iniciaram suas manifestações no final de maio, acabou recebendo o apoio explícito do colunista do jornal Estado da Bahia, no encerramento de seu comentário sobre o assunto, na edição do dia 3 de junho. Após expor a posição do presidente da ACEB, Torres encerra o assunto registrando e concordando com a afirmação da comissão de alunos do Colégio que teria declarado-lhe a falta de condições do professor Reuter para dirigir aquele estabelecimento. Afirma a coluna:

Por outro lado, comissão [sic] de alunos do referido estabelecimento de ensino, em contacto comigo na noite de ontem, declararam unanimemente que ‘o professor Walter Reuter não tem as condições necessárias e indispensáveis para dirigir um Colégio como o Central, onde está sem dúvida, o núcleo do esclarecimento secundarista do Estado.

- De minha parte, concordo com os declarantes.<sup>215</sup>

---

<sup>212</sup> ESTADO DA BAHIA, op. cit.

<sup>213</sup> ESTADO DA BAHIA, 3 jun. 1966, p. 4.

<sup>214</sup> Ibidem.

<sup>215</sup> Ibidem.

Além do ponderado apoio do presidente da ACEB, estava previsto para os dias seguintes o lançamento de um manifesto de solidariedade aos estudantes do Central que deveria ser assinado por grêmios de diversas escolas particulares e públicas de Salvador.

216

Embora as tensões e manifestações em torno da proibição da peça tenham ocupado destaque no cenário estudantil, na Bahia, como em outras partes do nordeste era período das festas juninas e nos colégios de Salvador estudantes se mobilizavam também para estes festejos. Na edição do dia 3, a coluna “Atividades Estudantis” anunciava a realização da festa para eleição da Rainha do Milho <sup>217</sup> daquele ano que ocorreria no dia 19 e contava com cinco candidatas. Tratava-se aí de uma atividade organizada pelo Grêmio dos estudantes do Ginásio Ypiranga (Lauro de Freitas), que levava o nome de Thomas Jefferson e era presidido por Raimundo Nonato da Silva. <sup>218</sup>

Já os alunos do curso Pedagógico do ICEIA fizeram na manhã do dia 3, uma “Homenagem Eucarística” <sup>219</sup> celebrada pelo padre Luna. Segundo noticiou a coluna, com a presença de autoridades educacionais do Estado, não citando a matéria quais teriam sido essas autoridades. Porém foram as movimentações dos estudantes do Central que ganharam destaque entre as notícias envolvendo estudantes nos jornais de Salvador.

A Coluna “Atividades Estudantis” foi criada no jornal Estado da Bahia por uma articulação dos estudantes que compunham a direção da ACEB e tinha como objetivo facilitar as articulações e a penetração deste grupo nas escolas secundárias do estado da Bahia. Mas, o fato de não se contrapor ao poder constituído, não livrava a coluna dos cortes impostos pela censura e segundo seu colunista, ele sempre tinha a mãos notícias que pudessem substituir as cortadas pela censura, muitas vezes essas eram notícias de festas ou eventos como as da Rainha do Milho ou um concurso de beleza. <sup>220</sup>

As movimentações em torno das possíveis resoluções do problema gerado com a proibição da peça do GATEB foram noticiadas quase que diariamente, pelo menos nos

---

<sup>216</sup> Ibidem.

<sup>217</sup> Como parte das festas juninas na Bahia, as escolas faziam uma espécie de concurso de beleza onde a vencedora recebia o título de Rainha do Milho.

<sup>218</sup> ESTADO DA BAHIA, 3 jun. 1966, p. 4.

<sup>219</sup> Ibidem.

<sup>220</sup> TORRES, 2008.

jornais baianos. As versões destes veículos, via de regra, apresentavam importantes diferenças. Exemplo disto pode ser visto nas suas edições do dia 4 de junho de 1966.

Naquele dia o Diário noticiava a criação de comissão de inquérito para apurar “responsabilidades de estudantes e professores envolvidos no impasse referente à proibição da encenação de “Aventuras e desventuras de um estudante” de Karlo<sup>221</sup> [sic] Sarno”<sup>222</sup> presidida pelo professor Walfrido Moraes.

Enquanto isso, no jornal Estado da Bahia, a Coluna “Atividades Estudantis” acusava o descaso das autoridades educacionais da Bahia com relação ao problema. Segundo seu colunista, o Superintendente do Ensino Médio, não teria tomado providências para a nomeação da Comissão que deveria se encarregar de estudar a peça. Aponta como motivo de tal demora as nomeações de professores que, julgando pela coluna deixavam “preocupadíssimos”<sup>223</sup> aqueles que, a seu ver deveriam tomar providências para resolver o problema do Central. E finaliza “Infelizmente, para não dizer o que penso, limito-me a mais uma vez, solicitar consciência por parte da Secretaria de Educação, e hipotecar aos colegas do Colégio Estadual da Bahia, a solidariedade da [coluna] Atividades Estudantis.”<sup>224</sup>

De fato as nomeações de professores estavam naquele mesmo período entre as preocupações das autoridades baianas. Após reunião iniciada na tarde do dia 1 de junho de 1966 e estendida “até altas horas da noite”<sup>225</sup> o Conselho Estadual de Educação, segundo sua conselheira Rosa Levita, havia aprovado cerca de 3.500 nomeações para o Magistério Primário.<sup>226</sup> A reunião contou com presença de muitos parlamentares da base do governo, segundo o noticiário, interessados em conseguir nomeações para seus eleitores. Embora seja fundamentada a existência das preocupações das autoridades com as nomeações, a acusação de omissão feita pela coluna só se sustentaria se fosse direcionada à falta de solução imediata da questão, já que algumas providências foram tomadas.

Em suas cobranças, o colunista do Estado da Bahia apresentava o discurso de quem queria como solução imediata do impasse, o afastamento do diretor do Central.

---

<sup>221</sup> Em entrevista concedida para essa pesquisa, Santo faz referência a essa grafia do seu prenome com “K” como sendo fruto da intenção do jornalista de fazer associação a Karl Marx.

<sup>222</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 4 jul. 1966, p. 5.

<sup>223</sup> ESTADO DA BAHIA, 2 jun. 1966, p. 3.

<sup>224</sup> Ibidem.

<sup>225</sup> Ibidem.

<sup>226</sup> Ibidem.



Por outro lado, uma suposta imparcialidade pôde ser vista na fala Moraes reproduzida no Diário de Notícias. Seu posicionamento revela no mínimo uma sinalização de que a investigação não partiria do pressuposto que os estudantes (entenda-se suas lideranças) eram os responsáveis, ou ao menos os únicos responsáveis pela quebra da rotina escolar no Colégio Central. Disse Moraes, segundo o Diário de Notícias, que a:

Comissão não pretende ficar situada ou adstrita, apenas, à apuração de responsabilidades dos estudantes, mas, igualmente, de todos aqueles que, direta ou indiretamente, integrantes do corpo discente, docente ou administrativo, venham a ser comprovadamente considerados culpados pela criação do lastimável estado de coisas que aí está.<sup>227</sup>

Segundo a matéria Moraes, buscava ainda um “referendo expresso do Secretário de Educação e Cultura, à portaria que instituiu” na comissão de inquérito, para que ela não fosse limitada nos seus poderes e tivesse soberania “para o julgamento de todas as partes do litígio.”<sup>228</sup>

Sob o subtítulo de “Portaria”, na mesma matéria, o Diário de Notícias atribuiu ao Secretário de Educação Alair Coutinho a informação que Virgílio Sobrinho já tinha pronta uma portaria que constituía uma comissão para “examinar a validade da peça”<sup>229</sup> e emitir parecer sobre a liberação ou não da encenação. A matéria aponta como certa na comissão a presença do professor Francisco Pinheiro, fato não confirmado oficialmente e desconhecido do suposto indicado, que se esquivou de fornecer ao Diário um parecer sobre a peça afirmando ainda não conhecê-la.<sup>230</sup> Dias depois mesmo Francisco Pinheiro aparece como um dos membros da comissão, assinando um parecer favorável à proibição da peça.<sup>231</sup>

Embora, a imprensa baiana, via de regra, tenha dado um tratamento privilegiado às autoridades envolvidas nas questões em torno dos protestos e da repressão, as vozes de estudantes não foram ausentes, mas, estas tiveram maior destaque nos primeiros dias. E, excetuando o caso de Luis Carlos de Almeida, que dirigia a ACEB, entidade reconhecida pelo governo militar, as vozes de lideranças secundaristas apareceram sempre no semi-anonimato, sendo atribuídas hora a um grupo de alunos, hora a grupos culturais do Central, mas sem identificar os estudantes que deles participaram.

<sup>227</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, edição 4 jun. 1966, p. 5.

<sup>228</sup> Ibidem.

<sup>229</sup> Ibidem.

<sup>230</sup> Ibidem.

<sup>231</sup> JORNAL DA BAHIA, 7 jun. 1966, p. 2.

Este tratamento da cobertura jornalística em grande medida assemelha-se ao apontado por Alves (2004) com relação às representações da imprensa sobre o movimento estudantil de Porto Alegre entre 1964 e 1968 e constitui-se um importante tema para pesquisas futuras.

#### **4.7 MANIFESTAÇÕES DE APOIO E SOLIDARIEDADE**

A semana que sucedeu a proibição da peça foi de intensas mobilizações dentro e fora do Colégio Central. A ação da repressão sobre os estudantes seja pela violência física, seja pela intimidação ou pelos inquéritos foi largamente respondida por um grande número de estudantes e entidades estudantis. Estas manifestaram apoio aos secundaristas do Central, entre elas o Diretório Acadêmico (DA) dos estudantes de Geologia da UFBA que divulgou nota para a imprensa condenando a repressão aos colegas e responsabilizando a ditadura. A nota do DA de Geologia foi publicada na mesma edição do Diário de Notícias que registrou as manifestações de solidariedade aos estudantes do Central dirigidas pelo:

DA [Diretório acadêmico] da Escola de Teatro, Teatro Experimental de Feira de Santana, DA da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, DA de Eletromecânica, União Nacional dos Estudantes, União dos Estudantes da Bahia, Grêmios do Colégio de Aplicação e DA Seminário de Música.”<sup>232</sup>

Universitários da UFBA convidaram os secundaristas para apresentarem a peça no Restaurante Universitário no Corredor da Vitória e disponibilizaram espaço para a realização de assembléias na Faculdade de Filosofia situada na mesma Avenida Joana Angélica, a cerca de 800 metros do Colégio Central, num prédio que décadas mais tarde passou a abrigar o Ministério Público Estadual.

A solidariedade dos universitários passou ainda pela deflagração de uma greve decidida na assembléia que realizaram no sábado, 4 de junho pouco antes dos incidentes com o Ministro Juracy Magalhães, que trataremos mais adiante. Os universitários reivindicavam que a direção da Universidade permitisse a encenação de “Aventuras e

---

<sup>232</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 4 jun. 1966, p. 5.

desventuras de um estudante” no Restaurante Universitário. Esperavam que a Reitoria se pronunciasse em 48 horas.<sup>233</sup>

Na segunda-feira seguinte, a imprensa registrou a quase ausência de aulas na Universidade da Bahia. Em algumas Faculdades por conta da adesão ao movimento e em outras porque seus diretores suspenderem as aulas alegando “falta de condições para o funcionamento normal.”<sup>234</sup> Também os alunos do Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia encamparam uma greve que começou no dia 6 e terminou no dia 8 para manifestarem solidariedade com os colegas do Central.<sup>235</sup>

O veto da peça e a suspensão de sete estudantes ligados ao GATEB provocaram manifestações de solidariedade que extrapolaram não só os muros do colégio, como também os meios estudantis. Beneditinos convidaram os estudantes a ensaiarem no Mosteiro de São Bento e apresentarem o espetáculo ao público soteropolitano em agosto no auditório daquela casa religiosa.

Fora do meio estudantil, trinta e dois intelectuais e artistas baianos lançaram um manifesto de solidariedade aos secundaristas. Assinado entre outros por Jorge Amado, que qualificou de terrorismo cultural a proibição da peça,<sup>236</sup> o manifesto ganhou repercussão nacional. No documento os assinantes manifestavam:

Integral e irrestrita solidariedade aos estudantes do Colégio Estadual da Bahia, em busca de liberdade cultural para o funcionamento normal e isento de censura dos grupos artísticos daquele estabelecimento. A liberdade de expressão, e só ela oferece os meios pedagógicos que possibilitam o desenvolvimento das faculdades criadoras e os meios legítimos de despertar as consciências e a inteligência. Uma arte censurada sob que pretexto for, além de violar um preceito constitucional, é uma das formas características de terrorismo cultural, contrario as normas democráticas. Esperamos que as autoridades educacionais encontrem uma solução para o problema atendendo às justas reivindicações culturais dos estudantes do Colégio Estadual da Bahia.  
<sup>237</sup>

Longe dos flashes e das canetas da imprensa, a solidariedade para com os estudantes pôde ser registrada na memória de atores do GATEB. Familiares e amigos se mobilizaram e não só figuraram na platéia que assistiria a exibição da peça no RU como também exerceram importante papel para evitar algumas prisões.

<sup>233</sup> JORNAL DA BAHIA, 7 jun.1966, p. 2.

<sup>234</sup> Ibidem.

<sup>235</sup> JORNAL DA BAHIA, 9 jun. 1966, p. 2.

<sup>236</sup> ÚLTIMA HORA, 8 jun.1966, p.3; JORNAL DA BAHIA, 7 jun. 1966, p. 2.

<sup>237</sup> JORNAL DA BAHIA, 7 jun.1996, p. 2.

Bião registra o esforço do seu pai, para retirar da Residência Universitária e levar para locais seguros os alunos visados por participarem do GATEB ou dos protestos contra a proibição da peça. Passou a noite do dia 3 de junho indo para:

O São Bento, o Medalha Milagrosa levando as pessoas. Foi uma noite toda de grande mobilização para acolher as pessoas mais visadas como Sarno em lugares mais seguros. Eu fiquei em casa, mas meu pai saiu e voltou, passou a noite negociando conversando com pais de outras pessoas que estavam participando [...] Meu pai levou pessoas porque elas estavam sendo procuradas para serem presas.<sup>238</sup>

Posteriormente o mesmo buscou ainda junto aos pais de outros estudantes e autoridades constituídas construir um esforço na tentativa de reverter as punições aos estudantes envolvidos na peça e nos protestos.<sup>239</sup>

#### 4.8 AVENTURAS NO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

Suspensos e proibidos de entrar no Colégio Central os estudantes do GATEB buscaram, na solidariedade dos setores com que se relacionavam, apoio aos seus protestos, espaços para ensaiar, encenar e realizar suas reuniões. Zoroastro Sant'Anna, na época militante do PCB e um dos estudantes que se destacaram pela capacidade de liderança lembra que logo após a proibição, por conta das relações que já mantinha com estudantes da Faculdade de Filosofia da UFBA, buscou o apoio destes colegas universitários, onde teriam realizado um ensaio da peça.<sup>240</sup>

Após a proibição da encenação no Central e o impedimento da entrada de parte dos integrantes do elenco nas dependências do Colégio, os estudantes conseguiram estabelecer uma rede de relações e assim garantir tanto espaço para ensaiar quanto para apresentar seu trabalho ao público.

Embora a lembrança do ensaio na Faculdade de Filosofia não tenha sido registrada por outros entrevistados durante nossa pesquisa, não podemos desprezar essa informação, pois, logo no dia 2 de junho os secundaristas realizaram uma assembléia na

<sup>238</sup> BIÃO, 2008.

<sup>239</sup> CONCEIÇÃO, 2008.

<sup>240</sup> SANT'ANNA, Zoroastro. Zoroastro Sant'Anna: entrevista 26 mar. 2008. Entrevistador: Cesar Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2008.

Faculdade de Filosofia e, já neste dia havia sido definida a realização da apresentação da peça no dia 3 às 20 horas no Restaurante Universitário (RU) que se localiza na Residência Estudantil da UFBA, no Corredor da Vitória.<sup>241</sup>

Ali, acreditavam os atores do GATEB, finalmente a peça seria apresentada ao público. Na platéia estavam presentes não apenas estudantes secundaristas e universitários, mas também mães, pais, irmãos, parentes e amigos de integrantes do GATEB e de outros secundaristas do Central que participaram dos protestos contra a proibição imposta pela direção daquele colégio. Juntos, somavam cerca de 2.000 pessoas,<sup>242</sup> lotando o RU para prestigiar a criatividade e ousadia dos jovens baianos. A presença de jornalistas foi também um bom indicativo da importância do evento dentro do cenário político vivido na Bahia.

Se de um lado a presença de pais, parentes e amigos era uma prova incontestável do apoio recebido pelos estudantes em solidariedade à luta pelo direito de expressão, por outro, o temor de uma repressão não era algo distante dos envolvidos nos protestos e seus familiares. Por esse temor, a personagem de uma das professoras naquele dia seria interpretada pela estudante Vastir Versoza Neves. Ela substituiria a amiga e colega do Central, Alexandrina Luz Conceição, que foi impedida pelo pai de ir ao RU para participar daquela apresentação.<sup>243</sup>

Mas a noite daquela sexta-feira, 3 de junho de 1966, não seria só mais uma tentativa de estréia da peça dos estudantes do GATEB. Seria também para muitos jovens que ali se encontravam a estréia, o primeiro entre muitos conflitos que protagonizariam ao defenderem a liberdade de expressão e se oporem à ditadura implantada no país.

Parece ter havido uma sincronia de movimentos dentro e fora do RU. Enquanto do lado de dentro, secundaristas e universitários preparavam o cenário para a encenação de “Aventuras e desventuras de um estudante” juntavam algumas mesas para improvisar um palco. Lá fora, “por volta das 20 horas, seis choques da Rádio Patrulha e dois

---

<sup>241</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 3 jun.1966, p. 5.

<sup>242</sup> JORNAL DA BAHIA, 4 jun.1966, capa.

<sup>243</sup> CONCEIÇÃO, 2008.

caminhões da Polícia Militar, repletos de soldados, cercaram o local”,<sup>244</sup> preparados para impedir o espetáculo da noite.

Quando os atores encontravam-se na cozinha, preparando-se para a encenação ouviu-se um bater de portões.<sup>245</sup> Cerca de uma centena de soldados da PM empunhando seus revólveres invadiram o RU, fecharam o acesso e começaram a distribuir “violentas cassetetadas [sic]”<sup>246</sup>, levando pânico aos presentes.

A imprensa registrou que a operação, comandada pelo Capitão Firmo foi realizada na presença de autoridades como Alaor Coutinho (Secretário de Educação), Francisco Cabral (Secretário de Segurança), Rui Pessoa (Delgado Auxiliar). Nada impediu o uso da violência policial. Até mesmo o vice-governador, Orlando Moscoso, que passava pelo local quase foi agredido fisicamente por policiais.

Podemos dizer que começa de fato ali uma das partes mais duras das aventuras que os estudantes baianos viveriam nas ruas da capital baiana durante os longos anos de ditadura que se implantou após o golpe de 1964. Para fugir da sanha dos policiais, muitos correram pelos fundos do RU, descendo a paços largos, tropeços e escorregões, a íngreme ladeira em direção ao mar da Baía de Todos os Santos que banha a encosta do Corredor da Vitória.

Chegando à beira mar, moças e rapazes, temendo além do espancamento uma prisão, seguiram por cima das pedras que margeiam aquele pedaço da Baía de Todos os Santos, até a altura do largo da Vitória, onde alguns ainda permaneceram durante um bom tempo até que fossem avisados por padres da paróquia local que não havia mais riscos, pois os policiais militares já haviam deixado o local,<sup>247</sup> o que muito provavelmente só foi acontecer na madrugada, pois “às 22 horas a situação foi acalmada, o Corredor da Vitória evacuado, mas dois choques da PM permaneciam no local dos incidentes.”<sup>248</sup>

Nem todos os presentes tiveram habilidade, destreza ou sorte para conseguir escapar ilesos da ação dos policiais militares. Dezenas de estudantes saíram feridos e

---

<sup>244</sup> JORNAL DA BAHIA, 4 jun. 1966, p. 2.

<sup>245</sup> BIÃO, 2008.

<sup>246</sup> JORNAL DA BAHIA, op. cit.

<sup>247</sup> Relato de estudantes da época.

<sup>248</sup> JORNAL DA BAHIA, op. cit.

alguns chegaram a ser atendidos no Hospital do Pronto Socorro, localizado no vizinho bairro do Canela. Entre eles o estudante H. Menezes, atendido pelo médico de plantão diante da câmera de um fotógrafo que registrou o momento para ilustrar a capa do Jornal da Bahia na edição do dia seguinte.<sup>249</sup> Sorte semelhante tiveram duas estudantes que caíram no chão ao tentar fugir, pois seus gritos não impediram que fossem pisoteadas por um grupo de policiais.

Algumas cenas foram presenciadas pelo então vice-governador da Bahia, Orlando Moscoso que, segundo registrou, passava pelo corredor da Vitória e por pouco não foi também vitimado pelo que “qualificou de ‘violentíssima’ a ação da polícia contra os estudantes.”<sup>250</sup> Moscoso além de sofrer uma tentativa de agressão por parte do soldado identificado como Santiago, ainda teria sido desrespeitado pelo tenente Afrânio.<sup>251</sup> A violência chegou a tal ponto que o Cel. Francisco Cabral, Secretário de Segurança Pública do Estado, “parecendo ele próprio surpreendido pela intensidade da violência declarou que ‘não mais se responsabilizava pela ação dos policiais.’”<sup>252</sup>

Embora quase tenha sido vitimado pela violência policial naquela noite, Moscoso, teria agido de forma a tentar “acalmar os ânimos e retirar os estudantes do local”.<sup>253</sup> O que parece ter sido uma ação importante para impedir que a pancadaria tomasse proporções ainda maiores.

Profissionais da imprensa presentes no local também sofreram agressões. Foram os casos dos jornalistas Wanderley Lopes, Gouveia Filho e Lázaro Guimarães, este do Jornal da Bahia<sup>254</sup> e do Repórter fotográfico Marivaldo Nobre, também do Jornal da Bahia que “foi assaltado por um grupo de cinco policiais que, armados de cassetetes e ameaçando-o com revólveres tomaram brutalmente sua máquina fotográfica passando a espancá-lo.”<sup>255</sup>

A agressão aos profissionais de imprensa mereceu os protestos do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Bahia. A entidade enviou um ofício ao Secretário de

---

<sup>249</sup> JORNAL DA BAHIA, 4 jun. 1966, p.2.

<sup>250</sup> Idem, capa.

<sup>251</sup> Idem, p.2

<sup>252</sup> Ibidem.

<sup>253</sup> Ibidem.

<sup>254</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 7 jun. 1966, caderno 2, p. 2.

<sup>255</sup> JORNAL DA BAHIA op. cit.

Segurança Pública. O ofício foi publicado pelo Jornal da Bahia, onde trabalhavam alguns dos profissionais atingidos e trazia o seguinte texto:

...o Sindicato dos Jornalistas da Bahia considera lamentável e protesta contra o espancamento sofrido pelos jornalistas Marivaldo Nobre, Lázaro Guimarães e Wanderley Lopes na noite de 3-6-66 [sic], em exercício de suas funções, na ‘cobertura’ jornalística do conflito registrado à frente da residência universitária.

Outrossim, certa de que V. Excia não compactua com fatos dessa ordem, esta entidade solicita a adoção de providência no sentido de serem apurados os fatos para a devida punição dos responsáveis.<sup>256</sup>

O então Secretário de Segurança Pública, falando em nome do aparelho repressivo registrou que:

Fomos à Residência dos Universitários, impedir, a pedido do Reitor Miguel Calmon, a encenação de uma peça teatral nas suas dependências. Chegamos lá, cercamos o local, fechamos os portões e quando penetrávamos no pátio da Residência fomos insultados e agredidos por um estudante, agitador profissional. Logo após recebíamos pedradas. Só ai é que os policiais começaram a reagir.<sup>257</sup>

A versão apresentada pelo Cel. Francisco Cabral é diferente de outra colhida por repórteres do Jornal da Bahia, que cobriam a atividade e também sofreram a violência policial. O Jornal relata que o estudante referido pelo Secretário de Segurança estaria entrando na Residência junto com um colega que ao perceber a presença dos policiais hesitou em entrar na Residência. A pancadaria teria começado quando o estudante gritou para o colega: “Vamos assistir a peça, dê o que der.”<sup>258</sup>

Nota-se que na versão apresentada pelo Cel. Francisco Cabral, a ação de um estudante, um “agitador profissional”<sup>259</sup> teria provocado uma reação da Polícia. O expediente de atribuir culpa a profissionais agitadores é algo constante no vocabulário de quem se identificava com o regime vigente no Brasil naquele período.<sup>260</sup> Por outro lado, naquele dia, Francisco Cabral, dificilmente poderia ter apresentado uma versão que condenasse a peça, haja vista que no mesmo dia a imprensa publicou uma

<sup>256</sup> JORNAL DA BAHIA, 5 e 6 jun.1966, p. 2.

<sup>257</sup> Idem, 4 jun.1966. p. 2.

<sup>258</sup> Ibidem.

<sup>259</sup> Ibidem.

<sup>260</sup> Até mesmo estudantes, como Luiz Carlos de Almeida, utilizaram termo semelhante para se referir aos estudantes que estaria comandando os protestos no Central.



declaração onde ele afirmava “não tem caráter subversivo o movimento surgido no Colégio da Bahia (Central), a propósito da proibição de uma peça teatral.”<sup>261</sup>

Mas, a repressão policial e militar que, como já demonstramos, começou logo nos primeiros dias dos protestos estudantis contra a proibição da peça, ganharia contornos ainda maiores.

#### **4.9 EMBATE COM JURACY**

No dia seguinte a invasão do RU, estudantes universitários e secundaristas protagonizariam outro embate público. Desta vez com um Ministro de Estado, o general Juracy Magalhães, o que contribuiu para que os protestos contra a proibição da peça no Central ganhassem repercussão nacional.

Um estudante da época que não protagonizou os episódios em torno da peça proibida lembra que além da fama de violento, o general tinha birra com os alunos e os enfrentava quando encontrava uma manifestação, “eu trabalhava no Palácio Rio Branco e sempre que havia passeata Juracy saltava e ia para o corpo ao corpo com quem tivesse.”<sup>262</sup>

Assim aconteceu no dia 4 de junho quando o Ministro tinha ido visitar o túmulo de seu filho, Juracy Magalhães Filho e, na companhia do neto e do ajudante de ordens, Coronel Mansur (João Damasceno Mansur de Carvalho) deparou-se com a manifestação estudantil. Naquele dia, os estudantes se reuniram em assembléia na RU no Corredor da Vitória, onde os universitários decidiram fazer uma greve de 48 horas em defesa da autonomia da Universidade para garantirem a encenação da peça no local. Após a assembléia, seguiram em passeata para a Reitoria, onde pretendiam comunicar a decisão ao Reitor.<sup>263</sup>

Segundo o Jornal da Bahia, cerca de 200 estudantes estavam em frente a reitoria quando os primeiros oradores começaram a fazer discursos contra a violência policial

---

<sup>261</sup> JORNAL DA BAHIA, 4 jun. 1966. p. 3.

<sup>262</sup> CARVALHO NETO, 2008.

<sup>263</sup> JORNAL DA BAHIA. 8 jun.1966, p. 2.

que recaiu sobre eles na noite anterior.<sup>264</sup> Neste momento surge o carro da Assembléia Legislativa tendo como ocupantes o general Juracy Magalhães, o seu ajudante de ordens e um dos netos de Juracy. Um estudante teria identificado Juracy e logo os manifestantes começaram a vaiá-lo <sup>265</sup> e cercar o automóvel.

Juracy partiu para o enfrentamento descendo do carro em companhia do coronel Mansur. Nas contas do universitário Joaquim Manuel Rodrigues Lima, o Ministro teria reagido às vaias de cerca de 3.000 estudantes que participavam da manifestação. <sup>266</sup> Diante da iniciativa do Ministro, alguns manifestantes passaram a atirar pedras contra ele e seu ajudante de ordens. Após uma das pedras atingir o rosto do coronel Mansur os dois retornaram ao carro, fecharam portas e janelas, fugindo do ataque dos estudantes. <sup>267</sup>

Mais tarde, Juracy comunicou o ocorrido ao governador Lomanto Júnior que logo acionou o Secretário de Segurança Pública. Na versão divulgada pelo Ministro, sua retirada do local não foi uma fuga, mas apenas uma medida para proteger o neto e que logo em seguida ele teria retornado ao local dos incidentes em companhia dos deputados Antônio Carlos e Juthai Magalhães. Somente depois, não encontrando os estudantes no local, teria entrado em contato com governador. <sup>268</sup>

Se por um lado o episódio pode ser visto como inspiração, como ato de coragem dos estudantes que poderia inspirar outros colegas. Por outro, em um contexto de ditadura, a versão oficial e as medidas tomadas logo em seguida podem ser vistas como formas de preservar a imagem do Ministro e do Governo.

Na repressão que se desencadeou após o enfrentamento, Polícia Militar, Polícia Civil, DOPS e a Polícia do Exército foram mobilizadas à procura dos envolvidos no confronto. Passaram pela Reitoria e seguiram para a RU onde interrogaram estudantes presentes na tentativa de identificar os envolvidos no enfrentamento com Juracy. <sup>269</sup>

---

<sup>264</sup> JORNAL DA BAHIA, 5 e 6 jun. 1966. p. 2.

<sup>265</sup> ÚLTIMA HORA. 7 jun.1966, p.7.

<sup>266</sup> Idem. 8 de jun. 1966, p. 3.

<sup>267</sup> JORNAL DA BAHIA. op. cit.

<sup>268</sup> Ibidem.

<sup>269</sup> JORNAL DA BAHIA, 5 e 6 jun. 1966. p. 2.

No calor dos acontecimentos, e diante das “dúvidas” sobre a autoria das pedradas, enquanto órgãos repressores buscavam identificar e punir “responsáveis” pelo episódio, entidades estudantis e grupos culturais do Central divulgavam notas condenando a iniciativa das pedradas e afirmando o caráter pacífico do movimento. Uma nota, atribuída aos grupos culturais do Colégio Central, lamentava:

Os incidentes ocorridos com o Ministro Juracy Magalhães e eximiam-se de qualquer participação nesses acontecimentos. Reafirmaram que o seu movimento não tem conotação política [e apontando] finalidades do movimento, entre as quais destacou a liberdade e respeito para com os grupos culturais do estabelecimento e a suspensão das punições impostas a alunos.<sup>270</sup>

O manifesto divulgado pelos estudantes apontava ainda:

Sabemos da utilização deste movimento por elementos, tanto da parte da diretoria como de certos estudantes, tentando dar um possível caráter político ao movimento de liberdade cultural e artística. A culpa e as conseqüências desse aproveitamento não nos cabem, em absoluto. Estamos firmes nas nossas determinações e consciência, lúcidos e tranquilos, prontos a combater as manobras de ambas as partes.<sup>271</sup>

Alguns dias depois, em nota assinada pela União dos Estudantes da Bahia (UEB), Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFBA, pela União Baiana dos Estudantes Técnico Industriais e pelos DA's de Faculdades das Universidades Federal e Católica, estudantes lamentaram o incidente com Juracy apontando como “sua causa fundamental o forte estado de tensão”<sup>272</sup> gerado após o espancamento de estudantes na noite anterior. Na nota os estudantes afirmaram estarem “em luta contra o ‘terrorismo cultural’ e que ‘não aceitam a punição de nenhum estudante universitário ou secundarista’ [...] frase grifada no documento que termina com as palavras – Liberdade Democracia e Justiça.”<sup>273</sup>

A negação da violência pode ser vista como conseqüência de diferentes concepções dentro do movimento, ou da precaução contra medidas repressivas que se anunciavam. Nas duas hipóteses, é certo que secundaristas e universitários eximiram-se de responsabilidades sobre os acontecimentos, mas disputavam a opinião pública, mantendo a bandeira do movimento em defesa da liberdade artística e contra o que qualificaram de terrorismo cultural.

---

<sup>270</sup> Ibidem.

<sup>271</sup> Ibidem.

<sup>272</sup> JORNAL DA BAHIA. Salvador, 8 jun. 1966, p. 2.

<sup>273</sup> Ibidem.

As forças governistas por sua vez, aliaram o esforço de identificar e punir os participantes a outras iniciativas na disputa da opinião pública. Entre estas, a suspensão das programações de encerramento do 1º semestre letivo do Colégio da Polícia Militar onde Cel. Mansur lecionava <sup>274</sup> e da moção de desagravo ao Chanceler aprovada na Assembléia Legislativa da Bahia.

Ao defender a moção de sua autoria, o deputado Wilson Lins usou uma linha de argumentação onde não atacava o mérito das reivindicações estudantis, mas chamava atenção para a possibilidade de manifestações desta natureza, adquirirem cunho político. Afirmou ele:

É bem verdade que entre os manifestantes, havia muitos jovens sem nenhum comprometimento com a mazorca anterior a 64, mas é que nos instantes de agitação os profissionais da desordem sabem se infiltrar entre os que manifestam sinceramente os seus sentimentos [...] a ocorrência foi pura obra do acaso, não houve meditação. <sup>275</sup>

No esforço de identificação e punição, foi aberto o IPM n.º.13 <sup>276</sup> pela VI Região Militar, além de inquéritos nas Polícias Civil e Federal, dos quais trataremos mais adiante. A repressão que já agia contra os estudantes aumentou após o embate com Juracy Magalhães, mas a memória de estudantes da época registra que também aumentou a participação de colegas nas manifestações: “Eu acho que as passeatas maiores foram após a repressão da manifestação estudantil quando passou Juracy.” <sup>277</sup> Já para o General Juracy Magalhães, o episódio entrou para a história como um dos mais negativos de sua carreira. <sup>278</sup>

#### 4.10 AVENTURAS NO MOSTEIRO DE SÃO BENTO

A imprensa noticiou que no dia 8 de junho a greve tinha chegado ao final para os estudantes do Central e também do Colégio de Aplicação e da UFBA que se solidarizaram com os secundaristas do GATEB. Pela documentação consultada e pela memória de entrevistados, não arriscamos apontar o dia exato do final da greve. No dia

<sup>274</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19 e 20 jun. 1966, p. 5.

<sup>275</sup> JORNAL DA BAHIA, 8 jun. 1966, p. 3.

<sup>276</sup> COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA. Ofício. 198 de 15 jul. 1966.

<sup>277</sup> BIÃO, 2008.

<sup>278</sup> MAGALHÃES, Juracy; GUEIROS, José Alberto. **O último tenente**. Rio de Janeiro: Record, 1996, p.356-357.

10 de junho a coluna Atividades Estudantis noticiava que maior parte dos estudantes do Central já estava voltando às aulas, mas prenunciava que se não houvesse a substituição de Reuter na Direção do Colégio “novos movimentos serão levantados”<sup>279</sup> e anunciava que a ACEB lançaria:

Um manifesto com relação aos últimos acontecimentos nesta capital. Como se sabe, particularmente, no tocante ao problema do Colégio Estadual da Bahia, o presidente da entidade, estudante Luiz Carlos de Almeida, em entrevista publicada nesta seção, colocou-se ao lado do grupo teatral do Central.<sup>280</sup>

No dia seguinte a coluna voltava a tratar do assunto dizendo que o presidente da ACEB entraria em contato com o Secretário de Educação para abordar “os problemas recentemente surgidos no Colégio Estadual da Bahia – Central – os quais ainda não foram completamente sanados.”<sup>281</sup> A Julgar pelo noticiário da imprensa em geral, pela linha de discurso da coluna e pelos depoimentos dos estudantes da época, sanar completamente o problema do Central implicaria na liberação da peça e na saída de Reuter da direção do colégio.

A peça continuava proibida de ser encenada em colégios e faculdades da Bahia, além disto, declaração do Secretário de Educação dava conta que peças teatrais, e shows artísticos só poderiam ser apresentados em colégios se “previamente expostos ao julgamento dos diretores.”<sup>282</sup> Ou seja, a partir de então, as manifestações artísticas nos colégios passariam necessariamente pelo crivo dos diretores.

Se a greve chegou ao fim, continuava a luta em defesa da liberdade de expressão. Os estudantes do GATEB, não desistiram da busca de uma oportunidade de levar ao público baiano a peça proibida. Buscaram nas relações estabelecidas com outro setor social a garantia de espaço para a encenação da peça.

Neste momento, o posicionamento de lideranças religiosas do Mosteiro de São Bento abriu mais uma possibilidade de encenação da peça “Aventuras e desventuras de um estudante” ao público baiano. A relação de membros da igreja com a oposição ao regime foi marcante em vários pontos do país e levou o professor Gilberto Freire a acusar o Bispo de Olinda, D. Helder Câmara de servir à causa “esquerdista”, referindo-

<sup>279</sup> JORNAL ESTADO DA BAHIA, 10 jun.1966, p. 4.

<sup>280</sup> Ibidem.

<sup>281</sup> Ibidem.

<sup>282</sup> JORNAL DA BAHIA, 9 jun.1966, p. 2.

se a uma politização que qualificou como perigosa por correr o risco de levar o catolicismo brasileiro a uma linha auxiliar do comunismo.<sup>283</sup>

No caso da peça proibida na Bahia, além da defesa da democracia e da liberdade de expressão, alguns elementos aproximavam figuras como os beneditinos Dom Jerônimo e Dom Timóteo dos estudantes do Colégio Central.

O funcionamento do Colégio São Bento, mantido pelo Mosteiro e as relação de algumas das lideranças secundaristas com a Igreja Católica figuram entre os elementos de aproximação entre o Mosteiro e os estudantes engajados naqueles protestos. As comemorações da páscoa no Colégio Central da Bahia no ano de 1966, por exemplo, contaram com a participação do Mosteiro acontecendo nas suas preparações “conferência e debates promovidos pelo monge beneditino Dom Marcos de Moraes.”<sup>284</sup>

As relações dos beneditinos com a juventude baiana ficaram registradas nas palavras proferidas por um dos oradores, no dia 11 de julho de 1966, na missa em comemoração ao jubileu de prata de vida monástica de Dom Timóteo. Disse o orador que a “largueza mental dos monges desta abadia tem atraído para a missa dominical a juventude incompreendida, os adultos, os velhos e até os sem fé.”<sup>285</sup>

Assim logo, nos primeiros dias da greve, após ser proibido de se apresentar e ensaiar no Central, o GATEB foi acolhido pelos beneditinos que disponibilizaram o salão anexo do Mosteiro de São Bento para os ensaios do grupo. Ao acolher os alunos do Colégio Central o Abade do Mosteiro, Dom Timóteo, declarou que:

Só pode aplaudir os esforços despendidos pelos jovens pela cultura e pela liberdade artística e que não vê no movimento nenhuma intenção político-partidária, mas um entusiástico e juvenil empenho de criar beleza. [e considerou a peça] bem feita do ponto de vista teatral moderno e dentro de todo um contexto efetivo em que a juventude luta, na vanguarda do povo brasileiro, por uma consciência autêntica, retratando uma situação que não há nada de subversiva.<sup>286</sup>

Com o agravamento da crise e extensão da proibição da peça à todas as escolas do Estado, o Mosteiro acabou se constituindo em alternativa para a encenação. Dom Timóteo convidou o grupo a encenar no Mosteiro, providenciando para isso a

<sup>283</sup> ESTADO DA BAHIA. 28 ago.1966, p.2.

<sup>284</sup> JORNAL DA BAHIA, 1 jun.1966, p. 9.

<sup>285</sup> Idem, 12 jun.1966, p. 2.

<sup>286</sup> JORNAL DA BAHIA, 2 jun.1966, p. 6.

construção de um auditório no local.<sup>287</sup> A segurança de se tratar de um espaço religioso, o que via de regra garantia o respeito à sua autonomia, também deve ser visto como um fator que contribuiu tanto para o convite de encenação da peça no mosteiro, quanto para a aceitação dos estudantes.

Em 1966 as férias do meio do ano, que na Bahia ocorrem no período das festas juninas, duram 30 dias, com as aulas sendo interrompidas no dia 20 de junho.<sup>288</sup> Quando as aulas nos colégios públicos da capital e do interior foram retomadas no dia 21 de julho<sup>289</sup> faltavam poucos dias para aquela que seria a última tentativa de encenação da peça que tivemos conhecimento. A encenação foi marcada para o final de agosto. Os convites deixavam em aberto espaço para data e horário da apresentação, o que nos sugere que os organizadores previam a possibilidade de mais de uma apresentação ou que quando foram impressos os convites ainda não se tinha a data definida. Nos exemplares que tivemos acesso, esses dados foram registrados com caneta como sendo dia 25 de agosto às 20 horas.<sup>290</sup>

As forças que controlavam o regime no estado, assim como seus aliados estavam decididas a não permitirem a encenação da peça. A pressão e as ameaças destas passaram a recair sobre o Mosteiro e seu Abade, Dom Timóteo. No campo “diplomático” as ações para impedir a encenação da peça no Mosteiro, passaram pela troca de correspondências entre instituições e o Mosteiro.

Do próprio Colégio Central, surgiu uma carta assinada por Carlos Veiga, professor que substitui Reuter na direção do Colégio após os protestos contra a proibição da peça que foi respondida por dom Timóteo através da imprensa. Mas o decisivo, para a suspensão da apresentação prevista para o Mosteiro, parece ter sido um “ultimato” da VI Região Militar que ameaçou invadir<sup>291</sup> a casa religiosa se fosse levada a frente a pretensão de apresentar a peça local, após esse “ultimato”, o abade do Mosteiro comunicou aos estudantes que a peça não poderia ser encenada na casa religiosa. Frustrou-se assim, a última tentativa de apresentação da peça “Aventuras e desventuras de um estudante” que temos notícias.

---

<sup>287</sup> SARNO, 2002.

<sup>288</sup> JORNAL DA BAHIA, 19 e 20 jun. 1966, p. 2.

<sup>289</sup> JORNAL DA BAHIA, 20 de julho de 1966, p.2.

<sup>290</sup> Arquivo pessoal de Armino Jorge de Carvalho Bião e site [www.diariosdaditadura.com.br](http://www.diariosdaditadura.com.br), acesso em: 2 ago. 2006.

<sup>291</sup> SARNO, 2002.

## 4.11 AS COMISSÕES DE INQUÉRITO

Logo no início dos protestos contra a proibição da peça, como já ficou registrado, a direção do Colégio Central tentou compor uma comissão para analisar o texto e emitir parecer sobre a obra dos estudantes. A primeira composição da comissão acabou frustrada como já vimos, porque o catedrático Raul Sá recusou a indicação para participar e presidir a comissão que acabou sendo presidida pelo professor Walfrido.

As movimentações de ataque e defesa protagonizadas por autoridades constituídas e pelos estudantes, resultaram na criação de outras comissões no âmbito do Colégio e da Secretária de Educação além das iniciativas do aparelho repressor.

Os sete alunos suspensos por conta dos protestos foram chamados a depor na comissão presidida por Walfrido. O depoimento foi marcado para a tarde do mesmo dia em que Alexandrina Luz depôs, no período da manhã no IPM em que foram indiciados os estudantes após o confronto com Juracy Magalhães.<sup>292</sup> Cruzando informações da ex-estudante com as fontes jornalísticas, concluímos que muito provavelmente esses depoimentos tenham sido marcados para o dia 6 de junho, uma vez que neste dia vários estudantes prestaram depoimentos “perante a comissão que apura na VI Região Militar os fatos relacionados com o apedrejamento do Ministro.”<sup>293</sup>

Proibida pelo pai de sair ou manter comunicação com os colegas do Central Alexandrina não pôde ir à apresentação que aconteceria no RU e no dia seguinte à manifestação que culminou com o episódio do enfrentamento com Juracy. A jovem também não pôde participar, nem ficou sabendo da decisão do grupo de que os sete não deveriam depor para a comissão presidida pelo professor Walfrido Moraes. Assim, sempre acompanhada do pai, após seu depoimento para o IPM, no Quartel General da VI Região Militar, Alexandrina dirigiu-se ao Central para depor na comissão de inquérito do Colégio.<sup>294</sup>

---

<sup>292</sup> CONCEIÇÃO, 2008.

<sup>293</sup> JORNAL DA BAHIA, 7 jun. 1966, p. 2.

<sup>294</sup> CONCEIÇÃO, op. cit..



Na abertura do depoimento, ao notar que apenas uma integrante do grupo estava presente, Moraes acusa o grupo de rebelde afirmando que os estudantes do GATEB não estavam “coesos e por isso uma pessoa está ali respondendo.”<sup>295</sup> Mesmo não sabendo da decisão do grupo, diante da afirmação de Walfrido, Alexandrina se recusou a prestar o depoimento, atitude também adotada por seu pai, levando ao fechamento do inquérito, posteriormente passado para outra comissão.<sup>296</sup>

No mesmo dia 6 de junho foi divulgado o parecer da comissão constituída pela Secretária da Educação, no âmbito do seu Departamento de Educação que era dirigido pelo professor David Mendes. A comissão apoiou o posicionamento do diretor do Central e condenou a peça por conter “um vocabulário deselegante, inconveniente e impróprio, o que talvez fosse admissível se o local da apresentação da peça fosse um ambiente onde não se exigisse o respeito e a objetividade de educar.”<sup>297</sup> O parecer assinado pelos professores Almir Vacareza, Walton da Silva, Francisco Pinheiro e Raimundo Malta apontava ainda que:

A peça incorre em flagrante desrespeito às normas regulamentares onde se sobressai na mesma a crítica destrutiva. Generalizando acusações à direção do estabelecimento de ensino, bem como a professores e a funcionários, e até aos próprios estudantes do Colégio, aclamando os líderes estudantis de colaboradores do Estado de perturbação que admitem existir.<sup>298</sup>

No mesmo dia os estudantes enviaram ofício ao professor Davi Mendes, rejeitando o parecer da comissão. Afirmando que só poderiam “aceitar a decisão se fosse proveniente de uma análise técnica”,<sup>299</sup> evocando a aprovação da peça pelo professor Emanuel Araújo, defenderam a validade da peça e afirmaram que a obra tratava de problemas de interesse dos estudantes, dos quais, eles teriam autoridade para falar. Ao retrucar os argumentos da comissão os estudantes investem contra a direção afirmando que “se exigimos agora um diretor foi porque só existe censor que não entendia a educação.”<sup>300</sup>

Mais de um mês depois, no dia 8 de julho, durante as férias escolares, o Diretor da Secretaria de Educação, professor Davi Mendes, anulou o inquérito administrativo

---

<sup>295</sup> CONCEIÇÃO, 2008.

<sup>296</sup> Ibidem.

<sup>297</sup> JORNAL DA BAHIA, 7 jun. 1966, p. 2.

<sup>298</sup> Ibidem.

<sup>299</sup> Ibidem.

<sup>300</sup> Ibidem.

aberto contra os estudantes que se envolveram com a greve do Central. A anulação, justificada porque aos indiciados não foi dado o direito de defesa, não significou, no entanto, o final do inquérito. No mesmo ato de anulação, o professor David Mendes destituiu a comissão anterior e nomeou uma nova composta pelos professores José Sabino Costa, Renato Gavazza e Mármore Neto.<sup>301</sup>

#### 4.12 REUTER “CAI PARA CIMA”?

Embora a saída de Reuter da direção do Central tenha sido apontada como consequência dos protestos em torno da peça (COSTA, 1971, p. 117), possivelmente esta saída não tenha tido, para ele, o significado de derrota, pois o mesmo não ficou sem colocação na estrutura educacional do Estado da Bahia. Ao sair da direção do Central, logo ocupou um lugar na Comissão de Planejamento Educacional<sup>302</sup> e cerca de um mês depois, na extensão da Palma (Colégio Aristides Maltez) assumindo aulas antes ministradas pelo professor Walter Figueiredo (19/9/66) que assumiu a vice-direção da referida extensão.<sup>303</sup> Reuter respondeu ainda pela coordenação dos acordos do MEC/USAID na Bahia.<sup>304</sup>

Mesmo com uma saída conturbada do cargo que ocupava, é provável que uma mudança de posto já estivesse sendo postulada pelo diretor do Central já que, no início do ano de 1966 encaminhou 8 vias do próprio currículo para o então Superintendente de Ensino Médio, Normal e Profissional da Secretaria de Educação, Davi Mendes Pereira.<sup>305</sup>

Certamente os protestos contra a proibição da peça de Sarno colaboraram para a saída de Reuter da direção do Central no momento em que até setores críticos à greve dos estudantes, a exemplo de Luiz Carlos de Almeida, presidente da ACEB, engrossaram o coro dos que pediam seu afastamento do cargo. Alguns alunos da época apontaram comportamentos do diretor que certamente contribuíam ao surgimento de uma oposição à sua permanência no cargo. Já o colunista Aurélio Vellame afirmou:

<sup>301</sup> JORNAL DA BAHIA, 9 jul. 1966, p. 2.

<sup>302</sup> COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA. Ofício 224 de 1 de agosto de 1966.

<sup>303</sup> COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA. Extensão da Palma. Ofício s/n de 13 set. 1966.

<sup>304</sup> COSTA, 1971, p. 123.

<sup>305</sup> COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA. Ofício. 37 de 4 fev. 1966.

É difícil neste momento, mas o fazemos: voltamos a apelar ao diretor, professor Reuter, no sentido de que aproveite seus poucos momentos de **lucidez**, para estudar com calma os conselhos de sua assessoria, onde existe gente capaz e gente incapaz. Compreendemos que muitas posições do professor são justificadas pelas pressões que sofre de corrente do Colégio que deseja substituí-lo na direção, corrente esta tão (ou mais) **abstêmia**<sup>306</sup> quanto a atual (isso afirmamos com comprovante).<sup>307</sup>

Os comentários registram a oposição enfrentada por Reuter dentro do Central pela ação da corrente que queria substituí-lo. Aos olhos do colunista esta corrente era “tão (ou mais) abstêmia” que o próprio Reuter. Vellame monta o discurso combinando o registro dos “poucos momentos de lucidez” do diretor com a qualidade de abstêmia, desqualificando-o e assim fazendo coro com aqueles que pediam a sua cabeça.

Por outro lado, o sucessor de Reuter, Cláudio de Andrade Veiga parece ter superado seu antecessor, ao menos nas medidas repressivas contra os estudantes. Nos primeiros dias ocupando a direção do Colégio oficiou à secretaria de educação informando os nomes de professores e estudantes que faltaram as aulas nos dias 28, 29 e 30 de julho.<sup>308</sup> Dias depois, diante de uma distribuição de panfletos mimeografados ocorrida em 17 de agosto de 1966, oficiou ao Superintendente de Ensino Médio nos seguintes termos:

Ontem, dia 17 de agosto, fomos surpreendidos com uma ampla distribuição de folhetos mimeografados dos quais junto 4 (quatro) espécimes. Como vieram de fora, não pode esta direção assumir o encargo de desvendar a fonte de tal matéria. Cabe às autoridades superiores qualquer ação no sentido contrário – mais vale prevenir do que remediar. É com este propósito que levo a esta superintendência os referidos documentos para nos livrarmos de responsabilidades futuras.<sup>309</sup>

#### 4.13 A REPRESSÃO

Logo nos primeiros dias dos protestos já foram registrados episódios de violência e intimidação policial contra os estudantes do Central. A coluna “Atividades Estudantis” registrava indiretamente que “espancamentos”<sup>310</sup> tinham ocorrido nas imediações do Colégio. Enquanto isso, em matéria com o título “Quem faz arte no

---

<sup>306</sup> Grifos nossos.

<sup>307</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Caderno 2, 2 jun. 1966, p. 2.

<sup>308</sup> COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA. Ofício 221 s/d e ofício. 225 de 30 jul. 1966.

<sup>309</sup> COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA. Ofício 261 de 18 ago. 1966.

<sup>310</sup> ESTADO DA BAHIA.

Central vai para a cadeia” a coluna “Bastidores”, assinada por Aurélio Vellame no Diário de Notícias registrou que no dia 1º de junho:

Pela manhã os estudantes [do Central] recusaram-se a entrar no estabelecimento para assistir às aulas, pois um simples caso interno de cultura foi transformado em demonstração de força policial e choques da RS lá compareceram para assustar os estudantes [...]. Agora um estudante foi preso ontem ao meio-dia, segundo informações chegadas a nossa redação.<sup>311</sup>

A violência policial contra os estudantes também foi registrada na fala do presidente da ACEB, Luis Carlos de Almeida, publicada no jornal Estado da Bahia. Embora não possamos precisar se o objetivo do mesmo foi apenas reconhecer que houve a violência ou denuncia-la de forma sutil, precavendo-se contra a censura ou represálias para a entidade e para a coluna ou mesmo se ela escapou no afã do secundarista apresentar-se como um líder mediador daquele conflito. O fato é que a violência ficou registrada quando Almeida afirmou ter solicitado ao delgado Ruy Pessoa “a suspensão do policiamento nas proximidades do educandário, no sentido de evitar novos espancamentos.”<sup>312</sup>

A ação da repressão além da violência física se estendia pela disputa de opinião. Assim, no dia 3 de junho, a imprensa repercute declarações feitas no dia anterior onde o Secretário de Segurança Pública, Cel. Francisco Cabral, afirmou que:

A crise criada pelos estudantes contra o a diretoria do Colégio da Bahia, pela proibição da encenação de ‘Aventuras e desventuras de um Estudante’, do Sr. Karlos Sarno, não tem caráter subversivo, porém, infelizmente, nessas ocasiões aparecem alguns agitadores para conturbar a ordem.<sup>313</sup>

Seguindo essa lógica o Secretário declarou no mesmo dia que o impasse era interno e estava sendo solucionado pelas autoridades educacionais. Afirmou ainda não ter recebido da direção pedido de policiamento interno e justificou a presença dos policiais nas imediações do colégio como medida para resguardar “o patrimônio, para evitar depredações de transporte, veículos, ou agressões as pessoas”.<sup>314</sup> Dito em outras palavras o discurso do secretário era de que a polícia não estava ali para interferir na questão interna da instituição de ensino, mas somente para manter a ordem, e mais, eventuais ações da polícia não seriam contra os estudantes indistintamente, mas contra os citados “agitadores”.

<sup>311</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, caderno 2, 2 jun.1966, p. 2.

<sup>312</sup> ESTADO DA BAHIA, 3 jun. 1966, p. 4.

<sup>313</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 3 jun.1966, p. 5.

<sup>314</sup> Ibidem.

Para driblar a repressão os estudantes utilizavam a tática de manifestações relâmpago. Assim, na rua que aparentemente seguia na sua rotina, ao comando de uma liderança, ouviam-se discursos, palavras de ordem seguidas de um comício relâmpago ou iniciava-se uma passeata. A escolha dos locais de reuniões e assembléias também levava em conta o perigo da repressão.

No entanto, nem sempre esses cuidados eram suficientes. Como ocorreu no caso das apresentações da peça de Sarno previstas para o Restaurante Universitário e para o Mosteiro de São Bento. Em tese, os dois espaços estariam livres de uma repressão. O primeiro por se tratar de um espaço acadêmico federal, que goza da autonomia universitária, onde a penetração de Polícia Militar ou Civil estava condicionada a ordem do Reitor, e o segundo por se tratar de uma casa religiosa.

Nos dois casos, no entanto, a repressão superou as expectativas dos estudantes com a Polícia Militar invadindo o Restaurante e espancando estudantes, em outros momentos disparando contra o Mosteiro de São Bento, e invadindo-o para efetuar prisões dos que lá se abrigaram após a ação da repressão nas ruas.

Após o episódio envolvendo Juracy Magalhães em frente à Reitoria da UFBA alguns estudantes foram indiciados e ouvidos em inquéritos abertos pela Delegacia Regional do Departamento Nacional de Segurança Pública, pela VI Região Militar e pela Delegacia Auxiliar (Polícia Civil).

Presidente do inquérito na Polícia Federal, o delegado Walter Lino Drummond, declarou que os responsáveis pelos incidentes com Juracy seriam enquadrados na Lei de Segurança Nacional <sup>315</sup> e que o inquérito foi a aberto com base na lei 4.483 de 16 de novembro de 1964 e após a conclusão seria remetido para a Justiça Militar como determinava o artigo VI da Lei de Segurança Nacional. <sup>316</sup>

No âmbito militar, logo no dia 6 de junho, “vários estudantes depuseram” <sup>317</sup> na comissão de sindicância aberta na VI Região Militar. Possivelmente o depoimento de Alexandrina Luz tenha sido um destes. Naquele dia, segundo o coronel Luiz Mendonça, chefe do Estado Maior da VI RM, não havia nenhum estudante detido, mas o Exército

---

<sup>315</sup> JORNAL DA BAHIA, 26 e 27 jun. 1966, p. 6.

<sup>316</sup> JORNAL DA BAHIA. 26 e 27 jun.1966, p. 6.

<sup>317</sup> JORNAL DA BAHIA, 7 jun.1966, p. 2.

possuía fotografia onde eram vistos os autores do apedrejamento. Questionado sobre a abertura de IPM contra os estudantes, o coronel limitou-se a afirmar que “as providências para a apuração devida dos fatos já foram tomadas, de acordo com o regulamento do Exército.”<sup>318</sup>

Dias mais tarde, Coronel João de Souza Moraes, comandante interino<sup>319</sup> da VI Região Militar determinou a abertura de um IPM sob a presidência do Major Joelbo Rodrigues para “apurar a agressão sofrida pelo Ministro Juracy Magalhães.”<sup>320</sup>

Apesar da abertura do IPM, para o Comandante da VI Região Militar:

O problema dos estudantes é da alçada do Estado, cabendo ao Governador as providências que julgar acertado tomar. Todavia, a guarnição militar encontra-se pronta para manutenção da ordem, e reagir a qualquer perturbação que possa surgir, mantendo em condições de ser empregada a qualquer momento a Companhia de Polícia do Exército.<sup>321</sup>

Entre estudantes que tiveram os nomes envolvidos em IPM's naquele ano por conta dos protestos em torno da proibição da peça do GATEB, alguns ficaram registrados nas correspondências do Colégio Central, devido às informações que a direção do estabelecimento de ensino enviou para os responsáveis pelos inquéritos.

Em uma destas correspondências enviadas ao Coronel Gethsemani Galdino da Silva e Souza, para subsidiar o IPM de nº.66, a direção resume o histórico escolar dos estudantes, Ícaro da Silva Martins, Hamilton Alves da Silva Celestino, Marie Hélène Russi, Manoel da Costa Júnior, Carlos José Sarno, Cláudio Soares Dias Filho, Zoroastro Penha Sant'Anna e Paulo Henrique Oliveira Costa. Na correspondência, o diretor informa que Paulo Henrique Oliveira Costa não estuda no Central e indica os colégios de procedência dos outros estudantes.<sup>322</sup>

Em outra correspondência, enviada ao Diretor de Ensino Médio da Secretária de Educação, a Direção do Central respondia ao questionamento quanto a matrícula do aluno Zoroastro Sant'Anna, informando que o mesmo “apresentou no ato de matrícula,

---

<sup>318</sup> Ibidem.

<sup>319</sup> JORNAL DA BAHIA, 16 jun.1966, p. 2.

<sup>320</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 8 jun.1966, p.3.

<sup>321</sup> Ibidem.

<sup>322</sup> COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA. Ofício. s/n 20 jul. 1966.

documentação legal proveniente do Colégio Meritiense [sic] e do Colégio Estadual São Paulo...”<sup>323</sup>

Na esfera do poder estadual, o Secretário de Segurança, Francisco Cabral dava conta que em uma reunião dos estudantes com o Governador do Estado ficou “mais ou menos acertado o retorno dos estudantes do Central às aulas.”<sup>324</sup> Argumentava que elementos da esquerda estariam se aproveitando dos estudantes para suas “maquinações” nas ocorrências de incidentes com estudantes em vários estados do Brasil, mas que apesar da orientação do Governo ser de paz e segurança “é preciso às vezes agir com mais energia, para que a tranquilidade seja mantida.”<sup>325</sup>

Em seus últimos dias à frente da Secretaria de Segurança, o Coronel Francisco Cabral designou o Delegado Auxiliar, Rui Pessoa, para presidir o inquérito contra os estudantes por conta do episódio com o Ministro. Os trabalhos de investigação tiveram início na terça-feira após o incidente com Juracy. O primeiro passo dado por Rui Pessoa foi providenciar o depoimento do major Mansur.<sup>326</sup>

Mas, com as mudanças que vinham se processando no âmbito do governo estadual, no dia 8, o mesmo Rui Pessoa passou a responder pela pasta da Secretaria de Segurança em substituição a Francisco Cabral. Promotor de Justiça Militar Federal concursado, antes de ocupar a pasta de titular da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, Rui Pessoa permaneceu por 3 anos à frente da Delegacia Auxiliar.<sup>327</sup>

A saída do Tenente Coronel Francisco Cabral do cargo de Secretário de Segurança Pública já estava prevista por conta da “lei que regulamenta a permanência de militares em cargos civis”,<sup>328</sup> o Diário de Notícias registrou que, no dia da posse de Rui Pessoa, Cabral deixou o prédio da Secretaria sobre “intensa chuva de pétalas de rosas”<sup>329</sup> e foi enaltecido no discurso do novo Secretário, que se comprometeu a dar continuidade ao trabalho desenvolvido por Cabral.

---

<sup>323</sup> Idem. Ofício. 198 15 e jul.1966.

<sup>324</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 8 jun.1966, p. 3.

<sup>325</sup> Idem, p. 5.

<sup>326</sup> JORNAL DA BAHIA, 7 jun.1966, p.2.

<sup>327</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 9 e 10 jun.1966, p. 6.

<sup>328</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 8 jun. 966, p.6.

<sup>329</sup> Idem, 9 e 10 jun.1966, p. 6.

Entretanto, seria necessária uma investigação, maior que as possibilidades desta pesquisa para verificar, nas movimentações dos bastidores da política baiana, o impacto que alguns acontecimentos possam ter assumido nas mudanças ocorridas na Secretaria de Segurança. Entre eles as declarações de Francisco Cabral de que não havia subversão nos protestos estudantis contra a proibição da peça de Sarno, os desdobramentos da ação repressiva contra os estudantes na invasão do RU e incidente com Juracy Magalhães em frente à Reitoria da UFBA. E ainda, a mudança em relação à carreira do delegado Auxiliar, Ruy Pessoa, que previa deixar o cargo junto com Francisco Cabral e assumiria a Promotoria Militar,<sup>330</sup> posição ratificada um dia antes<sup>331</sup> da exoneração de Francisco Cabral e da sua posse como novo Secretário de Segurança do Estado da Bahia.

A violência policial foi tema de destaque no discurso de posse de Rui Pessoa, embora o empossado busque com suas palavras justificar essa violência policial como fruto de uma reação do policial:

Fala-se muito em violência policial, mas ignora-se a violência, gerada, inicialmente, na maneira de se conduzir indivíduo [sic], quase sempre se indispondo contra a autoridade policial. Critica-se a conduta do policial, sem indagar as suas causas, quando o que existe, via de regra, é uma reação da polícia a anterior ação violenta do indivíduo.<sup>332</sup>

Prossegue o discurso, revelando seu posicionamento ideológico;

Olvida-se um clima de insegurança, cujas raízes profundas, de natureza internacional, repousam na luta psicológica, onde se procura explorar simples desinteligência entre autoridade e contraventor, culminando em fomentar-se distúrbios coletivos de massas politizadas.<sup>333</sup>

No mesmo período onde se desenrolaram as manifestações contra a proibição da peça, além da troca do titular e de outros cargos do comando da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, outros setores do aparelho repressor do estado passaram por substituições em seus quadros. Foi o caso da VI Região Militar que, em 15 de junho de 1966 passou a ser comandada pelo general Antônio Augusto Tinoco.

Na posse que aconteceu no salão Nobre do Quartel General estiveram presentes personalidades da política e da administração pública na Bahia, entre elas o Secretário

<sup>330</sup> JORNAL DA BAHIA, 13 maio 1966, p. 9.

<sup>331</sup> Idem. 7 de junho de 1966, p.6.

<sup>332</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 9 e 10 jun. 1966, p. 6.

<sup>333</sup> Ibidem.



de Educação, Alaor Coutinho, o Governador Lomanto Júnior e seu vice, Orlando Moscoso, o prefeito Nelson Oliveira, o vice-reitor da UFBA, Adriano Pondê, o Cardeal Augusto da Silva, o deputado Juthay Magalhães (presidente da Assembléia Legislativa), o Vereador Antonio Casaes (presidente da Câmara de Vereadores), os Secretários do Estado: Jorge Calmon e Flaviano Guimarães, além dos comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro.<sup>334</sup>

Além da violência policial e exclusão dos alunos envolvidos na peça e nos protestos contra sua proibição, ações de coibição da liberdade de expressão atingiram a todos os estudantes do Colégio. O fechamento do auditório o que resultou não apenas no impedimento de produções realizadas por alunos e professores do Colégio, como também tornou inviável a apresentação de espetáculos promovidos por outros grupos ou entidades envolvidas com a cultura, particularmente com o teatro. Assim, o espetáculo em comemoração ao quarto centenário de ordenação do Padre Anchieta, não pôde ser realizada no Central, porque, segundo as justificativas encaminhadas pelo diretor do Colégio ao Superintendente da Difusão Cultural:

Infelizmente nosso salão tem de passar por necessárias reformas e inadiáveis reparos que o Plano Trienal realizará, mas que até o momento não executou. Pedimos desculpas de impossibilidade física de se permitir a encenação (até por medida de segurança, **mas vale prevenir do que remediar** [grifo nosso] quaisquer males físicos)...<sup>335</sup>

A frase grifada acima revela a cautela adotada pelo professor Cláudio Veiga à frente da direção do Colégio e já havia aparecido em outra correspondência da direção do Central. Quando em 18 de agosto, o diretor informava ao superintendente de ensino médio que no dia 17 de agosto de 1966 havia ocorrido uma “ampla distribuição de folhetos mimeografados”<sup>336</sup>, esquivando-se da responsabilidade de apurar a origem dos panfletos, porque vieram de fora do colégio.<sup>337</sup>

---

<sup>334</sup> JORNAL DA BAHIA, 16 jun. 1966, p. 2.

<sup>335</sup> COLÉGIO DA BAHIA. Ofício 280/66 de 31 ago. 1966.

<sup>336</sup> Idem. Ofício 261/66 de 18 ago. 1966.

<sup>337</sup> Ibidem.

#### 4.14 REPRESÁLIAS

Podemos colocar em dois níveis as punições para secundaristas que exerceram lideranças nos protestos em defesa da liberdade de expressão nos episódios da peça do GATEB. Um nível, de ordem individual, por ter atingido nominalmente alguns estudantes outro de ordem coletiva, por ter atingido grupos de estudantes.

A primeira foi uma punição coletiva: a proibição da encenação da peça no Central. Punição que frustrou a expectativa dos estudantes após a conclusão de todos os trabalhos que antecederiam a estréia. Com a reação juvenil vieram mais punições de ordem coletivas e individuais. Primeiro com a extensão de proibição de encenação da peça para todas as escolas da rede estadual de ensino do estado da Bahia. A primeira punição de ordem individual foi a suspensão de sete estudantes envolvidos nos trabalhos da peça ou nos protestos.

Além de aplicar a suspensão aos alunos e impedi-los de encenarem ou ensaiarem a peça no Colégio, Reuter buscou pressionar outras autoridades a tomarem providências com relação aos estudantes que promoveram os protestos, chegando a declarar para professores do Central que “Se as autoridades competentes não adotarem providências enérgicas, no sentido de sanar o impasse, eu pedirei demissão do cargo de Diretor deste estabelecimento”<sup>338</sup>. O que certamente, teria agradado muito aos estudantes.

Com a manutenção do veto e o desenrolar dos protestos, a suspensão se transformou em impedimento de estudar em Escolas Públicas e a lista dos punidos, que começou com sete suspensos logo nos primeiros dias da greve, cresceu junto com os protestos daquele ano. No início de 1969 o então diretor do Central, professor José Freitas de Oliveira apresentou à Polícia Federal uma relação de pelo menos 27 (vinte e sete) estudantes “impedidos de continuar”<sup>339</sup> os estudos no Central por conta dos protestos contra a proibição da peça que foi “sucesso” entre o público sem nunca ter sido encenada.

---

<sup>338</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2 jun. 1966, p. 5.

<sup>339</sup> COLÉGIO DA BAHIA. Ofício s/n 7 fev.1969.

A exclusão de alguns destes alunos ficou registrada, nas documentações individuais, no Colégio Central através de uma observação na capa da pasta “transf. Ordem da secretaria”. Para outros, a ausência de pedidos de transferência aparece como evidência que o aluno sofreu uma sanção parecida.

Dentre os que cursavam em 1966 o último ano do ensino médio, alguns concluíram seus estudos no próprio Central, outros lançaram mão das provas do artigo 99. Alguns, impedidos de matricular-se em Escolas Públicas receberam bolsas por intermédio da Secretária de Educação para estudar em colégios particulares, como o Ypiranga e, é possível que outros não tenham tido chances de continuar os estudos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Grêmio estudantil do Colégio Central foi fechado pela direção daquele Colégio em maio de 1963, no mesmo mês foi recriada a CPI contra a UNE sob acusação que esta entidade usava recursos públicos para a subversão. As duas medidas situam-se numa mesma atmosfera política em que setores de direita investiam contra as organizações estudantis, contra os comunistas, contra as reformas de base promovidas pelo governo de João Goulart.

Elas antecederam outras iniciativas mais duras que, desfechadas pelo regime militar objetivavam suprimir a participação popular, notadamente a estudantil, na vida política do país. No caso dos estudantes do Central, o fechamento de sua entidade representativa pode ter inibido, mas não impediu a tomada de iniciativas políticas em contraposição às forças direitistas que apoiaram o regime militar implantado após o Golpe de 1964.

Na ausência do Grêmio, mantiveram uma tradição dos estudantes daquele estabelecimento de manifestarem seu pensamento através da cultura. Tradição essa também afinada com alguns setores das esquerdas brasileiras e da própria União Nacional dos Estudantes, cujo exemplo maior pode ser a criação dos CPC's.

A articulação de diversos grupos culturais e a identidade política existente entre os seus participantes pode ser visto como elemento importante para o desencadeamento da resistência no momento em que a direção do Central tenta fechar um dos últimos canais de expressão do pensamento existente no Colégio. A identidade destes grupos, bem como a ligação que alguns de seus integrantes possuíam com grupos políticos da esquerda baiana favoreceu a unidade de ação e potencializou a extrapolação dos muros do colégio.

No entanto, é preciso uma investigação mais aprofundada para o episódio da peça proibida no Central. Há indícios de que, dialeticamente, ele foi um elemento motivador da reorganização, mas também é fruto desta reorganização que vinha se dando, de forma silenciosa, dentro e fora dos muros escolares, uma vez que esforços para essa rearticulação também estiveram presentes em outros estados.

Os protestos contra a proibição da peça do GATEB figuram entre aqueles momentos em que se operou uma fusão entre as reivindicações específicas dos estudantes e a luta política contra a ditadura, contribuindo para aproximação entre estes e outros setores sociais opositores do regime.

Estudantes envolvidos nos protestos de 1966 sofreram diversas formas de repressão e represálias. Apesar delas o movimento estudantil secundarista ganhou força nos anos seguintes quando o Grêmio do Colégio Central foi presidido por Mário José de Souza Filho (1967/68) e Doris Serrano da Cunha (1968/69)<sup>340</sup>.

A mobilização em torno da peça pode ser entendida como um fator importante para em 1967 o movimento estudantil encontrar-se fortalecido em Salvador e vencer a luta contra a Lei Orgânica que foi aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, ou pelo menos contra seu artigo que, como parte dos acordos MEC/USAID, transformaria as escolas públicas em fundações, possibilitado a cobrança de anuidades aos alunos.

---

<sup>340</sup> Colégio Estadual da Bahia. Of. s/n de 7 de fevereiro de 1969.

## REFERÊNCIAS

ALBA. Disponível em: [www.alba.gov.br](http://www.alba.gov.br). Acesso em: 7 nov. 2007.

ALMEIDA, Gilberto W. de. **Política e mídia na Bahia: A trajetória de Antonio Carlos Magalhães**. Tese (Doutorado em Comunicação), Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

ALVES, Bruna Neves. **O visível e o invisível do movimento estudantil de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968)**. Dissertação (Mestrado), FFCH, PUC-RS, 2004.

ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**, 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 1982.

BAGATIM, Alessandra. **Personagens, Trajetórias e Histórias das Forças Armadas de Libertação Nacional**. Dissertação (Mestrado em História), UNICAMP, Campinas, 2006.

BENEVIDES, Sílvio. **Proibido Proibir: uma geração na contramão do poder – o movimento estudantil na Bahia e o jovem**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador 1999.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Plano Trienal da Educação (1963 – 1965)**, Brasília, 1963.

BRITO, Antônio Maurício Freitas. **Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)**. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

CARONE, Edgar. **O P. C. B. 1964-1982**, v. 3, São Paulo: Difel, 1982.

COSTA, Weldon Americano da. et. al. **Memórias do Colégio Estadual da Bahia: 1937-1971**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1971.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillo. **Os Anos de Chumbo: A Memória Militar sobre a Repressão**. São Paulo: Delume Dumará, 1994.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-197)**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

DIÁRIOS DA DITADURA. Disponível em: <<http://www.diariosdaditadura.com.br>>. Acesso em: 2 ago. 2006.

DIAS, José Alves. **A Subversão da ordem: manifestações de rebeldia contra o regime militar na Bahia, 1964-1968**. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

DIAS, Reginaldo. Elementos para uma história da Ação Popular no Paraná. **Revista de História Regional**, 4(2), p. 61-91, Inverno 1999.

DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do estado - ação política, poder e golpe de classe**, 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESPIÑEIRA GONZALEZ, M. V. **A experiência da Ala Jovem do MDB na Bahia durante o regime militar**. Disponível em: <[www.cienciapolitica.org.br](http://www.cienciapolitica.org.br)>. Acesso em: 8 jan. 2007.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. Carlos Marighella: revolução e antinomias, In: NOVA, Cristiane; NOVOA, Jorge (orgs). **Carlos Marighella: o homem por trás do mito**. São Paulo: UNESP, 1999.

FICO, Carlos. Algumas notas sobre historiografia e historia da ditadura militar. **Estudos de História**, n. 1, v. 8, 2001.

GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (org.). **Rebeldes e contestadores: 1968, Brasil, França e Alemanha**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, João C. Teixeira. **Memória das Trevas**. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1990.

GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a ARENA: dos revolucionários de primeira hora ao partido do sim senhor. In: \_\_\_\_\_. **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. São Paulo: EDUSC, 2004.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **A Formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia (1930 a 1964)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

JOSÉ, Emiliano. **Lembranças do mar Cinzento**. São Paulo: Casa Amarela, 2000.

LEÃO, Raimundo Matos de. Da cena amadora ao moderno projeto da escola de teatro. **Revista da Bahia**, Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, n. 37, v 32, 2003.

MAGALHÃES, Juracy; GUEIROS, Jose Alberto. **O último tenente**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

MARTINS FILHO, João Roberto. **movimento estudantil e ditadura militar (1964-1968)**. Campinas: Papyrus, 1987.

MEIHY, J. Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, [19\_?].

MORAES, João Quartim. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observação crítica. **Tempo Social**. São Paulo: USP, 1989.

OLIVEIRA, Antônio Eduardo Alves de. **O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.



OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

OLIVEIRA JÚNIOR, Franklin. **Paixão e Revolução: capítulos sobre a história da AP.** Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Documentos do Partido Comunista do Brasil: Política e revolucionarização do partido.** Lisboa: Edições Maria da Fonte, [19\_].

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Revista Projeto História.** São Paulo, n. 14, fev. 1997.

PORTO JÚNIOR, Gilson. Anísio Teixeira e a UNB: um breve olhar. **Revista de Pedagogia,** Brasília, n. 3, ano 2, segundo número especial sobre Anísio Teixeira, jan./jul. 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1966.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTA, Rodrigo Patto (orgs). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004),** Bauru, SP: EDUSC, 2004.

\_\_\_\_\_; FERREIRA DE SÁ, Jair. **Imagens da Revolução - Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

\_\_\_\_\_. 1969, o curto ano de todos os desejos. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (org.). **Rebeldes e contestadores: 1968, Brasil, França e Alemanha.** São Paulo: Perseu Abramo, 1999, p. 61-71.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O Fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Comunicação, mídia e cultura na Bahia contemporânea. **Bahia Análise e Dados,** Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, n. 4, v. 9, 2000, p. 74-89.

SANFELICE, José. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64.** Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1985.

SANTOS, Andréa Cristina. **Entre vozes e silêncio:** o jornalismo de A Tarde durante o regime militar (1968-1972). In: 4º ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2006, São Luís do Maranhão. **Anais...** GT Historia do Jornalismo. 2006.

\_\_\_\_\_. **Memória da Resistência:** perfil biográfico dos desaparecidos políticos baianos na guerrilha do Araguaia. Projeto experimental de conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social-Jornalismo), Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

SARNO, Carlos. Aventuras e desventuras de um estudante. Salvador: [s.n.], 1966. Script.

SILVA, Sandra Regina Barbosa da. **Ousar lutar, ousar vencer:** histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SKIDMORE, Tomas. **Brasil:** de Castelo a Tancredo. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou:** a aventura de uma geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIANA, Hermano (org.). **Galera Cariocas:** territórios de conflitos e encontro culturais. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

VIANNA, Gaspar. **Direito de telecomunicações.** Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

## LEIS FEDERAIS

BRASIL. Senado Federal. Resolução nº. 25 de 1963.

BRASIL. Senado Federal. Resolução nº. 74 de 1962.

BRASIL. Lei 4.224 de 9 de abril de 1942

## ARQUIVOS

Arquivo do Colégio Estadual da Bahia - Correspondências oficiais, e pastas de alunos.

Arquivo Edgar Leuenroth, Unicamp, Campinas - Processo de presos políticos, projeto BNM.

Arquivo Público do Estado da Bahia. – Documentos da Secretaria de Educação.

## PERIÓDICOS

A TARDE. Salvador: editora a tarde.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: [s.n.].

JORNAL DA BAHIA. Salvador: [s.n.].

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador: [s.n.].

ESTADO DA BAHIA. Salvador: [s.n.].

O GLOBO. Rio de Janeiro: [s.n.].

ÚLTIMA HORA. Rio de Janeiro: [s.n.].

## FONTES ORAIS (ENTREVISTAS)

ALMEIDA, Antonio Jorge Fonseca Sanches de. **Antonio Jorge Fonseca Sanches de Almeida:** entrevista 05 fev. 1999. Entrevistador: Muniz Ferreira Gonçalves (org.). Salvador: [s.n.], 1999.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. **Ubiratan Castro de Araújo:** entrevista 29 set. 2000. Entrevistador: Muniz Ferreira Gonçalves (org.). Salvador: [s.n.], 2000.

AUGUSTO, Ana Cecília. **Ana Cecília Augusto:** entrevista 25 mar. 2008. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2008.

AZEVEDO, Jackson Chaves de. **Jackson Chaves de Azevedo:** entrevista 26 fev. 2008. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2008.

AZEVEDO, Jose Sérgio Gabrielli de. **Jose Sérgio Gabrielli de Azevedo:** entrevista 24 mar. 2008. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2008.

\_\_\_\_\_. José Sérgio Gabrielli de. **José Sérgio Gabrielli de Azevedo:** entrevista 29 out. 1999. Entrevistador: Muniz Ferreira Gonçalves (org.). Salvador: [s.n.], 1999.

BARRETO, Jorge Braga. **Jorge Braga Barreto:** entrevista 22 fev. 2008. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2008.

BIÃO, Armindo Jorge de Carvalho. **Armindo Jorge de Carvalho Bião:** entrevista 20 mar. 2008. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2008.

BICHARA, ILKA. **Ilka Bichara:** entrevista 25 maio 2007. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2007.

CARVALHO NETO, Jose Francisco. **José Francisco Carvalho Neto:** entrevista 19 mar. 2008. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2008.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Alexandrina Luz Conceição:** entrevista 14 mar. 2006. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2008.

CUNHA, Leonia Alves. **Leonia Alves Cunha:** entrevista 1 out. 2007. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2007.

\_\_\_\_\_. **Leonia Alves Cunha:** entrevista. Entrevistadora: Ana Alice Alcântara Costa. Salvador: [s.n.], [19\_].

FERREIRA, João Luis da Silva. **João Luis da Silva Ferreira:** entrevista 19 nov. 2007. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2007.

GOMES, Carlos Cezar Franco Lima (Pancho). **Carlos Cezar Franco Lima (Pancho) Gomes:** entrevista 31 mar. 2008. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2008.

GUEDES, Ana. **Ana Guedes:** entrevista 29 de maio 2007. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2007.

JOSÉ, Emiliano. **Emiliano José:** entrevista 6 set. 1999. Entrevistador: Muniz Ferreira Gonçalves (org.). Salvador: [s.n.], 1999.

MATOS, Filemon. **Filemon Matos:** entrevista 19 out. 2000. Entrevistador: Muniz Ferreira Gonçalves (org.). Salvador: [s.n.], 2000.

PINHEIRO, Israel Oliveira. **Israel Oliveira Pinheiro:** entrevista 31 mar. 2000. Entrevistador: Muniz Ferreira Gonçalves (org.). Salvador: [s.n.], 2000.

REGIS, Dirceu. **Dirceu Regis:** entrevista 22 out. 2007. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2007.

SANT'ANNA, Zoroastro Panha. **Zoroastro Panha Sant'Anna:** entrevista 13 nov. 2007 e 26 mar. 2008 e . Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2008.

SARNO, Carlos. **Carlos Sarno:** entrevista 11 jun. 2007. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2007.

\_\_\_\_\_. **Carlos Sarno:** entrevista 29 set. 2001 e 26 mar. 2002. Entrevistador: Muniz Ferreira Gonçalves (org.). Salvador: [s.n.], 2002.

SILVA, Eduardo José Santiago da. **Eduardo José Santiago da Silva:** entrevista 20 ago. 2003. Entrevistadora: Ana Alice Alcântara Costa. Salvador: [s.n.], 2003.

\_\_\_\_\_. **Eduardo José Santiago da Silva:** entrevista 10 de janeiro de 2008. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2008.

SILVA, Paulo Pontes da. **Paulo Pontes da Silva:** entrevista 08 abr. 2000. Entrevistador: Muniz Ferreira Gonçalves (org.). Salvador: [s.n.], 2000.

\_\_\_\_\_. **Paulo Pontes da Silva:** entrevista 28 ago. 1999. Entrevistadora: Ana Alice Alcântara Costa. Salvador: [s.n.], 1999.

SOUZA, José Carlos Souza. **José Carlos Souza:** entrevista 16 nov. 2001. Entrevistador: Muniz Ferreira Gonçalves (org.). Salvador: [s.n.], 2001.

TORRES, Carlos Alberto. **Carlos Alberto Torres:** entrevista 25 jan. 2008. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2008.

VALADARES, Loreta. **Loreta Valadares:** entrevista. Entrevistadora: Ana Alice Alcântara Costa. Salvador: [s.n.], [19\_].